



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 4º BIMESTRE DE 2014



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Sérgio Ruy Barbosa

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Cláudia Uchôa

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Pablo Villarim Gonçalves

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Gonçalves Nogueira

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcelo Fernandes Lima Gomes

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Michael Vinícius Pomim de Oliveira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Roberto Gomides de Barros Filho

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.....	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro.....	16
I.III Labor Market.....	19
I.IV External Sector.....	21
I. Panorama Econômico.....	22
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	22
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	25
I.III Mercado de Trabalho.....	27
I.IV Inflação.....	28
I.V Setor Externo.....	29
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
III. Resultados Fiscais.....	40
III.I Resultado Orçamentário.....	40
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	42
III.III Resultado Primário.....	43
IV. Receita Estadual.....	45
IV.I Receitas Correntes.....	47
IV.I.1 Receita Tributária.....	48
Box 01 – Mudanças no cenário do setor de Energia Elétrica.....	52
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	56

IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	62
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	65
IV.I.3.1 Receita de Transferências	68
IV.I.3.2 Transferências da União.....	69
IV.II Receitas de Capital	74
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	77
V.I Despesa Total	77
V.II Créditos Adicionais.....	78
V.III Despesas por Fonte de Recursos.....	78
V.IV Despesas por Grupo	82
V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	89
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	104
VI.1 Cota Financeira.....	104
VI.2 Pagamento de PD's	105
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	106
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	107
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	110
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a dívida pública.....	111
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	121
VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's.....	123
VI.10 Captação de Recursos	126

Apresentação

Este é o quadragésimo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quarto referente ao exercício de 2014. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/09/2014.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 4º bimestre de 2014, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 12.759,98 milhões, ultrapassando a meta prevista para o bimestre em 3,3% e em 4,5% a meta acumulada.

As receitas correntes apresentaram variação abaixo do esperado em 2,9% quando comparadas a meta estipulada para o bimestre (- R\$ 332,84 milhões). Embora não superando a meta estipulada, as receitas correntes superaram o desempenho do 4º bimestre do ano anterior em 14,9%, sendo as receitas tributárias (+ 10,3%) e patrimoniais (+ 19,1%) as principais fontes para esse desempenho bimestral. O principal tributo, o ICMS, apresentou incremento de R\$ 410,91 milhões (+9,0%) em relação ao mesmo período de 2013. A meta acumulada foi superada em 0,2%, com o resultado de demais receitas correntes atenuando o desempenho de receitas correntes no acumulado.

Com relação às receitas de capital, o desempenho foi 4,0% abaixo do auferido no 4º bimestre de 2013 (- R\$ 67,14 milhões), devido ao decréscimo registrado em Alienações de Bens em montante superior ao aumento em Operações de Crédito e Transferências de Capital no bimestre, porém superaram a meta em 76,4% (+ R\$ 736,10 milhões). As receitas de capital superaram em 31,8% a meta acumulada principalmente pelo desempenho combinado de receitas de operações de crédito e alienações de bens no período.

Quanto ao balanço orçamentário, o bimestre corrente fechou com alta de 1,5% (+ R\$ 8,18 milhões), atenuado, em parte, pelo déficit de capital, uma vez que as despesas de capital ultrapassaram as receitas de capital em R\$ 514,33 milhões e pelo déficit orçamentário de R\$ 1001,01 milhões (- 397,4%) do Rioprevidência, apresentado no período. No acumulado, o balanço orçamentário fechou com superávit de 83,8% (+ R\$ 1.579,96 milhões), consequência tanto das receitas correntes quanto de capital, que se encontram, até o mês de agosto, em um montante superior ao das despesas correntes e de capital.

As contas públicas fluminenses apresentaram déficit primário de R\$ 1.020,61 milhões no 4º bimestre, por conta da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras no período. Na comparação com o resultado acumulado obtido em 2013, observou-se piora de 97,9%.

No bimestre corrente, a execução das receitas de royalties e participações especiais do petróleo apresentou crescimento de 18,4% (+ R\$ 277,74 milhões). Até o mês de agosto, as receitas de royalties e participações especiais do petróleo cresceram 6,6% (+ R\$ 368,92 milhões), pela combinação do aumento da produção no período, aumento do preço do *Brent* e do aumento da taxa de câmbio.

As despesas do ERJ para o exercício 2014 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 77,09 bilhões, um crescimento de R\$ 4,35 bilhões (+6,0%) frente ao aprovado para o exercício 2013.

Nesse 4º bimestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 78,84 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 1,76 bilhão (+2,3%) sobre o inicial. Excluídas as despesas intraorçamentárias da análise, o crescimento foi de R\$ 1,25 bilhão, acréscimo motivado pela abertura de créditos adicionais, dos

quais R\$ 167,90 milhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 1,09 bilhão as Demais Fontes de recursos. O suplemento ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 539,90 milhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 493,87 milhões por Convênios e R\$ 222,22 milhões nas demais fontes (Tesouro e Outras Fontes).

Os créditos adicionais abertos foram aplicados diretamente em áreas estratégicas de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 284,71 milhões foram destinados à Secretaria de Estado de Obras, R\$ 162,80 milhões aplicados na Fundação de Departamento de Estradas de Rodagem.

Em relação à execução, nesse 4º bimestre, foram liquidados R\$ 43,21 bilhões no Poder Executivo e R\$ 4,09 bilhões nos Outros Poderes totalizando R\$ 47,30 bilhões, este montante é 12,0% maior que o apurado no mesmo período de 2013. Excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial), a execução foi de R\$ 44,15 bilhões. Deste montante, R\$ 30,36 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 13,79 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, crescimento de 8,6% e 13,6%, respectivamente, ao 4º bimestre de 2013.

As Despesas Correntes do ERJ até o 4º bimestre (R\$ 37,55 bilhões) apontaram crescimento quando comparadas aos valores de 2013: 6,8%, ou em valores absolutos, +R\$ 2,38 bilhão. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram destaque até Outubro: R\$ 11,60 bilhões liquidados, apresentando um crescimento de 4,8% (+R\$ 532,41 milhões). Tal variação foi motivada, em grande parte, pelas melhorias que o Governo do ERJ tem realizado nas carreiras dos servidores da Segurança Pública, Educação, Defesa Civil e Ciência e Tecnologia.

As Outras Despesas Correntes do ERJ corresponderam a 54,1% do total liquidado até o momento (R\$ 23,89 bilhões), excluídas as despesas intraorçamentárias, apresentando um crescimento de 7,5% em relação a 2013. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado: no âmbito da saúde foi liquidado R\$ 1,86 bilhão basicamente na implantação de unidades de pronto atendimento, apresentando um crescimento de 10,2% (+R\$ 171,95 milhões) em relação a 2013; na Educação Pública o total liquidado foi de R\$ 1,04 bilhão, parte destes recursos foram gastos com nutrição escolar (R\$ 157,2 milhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 4,37 bilhões, elevação de 42,9% (R\$ 1,31 bilhão) em relação ao mesmo período de 2013. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do estado nas funções Transporte, Urbanismo, Educação e Saneamento dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram ligeiro aumento no acumulado do ano: incremento foi de 3,0%, ou seja, +R\$ 232,16 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+0,87 pontos percentuais). Entretanto,

numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 5,7% de sua receita base (+R\$ 1,19 bilhão), resultando numa maior liquidação (9,3%, +R\$ 493,70 milhões).

No índice da Saúde apurou-se crescimento na receita base de 5,7% (R\$ 1,17 bilhão) já na liquidação das despesas ocorreu queda de 8,1% (-R\$ 170,87 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2013.

A FAPERJ apresentou crescimento em sua receita base (+5,7%, +R\$ 711,42 milhões) e na despesa liquidada do período apresentou queda de 14,5% (- R\$ 31,15 milhões).

No FECAM o índice constitucional também indicou para uma realização parcialmente igual em relação à de 2013, constatou-se crescimento tanto na receita base (+6,9%; ou seja;+ R\$ 372,58 milhões) como na despesa liquidada (+6,5%; ou seja; R\$ 9,91 milhões).

O FEHIS apresentou crescimento em sua receita base (+6,2%, +R\$ 113,20 milhões) e redução na execução das despesas (- 7,1%, - R\$ 9,7 milhões).

EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro ended the 4th bimester of 2014 with revenues of total revenues in the order of R \$ 12,759.98 million, exceeding the target set for the bimester at 3.3% and 4.5% cumulative target.

Current revenues showed variation lower than expected at 2.9% compared to the target set for the bimester (- R\$ 332.84 million). While not surpassing the set target, current revenues outperformed the 4th bimester of the previous year by 14.9%, with tax (+ 10.3%) and equity (+ 19.1%) revenues as the main sources for this performance. The main tax, ICMS, grew by R\$ 410.91 million (+ 9.0%) over the same period of 2013. The cumulative target was exceeded by 0.2%, with the result of other revenue streams attenuating the performance of current revenues in the cumulative result.

The capital revenue performance was below the 4.0% achieved in the 4th bimester of 2013 (- R\$ 67.14 million), due to the decrease recorded in Sales of Goods in an amount greater than the increase in Loans and Capital transfers in the current bimester, but exceeded the target by 76.4% (+ R\$ 736.10 million). Capital revenues exceeded by 31.8% cumulative meta mainly by the combined performance of revenue and credit sales of assets from January to August.

As for the budget balance, current bimester closed up 1.5% (+ US \$ 8.18 million), offset in part by capital deficit, considering that the capital expenditures exceeded revenues from capital in R\$ 514.33 million and the Rioprevidência's budget deficit in R\$ 1,001.01 million (- 397.4%) presented in the period. In the accumulated balance the budget closed with a surplus of 83.8% (+ R\$ 1,579.96 million), as a consequence of both, current and capital revenues being in a higher expenditure level than current and capital expenses.

The Rio's public accounts showed primary deficit of R\$ 1,020.61 million in the 4th bimester, on account of the prevalence of primary expenses compared to primary revenues in the period. In comparison with the accumulated result obtained in 2013, there was worsening of 97.9%.

In the current bimester, the implementation of revenue from royalties and special participation of oil grew by 18.4% (+ R\$ 277.74 million). Until August, revenues from royalties and special participation of oil increased 6.6% (+ R\$ 368.92 million), due to the combination of increased production in the period, increased price of Brent and the increased rate of exchange.

RJ State Expenditures for the year 2014 were fixed in State Budget Law in R\$ 77.09 billion, a marked increase (+6.0%), the growth was R\$ 4.35 billion, compared to approved for the year 2013.

By the 4th quarter, the authorized expenditure reached R\$ 78.84 billion, showing a considerable increase of 2.3% over the originally planned, therefore, R\$ 1.76 billion incorporated in the annual budgetary law. Excluding intra-budgetary expenditure from the analysis, the growth was R\$ 1.25 billion, an increase motivated by the opening of additional credits, which R\$ 167.90 million supplemented the State Treasury and R\$ 1.09 billion to Other Sources of revenues. The main supplement was due to the entry of secured funds, which were not part of the initial budget: R\$ 539.90 million in Loan (Credit Operation), R\$ 493,87 million in Covenants and R\$ 222.22 million in Other Sources of Revenues (financial surpluses and revenue excess).

The additional credits opened this year were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loan (credit operations), R\$ 284.71 million was allocated to the implementation of infrastructure projects, R\$ 162.80 million for implementation and improvement of highways.

Regarding the execution, in the 4th quarter, R\$ 47.30 billion were liquidated, this amount 12% higher than in the same period of 2013. Excluding intra -budgetary expenditure and independent public companies (CEDAE and Official Press), the implementation was R\$ 44.15 billion. This amount, R\$ 30.36 billion were supported by funds from the State Treasury and R\$ 13.79 billion from Other Funding Sources, growth of 8.6% and 13.6 %, respectively, for the 4th quarter of 2013.

The current expenditure of the State until the 4th quarter (R\$ 37.55 billion) recorded growth compared to the values of 2013: 6.8%, or in absolute values, + R\$ 2.38 billion. Expenses related to group Payroll had highlighted until February: R\$ 11.60 billion settled, an increase of 4.8% (+ R\$ 532.41 million). This change was motivated in large part by the improvements that the Government of states has made the careers of Public Safety, Education, Civil Defense servers and Science and Technology.

Other current expenditures of the State accounted for 54.1% of the liquidated until moment (R\$ 23.89 billion), excluding intra-budgetary expenses, showing growth of 7.5% compared to 2013. This increase is justified by strengthening of certain strategic actions of the state: in the context of health was liquidated R\$ 1.86 billion primarily in the implementation of emergency units, an increase of 10.2% (+ R\$ 171.95 million) compared to 2013; public education in the total liquidated was R\$ 1.04 billion, part of these funds were spent on school nutrition (R\$ 157.2 million).

The resources invested in Investment and Financial Investments totaled R\$ 4.37 billion, an increase of 42.9% (R\$ 1.31 billion) in the same period of 2013. The amount paid was essential to fund important state actions in transport functions, Urbanism, Education and Sanitation, among other.

The Constitutional Mandatory Transfers showed slight increase was 3.0% (+ R\$ 232.16 million). The calculations of partial indexes show the evolution of expenses will be enforced at the end of the year, as established by Law.

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement compared to the same period last year (+ 0.87 percentage point). However, a closer analysis, it can be observed in the implementation of the strengthening ratio: 5.7% increase in revenue from its base (+ R\$ 1.19 billion), resulting in greater losses (+ 9.3%, + R\$ 493.70 million).

In Health, the constitutional index contacted up growth on the base income of 5.7% (1.17 billion) and a decrease of expenses settled index of 8.1% (- R \$ 170.87 million) compared with the same period in 2013.

The FAPERJ presented at its base revenue growth (+ 5.7%, + R\$ 711.42 million) and expenses paid for the period decreased by 14,5% (- R\$ 31.15 million).



In FECAM, the constitutional index also indicated for execution similar with the expenditures executed in 2013. Contacted up growth on the base income (+ 6.9%, R\$ 372.58 million) as in expenses (+ 6.5%, R\$ 9.91 million).

The FEHIS presented at its base revenue growth (+ 6.2%, + R\$ 113.20 million) and a reduction in expenditure execution (- 7.1%, - R\$ 9.7 million).

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

Despite the setbacks, the world economy keeps its pace of growth, even if uneven across countries. In advanced economies, the legacy of the pre-crisis boom and subsequent crisis, including high public and private debt, still cast shadow on recovery. Emerging markets are adjusting to economic growth rates, which are lower than those achieved in the pre-crisis boom and post-crisis recovery. The difficulties of the global recovery are the result of: increased geopolitical tensions and their impact on commodity markets and real economy, shocks in financial markets and macroeconomic disappointments in countries or regions with systemic importance. In all these cases, the global trade and interconnectivity of the financial market can be agents of transmission and amplification of shocks, with major worldwide repercussions.

Quantitative Easing – QE conducted by the Fed came to an end in October after six years. When the Fed started buying assets at the end of 2008, the premise was simple: unleash a wave of liquidity to force ‘nervous’ investors to get out of safe investments into riskier assets. It’s hard to argue that the tactic did not work: half a decade of low interest rates and QE seems to have sparked intense demand for riskier securities. These characteristics suggest a major concern about QE: that liquidity unleashed by the Fed stimulated demand in the financial markets over the real economy. What you see today is the poor performance of the US economy (expected to grow for 2014: +1.8%).

In the Eurozone, the European Central Bank conducted in October a stress test in banking sector. The result was: most of the largest banks in Europe would be able to survive a financial crisis or severe recession. The completion of the audit in the Eurozone institutions is potentially a turning point for the region’s economy. The audit was designed to remove the cloud of suspicion that has prevented loans in countries like Italy and Greece, which left the Eurozone struggling to avoid falling back into recession for the third time since the global financial crisis. By exposing a relatively small number of sick banks – only 13 of the 130 largest banks in the region in question – the central bank can make it easier to raise the money that banks in a better financial position can lend to customers.

The Chinese GDP growth remains strong, 7.4% in 2014 (IMF), and it is expected a ‘moderate’ growth for 2015 (7.1%). A World Bank analysis concludes that the slowdown is a result of intensified government efforts to reduce the weaknesses of the financial system, to reduce the stiffness (the market) and for making growth to be more enduring, migrating to a growth model based in domestic consumption. However, international manufacturers of household goods such as Unilever, Nestle and Colgate-Palmolive reported a fall in sales in the country in the third quarter. This is because foreign brands have lost market share to local rivals, but the trend of slower consumption is still strong.

Among the BRIC countries, Brazil, Russia and South Africa are struggling economically. This year, the Indian election was waged within the context of several years of disappointing economic growth. Only China maintained strong growth. However, the difficulty is not only economic. The political systems of these countries are fragile, with corruption being the most apparent problem.

¹ This analysis uses data available to October 28, 2014.

In Brazil, particularly, the Central Bank economic activity index (IBC-Br) shows that economic activity changed by 0.3% between July and August 2014. Compared with August 2013, there was a negative growth (-1.3%). In the year to August, the outcome also concerns (-0.1%). And in the 12 months (in August), up 0.9%.

Industry and trade figures indicate that economic activity is still being driven mainly by consumption, whose trend is slowing. In August 2014, a variation of +0.7% in the General Industry over July, driven by Oil & Gas and Mining (+2.4%). The annualized rate in August for General Industry show a variation of -1.7%, with a strong influence of Manufacturing Industry (-2.3%). And yet, considering only the accumulated this year, outcome is even worse for General Industry (-3.1%), even with the recovery of Oil & Gas and Mining (+4.8%), which shows the great weight of a weak outcome in the Manufacturing Industry (-4.0%).

At the same time, retail sales (restricted) presented high of 1.1% in August compared with the previous month. Compared to August 2013, a variation of -1.1%. Considering the cumulative annual (until August), up 2.9%. In August 2013, the same index recorded growth of 3.8%. And, considering the extended retail sales, the differences widen (with falls in 'Vehicles, motorcycles, parts and accessories'). Compared to August 2013, a variation of -6.8%. Compared to July 2014, a variation of -0.4%. In the year to August, also negative outcome (-1.5%). In the same period of 2013, the cumulative index changed by +3.1%.

These ratios indicate a sharp slowdown in the economy in 2014, with expected growth² of 0.1% of GDP in 2014 (2.5% in 2013). Factors such as the slowdown in both domestic and external demand (especially Argentina), negative outlook for the manufacturing industry, falling international prices of some commodities (like iron ore and oil), marked decrease in credit expansion, significant increase in the prime rate over the past few months and growing uncertainty caused by these factors (and others) tend also to contribute to weak GDP results in the last two quarters of the year, reaching 0.1% at the end. The industry is expected to shrink 2.2% in 2014 (+1.7% in 2013) and the service sector, influenced in part by industrial decline, should also suffer slowdown, growing only 0.9% in 2014 (2.2% in 2013). The agriculture sector is expected to grow 2.3% (6.6% in 2013).

Considering the external sector (the Balance of Trade), another one that may present constraints to GDP growth: in August, there was the sixth consecutive surplus in the year, and the balance turned positive YTD for the first time this year (US \$ 251 mi). In the same period of 2013, the balance had a deficit of US \$ 3.8 billion. In cumulative exports, highlight positive 'Crude oil' (+54.1%) and 'Iron ores and concentrates' (-10.5%). In imports, highlights for 'Crude oil' (-9.8%) and 'Vehicles' (-12.0%).

As for inflation, the IPCA rose 0.25% in August 2014, very close to the observed the same month in 2013 (+0.24%). Positive highlight for 'Food & Beverage' (-0.15%), and negative for 'Housing' (+0.94%), influenced by adjustment of electricity prices, and 'Transport' (+0.33%), pressured by rising airfares, gasoline and ethanol. In 12 months (in August), the general index ranged +6.51% (+6.09% in the same period of 2013). In annualized rate in August, up 4.02% (+3.43% in August 2013), with emphasis on 'Education' (+ 7.84%), 'Personal expenses' (+ 6.24%) and 'Housing' (+ 5.98%). Given expectations of

² IBRE/FGV.

further increases in electricity and gasoline rates still in 2014, among other factors, the market expects inflation of 6.45% for the end of 2014.

Data from the Monthly Employment Survey (PME) show that the unemployment rate in August remains at low levels (+5.0%), while the average of the months of 2014 (up to August) are also low (4.9%). However, a more consistent assessment must take into account: the evolution of the number of employed persons, which is in decline, meaning fewer jobs are being created. The number of net jobs on payroll, according to the CAGED/MTE recorded again a drop in August compared with the same month of 2013 (-21%), which directly impacted the annual result (-30%).

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R \$ 771.8 billion YTD through August 2014. This result represented a nominal increase of 6.86% and real increase of 0.64% (IPCA), compared to the same period of 2013. In July 2014, the monthly federal revenue totaled R\$ 98.8 billion, representing a YoY increase of 4.8% in nominal terms and down 1.6% in real terms (IPCA). There was acceleration in August, with nominal growth of 12.4% and real growth of only 5.5% YoY, reaching R \$ 94.4 billion.

Among the several factors that contributed to this result YTD, there are: adherence to debt installments, established by Law No. 12,996/2014; drop in the collection of Income Tax/Social Contribution, especially in the months of January and February; extraordinary revenue in May 2013 related to the COFINS/PIS and Income Tax/Social Contribution, due to legal deposit and sale of shares, respectively; tax cuts, especially on payroll, food parcel and ICMS in the tax base of PIS/COFINS-Import.

The main declines seen in the period January-August 2014, compared to the same period last year, were recorded in the following taxes: Import Tax (-15.9%); IPI-Binds (-13.5%); and COFINS-Other Companies (-1.3%). On the positive side, increases that stand out: IRRF-Other income (+58.0%); Social Contribution-Other Companies (+36.5%); Income Tax-Individuals (+29.7%); COFINS- Financial Entities (+28.3%); Income Tax-Other Companies (+28.2%); Income Tax-Corporations (+27.7%); and IPI-Cars (+27.3%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the State Industry fell by 1.6% in August compared to the previous month, and a drop of 0.7% YoY. In Brazil, there were counter movements in both comparisons, when industrial production showed a small increase of 0.7% compared to July, and a significant decrease of 5.4% compared to August 2013. This background also reflects the uncertainties and adjustments that have characterized international and Brazilian economies. From January to August, the industry recorded in RJ loss of 3.0%, situation that repeats itself in the country, which fell by 3.1%. In the last 12 months, Rio's industrial sector is down 2.4%, and negative growth of 1.8% in Brazil.

In terms of the main aggregates, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry declined in August by 5.2% and 3.1%, respectively, compared to the same period last year. Nationally, these industries also declined by 7.0% and 7.3%, respectively, over the same period of 2013.

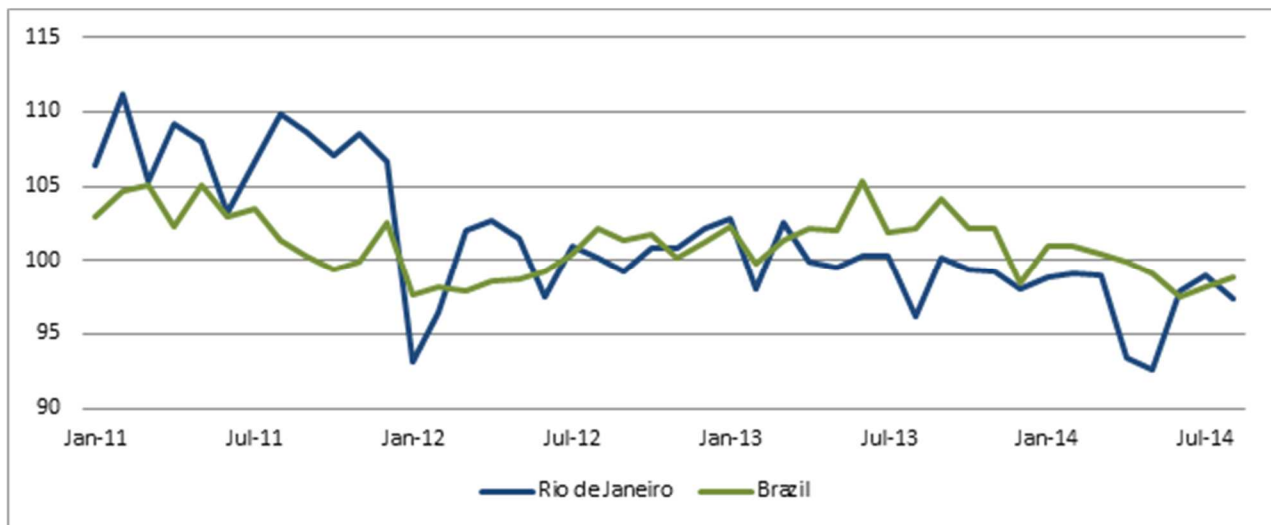
The analysis of the thirteen activities of the Manufacturing Industry in the ERJ reveals the slowdown in industrial activity over the previous year: nine of these activities showed reduced production. The main negative contribution was the sector of Motor Vehicles, Trailers and Bodies (-18.5%), driven mainly by lower production of trucks and frame with engines for buses or trucks. It is also worth mentioning the decreases observed in Food Products (-17.7%), Beverages (-17.8%), Other Chemicals (-10.3%) and Metal Products (-15.7%), explained largely by the lower production of ice cream, popsicles and ice cream products edible, crystal sugar, flour, cookies and crackers and prepared or preserved fish in the first activity; beer and draft beer in the second; paint and varnish for printing, additives for lubricating oils and paints and varnishes dissolved in non-aqueous medium in the third; anchors, grapnels and parts and pieces of iron and steel, tubular scaffolding and scaffolding materials for frames and bracing, structures of iron and steel into sheets or other forms, and locks or bolts for various uses (except vehicles and furniture) in the latter. On the other hand, the most important positive contribution came from the Coke, Products Oil and Biofuels activity (+4.8%), driven especially by increase in manufacturing of aviation kerosene, fuel oil and automotive gasoline.

YTD through August 2014, compared to the same period of 2013, the industrial production of Rio de Janeiro faced decrease of 3.0%, largely due to the decline of nine out of thirteen sectors surveyed. The main negative contribution on the General Index was with Vehicles (-24.2%). It is also worth mentioning the decreases observed in Other Chemicals (-10.7%), Pharmaceuticals (-11.3%), Metallurgy (-3.5%) and Petroleum products and biofuels (-0.8%), mainly explained by the decrease in the production of paints and varnishes for printing, additives for lubricating oils, insecticides for agricultural use and polypropylene; medicines; sheet-tin plate, unwrought aluminum alloys and thick carbon steel coils; and diesel and fuel oils respectively.

Conversely there are the sectors of Maintenance, Repair and Installation of Machinery and Equipment (8.5%) and Rubber Products and Plastic Materials (5.4%): they were the most significant positive contributions to the General Industry, driven mainly by higher quantity of service for maintenance and repair of machines and equipment for industrial uses, aircraft, non-electrical of prime movers, ships or other vessels, in the first activity; and increase in production of plastic articles for household and bathtubs, showers, plastic sinks and washbasins, in the latter.

Graph 1

General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2012 = 100)



Source: PIM/IBGE

Commerce. Compared with Brazil, the state of Rio de Janeiro showed greater growth in sales volume in three (out of ten) extended retail segments in January-August this year, compared with the same period last year. In the other two segments, percentage change also higher than the national average, but negative. Considering the general indices of retail sales, the volume of Brazilian sales shrank in the period (the first time this year), and the ERJ recorded slight growth: -1.0% (BR) and 1.3% (ERJ).

With this result, YTD through August, the state exceeded the national outcome (+3.0% and +2.9% respectively), also unprecedented this year. In the extended retail trade, in July-August, there was negative outcome both in sales volume in the country (-5.9%) and the state (-2.5%); both due mainly to 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces'. In the year to August, the same segment was crucial for the negative result of the sales volume in Brazil (-1.5%), and low state growth (+0.8%).

The three segments mentioned before, two had greater growth in sales volume in the ERJ compared to the national average, also accumulated in the year: 'Fuels and lubricants' and 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco'. This result can be explained on two fronts: better results in state sales in these segments in previous bimesters; and the poor result of the volume of national sales recorded in the fourth two months.

It is important to mention that in the period January-August 2013, only a segment recorded a negative result in ERJ (and none considering the national average): 'Furniture and appliances' (-1.3%). In the same period of 2014, the ERJ presented six segments with drop in sales volume, and at the national level, four with negative variation. Emphasis on 'Books, newspapers, magazines and stationery' (-6.1% and -6.8%, respectively), 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-3.3% and -9.8%, respectively) and 'Equipment and office supplies, computer and communication' (-10.4% and -4.2%, respectively).

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	Jan.–Aug.		August	
	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil
Fuels and lubricants	4.2	3.0	1.4	0.1
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	4.5	2.4	2.7	-1.7
Textiles, clothing and footwear	-0.2	-1.3	0.4	-1.2
Furniture and appliances	-3.4	1.5	-11.2	-7.5
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	4.1	9.3	2.4	7.1
Books, newspapers, magazines and stationery	-6.1	-6.8	-5.6	-8.9
Equipment and office supplies, computer and communication	-10.4	-4.2	-13.7	-6.8
Other articles of personal and domestic use	5.3	8.2	6.1	4.4
Retail Trade	3.0	2.9	1.1	-1.1
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-3.3	-9.8	-8.7	-17.4
Building material	-0.7	0.2	-4.2	-5.7
Expanded Retail Trade	0.8	-1.5	-2.4	-6.8

I.III Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) in the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) decreased 1.5% in the period from January to August this year, YoY. This decrease in the state in 2014 is explained by the phenomenon 'nem-nem': people between 15 and 29 who are neither (nem) in the labor market, nor (nem) in the education system. In the country, the index for the PEA in the first eight months of 2014 shows a reduction of 0.88%. This reduction in the labor force is a major contributor to the reduction of the unemployment rate in the state, which reached its lowest level of the series started in March 2002: 3.0% in August 2014.

With regard to the employed population in Rio de Janeiro, it is slightly lower (-0.17%) in the period January-August 2014, compared to the same period of 2013. It may be noted that this result is given by combination between the positions of the occupation: the jobs registered workers grew 2.0% in the period; while the informal sector (36%) reduced, with jobs self-employment decreasing 0.32% and unregistered workers decreasing 9.0%. Still outnumber the jobs 'Military or civil servants' (+4.1%).

Assessing the economic sectors in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the 'Public administration and defense, social security, education, health and social services' (+3.3%) sector, accounting for 20% of employment in August, 'Oil & Gas and Mining, Manufacturing and Production and Distribution of Electricity, Gas and Water Supply' (+0.92%), corresponding to 11%, and 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (+0.61%), corresponding to 18%. On the other hand, the sectors with retraction in the occupation were: 'Domestic Services' (-7.8%), corresponding to 6%, 'Financial intermediation and real estate activities, rentals and services to the company' (-2.5%), representing 16%, 'Construction' (-3.6%), corresponding to 7%, and 'Other Services' (-0.06%), corresponding to 21%.

As for formal jobs, CAGED data show that in the period, there were net admissions in the State of Rio de Janeiro, totaling 39,869 jobs, less than in the previous year (58,913 net admissions in the period). This result is due to the higher volume of net disconnections in the sector 'Trade' (-13,566). Also noteworthy is the sector 'Services', which from January to August 2014 generated higher number of net admissions (16.9%) than in 2013.

As to the real average income – at prices of August 2014 - of workers in the RMRJ, there was a substantial real increase (+5.0%) in the year. Interestingly, the average real income of registered workers in the state increased above the total in the period (+6.6%).

I.IV Inflation

The National Consumer Price Index – IPCA in the State of Rio de Janeiro changed by -0.80% and +0.42% in the months of July and August 2014, respectively. Regarding Brazil, the results presented were +0.01% and +0.25% for the same period. It is noteworthy that in Rio de Janeiro the index reached +4.64%, variation greater than the one observed in the same period of 2013, +3.18%. Over the past 12 months, inflation was 7.67%, down from 6.30% in the same period last year. With regard to Brazil, the YTD was 6.51%.

In the 4th two months of 2014, the inflation of the last 12 months in Rio de Janeiro was 7.67%, exceeding the target ceiling. Inflation in Brazil was also above the limit in the same period (+6.51%). It is important to remember that the target set by the Central Bank for inflation in 2014 is 4.50%, with a variation of 2 percentage points, up or down. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to keep the Selic rate in recent meetings, at 11.00%³.

The groups with the highest increases in August were: Household articles (+1.29%), Housing (+0.93%) and Food & Beverage (+0.54%). Household articles group was pushed mainly by the increase in repair and maintenance services (+1.48%). Housing group, it was influenced by the increase in prices of condominiums and rents (+1.77% and +2.71%, respectively). Regarding Food & Beverage, the item eating-out products has put pressure on it (+1.36%). Among the groups that helped contain inflation in the period: Clothing (-0.89%) and Education (-0.05%) experienced deflation in the period.

³ In the last week in October, COPOM raised the Selic to 11.25%.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index 4 th period of two months	RJ		YTD (August)		YoY (August)	
	July	August	RJ	BR	RJ	BR
General Index	-0.80	0.42	4.65	4.02	7.67	6.51
Foods and Beverages	-0.48	0.54	6.42	4.76	9.70	7.53
Housing	0.39	0.93	4.07	5.98	7.98	8.53
Household Articles	0.79	1.29	5.67	4.97	9.29	7.88
Clothing	0.77	-0.89	2.22	1.15	5.91	4.65
Transport	-1.74	0.12	2.61	0.87	5.39	3.72
Health and Personal Care	0.47	0.52	5.04	5.27	7.11	7.04
Personal Expenses	1.23	0.47	6.22	6.24	10.05	8.92
Education	0.20	-0.05	8.76	7.84	9.62	8.22
Communication	0.08	0.06	-0.91	-1.67	0.48	-0.51

Source: IPCA/IBGE.

I.V External Sector

Exports made through RJ reached U.S.\$ 15.8 billion in January-August, up 25.9% over the same period of 2013. This result was due to the increase in July-August 2014, when exports in two months totaled U.S.\$ 6.8 billion, being twice the value observed in the same period of 2013. On the import side, there was a reduction of entry of goods (-2.2%), reaching U.S.\$ 14.7 billion. The balance for the period was a surplus of U.S.\$ 1.1 billion, much different to that obtained in the same period of 2013, when U.S.\$ 2.5 billion deficit was observed.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁴.

Apesar dos reveses, a economia mundial mantém o ritmo de crescimento, mesmo que desigual entre os países. Nas economias avançadas, os legados do boom pré-crise e a crise subsequente, incluindo a elevada dívida pública e privada, ainda lançam sombra sobre a recuperação. Já os mercados emergentes estão se ajustando às taxas de crescimento econômico, as quais estão mais baixas que as atingidas no boom pré-crise e a recuperação pós-crise. As dificuldades da recuperação global são consequência de: aumento das tensões geopolíticas e suas repercussões para os mercados de commodities e economia real, os choques nos mercados financeiros, e as decepções macroeconômicas em países ou regiões com importância sistêmica. Em todos estes casos, o comércio global e a interconectividade do mercado financeiro podem ser agentes de transmissão e amplificação dos choques, com grandes repercussões mundiais.

A política de '*quantitative easing*' – QE realizada pelo Banco Central Americano (Fed) chegou ao fim em outubro, depois de seis anos. Quando o Fed começou a compra de ativos no final de 2008, a premissa era simples: desencadear uma onda de liquidez para forçar investidores 'nervosos' a saírem de investimentos seguros para ativos mais arriscados. É difícil argumentar que a tática não funcionou: meia década de baixas taxas de juros e QE parece ter acendido a demanda intensa para os títulos de maior risco. Tais características sugerem uma grande preocupação sobre QE: que a liquidez desencadeada pelo Fed estimulou a procura nos mercados financeiros mais que na economia real. O que se vê hoje é a fraca performance da economia americana (previsão de crescimento para 2014: +1,8%).

Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu realizou em outubro um 'teste de stress' no setor bancário. O resultado foi: a maior parte dos maiores bancos da Europa seria capaz de sobreviver a uma crise financeira ou recessão econômica grave. A conclusão da auditoria nas instituições da zona do euro é potencialmente um ponto de inflexão para a economia da região. A auditoria foi destinada a remover uma nuvem de desconfiança que tem impedido empréstimos em países como Itália e Grécia, o que deixara a zona do euro se esforçando para evitar cair novamente em recessão pela terceira vez desde que a crise financeira mundial. Ao expor um número relativamente pequeno de bancos enfermos – apenas 13 dos 130 maiores bancos da zona do euro em análise – o banco central poderá tornar mais fácil levantar o dinheiro que os bancos em melhor situação podem emprestar aos clientes.

O crescimento do PIB chinês se mantém forte, 7,4% em 2014 (FMI), e espera-se um crescimento mais 'moderado' para 2015 (7,1%). A análise do Banco Mundial conclui que a desaceleração será consequência da intensificação dos esforços do governo para reduzir as debilidades do sistema financeiro, reduzir a rigidez (do mercado) e fazer que o crescimento seja mais duradouro, migrando para um modelo de crescimento baseado no consumo interno. Contudo, fabricantes internacionais de bens de consumo, como Unilever, Nestlé, Colgate-Palmolive, relataram quedas nas vendas no país no terceiro trimestre. Isso se deve ao fato das marcas estrangeiras terem perdido participação de mercado para rivais locais, mas a tendência de consumo mais lento ainda é forte.

⁴ Esta análise utiliza dados disponíveis até 28/10/2014.

Entre os países do Brics, Brasil, Rússia e África do Sul estão debatendo economicamente. Este ano, a eleição indiana também foi travada no contexto de vários anos de crescimento econômico decepcionante. Só a China mantém crescimento forte. Contudo, a dificuldade não é só econômica. Os sistemas políticos destes países estão fragilizados, com a corrupção sendo o problema mais aparente.

No Brasil, especialmente, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR) mostra que a atividade econômica variou 0,3% entre julho e agosto de 2014. Na comparação com agosto de 2013, variação negativa (-1,3%). No acumulado no ano até agosto, resultado também preocupante (-0,1%). E no acumulado em 12 meses (em agosto), alta de 0,9%.

Dados da indústria e do comércio indicam que a atividade econômica ainda vem sendo impulsionada principalmente pelo consumo, que está em ritmo de desaceleração crescente. Em agosto de 2014, variação de +0,7% da Indústria Geral em relação a julho, puxada por Indústria Extrativa (+2,4%). Na taxa anualizada em agosto, variação da Indústria Geral de -1,7%, com forte influência de Indústria de Transformação (-2,3%). E ainda, considerando-se apenas o acumulado neste ano, resultado ainda pior para a Indústria Geral (-3,1%), mesmo com a recuperação de Indústria Extrativa (+4,8%), o que mostra o grande peso de um fraco resultado na Indústria de Transformação (-4,0%).

Ao mesmo tempo, o comércio varejista (restrito) apresentou alta de 1,1% em agosto na comparação com o mês anterior. Em relação ao mês de agosto de 2013, variação de -1,1%. Considerando o acumulado anual (até agosto), alta de 2,9%. Em agosto de 2013, o mesmo acumulado registrava 3,8%. E ainda, considerando-se o comércio varejista ampliado, as diferenças acentuam-se (com as quedas em 'Veículos, motocicletas, partes e peças'). Na comparação com agosto de 2013, variação de -6,8%. Em relação a julho de 2014, variação de -0,4%. No acumulado até agosto, resultado também negativo (-1,5%). No mesmo período de 2013, o índice acumulado variou 3,1%.

Estes índices indicam uma forte desaceleração da economia em 2014, com a expectativa⁵ de crescimento de 0,1 % do PIB em 2014 (2,5% em 2013). Fatores como a desaceleração da demanda interna e externa (em especial a Argentina), perspectivas negativas para a indústria de transformação, queda dos preços internacionais de algumas commodities (como o minério de ferro e o petróleo), diminuição acentuada do ritmo de expansão do crédito, significativo aumento da taxa básica de juros ao longo dos últimos meses e crescente incerteza gerada pelos fatores citados (e outros) tendem a contribuir para resultados igualmente fracos do PIB nos últimos dois trimestres do ano, chegando em 0,1% ao final do ano. A indústria deverá retrair 2,2% em 2014 (+1,7% em 2013) e o setor de serviços, influenciado em parte pela retração industrial, também deverá sofrer desaceleração, crescendo apenas 0,9% em 2014 (2,2% em 2013). O setor de agropecuária deverá crescer 2,3% (6,6% em 2013).

Considerando o setor externo (balança comercial), outro setor que poderá apresentar restrições ao crescimento do PIB, houve em agosto o sexto superávit consecutivo do ano e tornou positivo o saldo no acumulado em agosto pela primeira vez no ano (US\$ 251 mi). No mesmo período de 2013, o saldo fora deficitário em US\$ 3,8 bi. Nas exportações acumuladas, destaques para 'Óleos brutos de petróleo'

⁵ IBRE/FGV.

(+54,1%) e 'Minérios de ferro e seus concentrados' (-10,5%). Nas importações, destaques para 'Óleos brutos de petróleo' (-9,8%) e 'Automóveis de passageiros' (-12,0%).

Quanto à inflação, o IPCA variou 0,25% em agosto de 2014, bem próximo do registrado no mesmo mês em 2013 (+0,24%). Destaque positivo para o setor de 'Alimentação e bebidas' (-0,15%), e negativos para 'Habitação' (+0,94%), pressionado pelo reajuste de preços de energia elétrica, e 'transportes' (+0,33%), pressionado pelo aumento de passagens aéreas, gasolina e etanol. No acumulado em 12 meses (em agosto), o índice geral variou 6,51% (+6,09% no mesmo período de 2013). Na taxa anualizada em agosto, alta de 4,02% (+3,43% em agosto de 2013), com destaques para 'Educação' (+7,84%), 'Despesas pessoais' (+6,24%) e 'Habitação' (+5,98%). Considerando as expectativas de novos reajustes nas tarifas de energia elétrica e na gasolina ainda em 2014, entre outros fatores, o mercado espera inflação de 6,45% para o final de 2014.

Dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) mostram que a taxa de desocupação em agosto continua em níveis baixos (+5,0%), mantendo a média dos meses de 2014 (até agosto) igualmente baixa (+4,9%). No entanto, uma avaliação mais consistente deve levar em consideração a evolução do número do pessoal ocupado, que está em queda, ou seja, menos postos de trabalho estão sendo criados. O número de postos líquidos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o CAGED/MTE, registrou novamente uma queda em agosto na comparação com o mesmo mês de 2013 (-21%), o que impactou diretamente no resultado acumulado anual (-30%).

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 771,8 bilhões de janeiro a agosto de 2014. Esse resultado representou o aumento nominal de 6,86% e real de 0,64% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2013. Em julho de 2014, a arrecadação federal mensal somou R\$ 98,8 bilhões, o que representou o aumento de 4,8% em termos nominais e queda de 1,6% em termos reais (IPCA), comparando-se com o mesmo mês do ano anterior. Houve aceleração em agosto, com crescimento nominal de 12,4% e crescimento real de apenas 5,5%, ante o mesmo mês de 2013, chegando ao valor de R\$ 94,4 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: adesão aos parcelamentos de débitos, instituídos pela Lei nº 12.996/2014; redução na arrecadação do IRPJ/CSLL ocorrida, principalmente, nos meses de janeiro e fevereiro; arrecadação extraordinária, em maio de 2013, referente à COFINS/PIS e ao IRPJ/CSLL, em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária, respectivamente; desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, cesta básica e ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS – Importação.

Os principais decréscimos verificados no período janeiro-agosto de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: Imposto de Importação (-15,9%); IPI-Vinculado (-13,5%); e COFINS-Demais Empresas (-1,3%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: IRRF-Outros Rendimentos (+58,0%); CSLL-Demais Empresas (+36,5%); IR-Pessoa Física (+29,7%); COFINS-Entidades Financeiras (+28,3%); IR-Demais Empresas (+28,2%); IR-Pessoa Jurídica (+27,7%); e IPI-Automóveis (+27,3%).

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em agosto apresentou recuo de 1,6% em relação ao mês anterior. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, houve queda de 0,7%. No Brasil, houve movimentos contrários em ambas as comparações, onde a produção industrial apresentou uma pequena variação positiva de 0,7% em relação a julho, e queda significativa de 5,4% em relação a agosto de 2013. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a agosto, a indústria fluminense registrou resultado negativo de 3,0%, situação que se repete no país, que registrou queda de 3,1%. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de 2,4%, e variação negativa de 1,8% em nível Brasil.

Em termos dos principais agregados, a indústria extrativa e de transformação fluminense, em agosto, apresentaram queda de 5,2% e crescimento de 3,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação também apresentaram queda de 7,0% e crescimento de 7,3%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013.

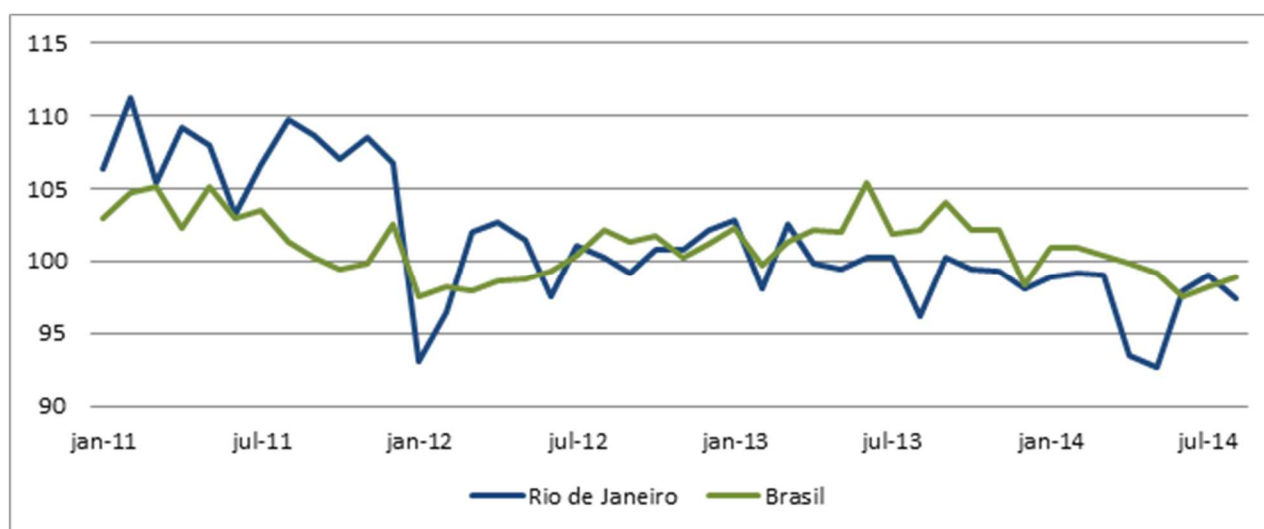
A análise das treze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ mostra uma desaceleração na atividade industrial fluminense em relação ao mês anterior: nove desses setores apresentaram redução da produção. O principal impacto negativo ficou com o setor de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (-18,5%) pressionado principalmente pela menor fabricação de caminhões e de chassis com motor para ônibus ou caminhões. Vale mencionar também os recuos observados em Produtos Alimentícios (-17,7%), Bebidas (-17,8%), Outros Produtos Químicos (-10,3%) e Produtos de Metal (-15,7%), explicados, em grande medida, pela menor produção de sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, açúcar cristal, farinha de trigo, biscoitos e bolachas e preparações e conservas de peixes, no primeiro ramo; de cervejas e chope, no segundo; de tintas e vernizes para impressão, aditivos para óleos lubrificantes e tintas e vernizes dissolvidos em meio não aquoso, no terceiro; de âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, andaimes tubulares e materiais para andaimes para armações e para escoramento, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas e fechaduras ou ferrolhos para usos diversos (exceto veículos e móveis), no último. Por outro lado, a contribuição positiva mais importante veio do setor de Coque, Produtos Derivados do Petróleo e Biocombustíveis (4,8%), impulsionado especialmente pela maior fabricação de querosenes de aviação, óleos combustíveis e gasolina automotiva.

De janeiro a agosto de 2014, comparado ao mesmo período de 2013, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 3,0%, decorrente em grande parte da queda de nove dos treze setores pesquisados. O principal impacto negativo sobre a média global ficou com o setor Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (-24,2%). Vale citar também os recuos observados em Outros Produtos Químicos (-10,7%), em Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos (-11,3%), em Metalurgia (-3,5%) e em Coque, Produtos Derivados do Petróleo e Biocombustíveis (-0,8%), explicados principalmente pela queda na produção de tintas e vernizes para impressão, aditivos para óleos lubrificantes, inseticidas para uso na agricultura e polipropileno; de medicamentos; de folhas-de-flandres, ligas de alumínio em formas brutas e bobinas grossas de aços ao carbono; e de óleo diesel e óleos combustíveis, respectivamente.

Em sentido oposto, os setores de Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos (8,5%) e de Produtos de Borracha e Material Plástico (5,4%) exerceram as contribuições positivas mais relevantes sobre o total da indústria, impulsionados, sobretudo pela maior quantidade de serviços prestados de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para usos industriais, de aeronaves, de máquinas motrizes não elétricas e de navios ou outras embarcações, no primeiro ramo; e maior produção de artigos de plástico para uso doméstico e banheiras, chuveiros, pias e lavatórios de plástico, no último.

Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2012 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

Comércio. O estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, apresentou crescimento superior no volume de vendas em três (em dez) segmentos do comércio varejista ampliado no quarto bimestre do ano, quando comparado com igual bimestre do ano anterior. Em outros dois segmentos, variação percentual também superior à média nacional, porém negativa. Considerando-se os índices gerais de comércio varejista, o volume de vendas brasileiro no quarto bimestre apresentou retração (pela primeira vez no ano), e o ERJ registrou leve crescimento: -1,0% (BR) e +1,3% (ERJ).

Com esse resultado, no acumulado no ano até agosto, o resultado estadual ultrapassou o nacional (+3,0% e +2,9%, respectivamente), feito também inédito esse ano. No comércio varejista ampliado, também no quarto bimestre, houve resultado negativo tanto no volume de vendas nacional (-5,9%) quanto estadual (-2,5%); ambos em função, principalmente, de 'Veículos, motocicletas, partes e peças'. No acumulado no ano até agosto, o mesmo segmento determinou a entrada no terreno negativo do volume de vendas nacional (-1,5%), e baixo crescimento estadual (+0,8%).

Dos três segmentos citados no início, dois tiveram crescimento superior no volume de vendas no ERJ em relação à média nacional, também no acumulado no ano: 'Combustíveis e lubrificantes' e 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo'. Esse resultado pode ser explicado em duas frentes: melhores resultados nas vendas estaduais nestes segmentos em bimestres anteriores; e o resultado ruim do volume de vendas nacional verificado no quarto bimestre.

É importante mencionar que no período Janeiro-Agosto de 2013, apenas um segmento registrou resultado negativo no ERJ (e nenhum considerando a média nacional): 'Móveis e eletrodomésticos' (-1,3%). No mesmo período de 2014, o ERJ apresentou seis segmentos com queda no volume de vendas, e, no âmbito nacional, quatro com variação negativa. Destaque para 'Livros, jornais, revistas e papelaria' (-6,1% e -6,8%, respectivamente), 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-3,3% e -9,8%, respectivamente) e 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (-10,4% e -4,2%, respectivamente).

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	Jan-Ago		Agosto	
	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil
Combustíveis e lubrificantes	4,2	3,0	1,4	0,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,5	2,4	2,7	-1,7
Tecidos, vestuário e calçados	-0,2	-1,3	0,4	-1,2
Móveis e eletrodomésticos	-3,4	1,5	-11,2	-7,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,1	9,3	2,4	7,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,1	-6,8	-5,6	-8,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-10,4	-4,2	-13,7	-6,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,3	8,2	6,1	4,4
Comércio varejista	3,0	2,9	1,1	-1,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	-3,3	-9,8	-8,7	-17,4
Material de construção	-0,7	0,2	-4,2	-5,7
Comércio varejista ampliado	0,8	-1,5	-2,4	-6,8

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 1,5% no período de janeiro-agosto deste ano, na comparação anual. Esta diminuição no estado em 2014 é explicada pelo fenômeno "nem-nem": pessoas entre 15 e 29 anos que não estão *nem* no mercado de trabalho, *nem* no sistema de ensino. No país, o índice para a PEA nos oito primeiros meses de 2014 mostra redução de 0,88%. Essa redução da PEA é o que mais contribui para a redução da taxa de desocupação no estado, a qual atingiu o nível mais baixo da série iniciada em março de 2002: 3,0% em agosto de 2014.

No que se refere à população ocupada no Rio de Janeiro, esta se encontra ligeiramente inferior (-0,17%) no período janeiro-agosto de 2014, na comparação com igual período de 2013. Pode-se observar que este resultado é dado pela combinação entre as posições da ocupação: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram crescimento de 2,0% no período; já o setor informal (36% do total) apresentou queda, com empregos 'Contra própria' diminuindo 0,32% e 'Sem carteira assinada' diminuindo 9,0%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+4,1%).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+3,3%), correspondendo a 20% da ocupação em agosto, 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+0,92%), correspondendo a 11%, e 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (+0,61%), correspondendo a 18%. Por outro lado, os setores que apresentaram retração na ocupação foram: 'Serviços domésticos' (-7,8%), correspondendo a 6%, 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-2,5%), correspondendo a 16%, 'Construção' (-3,6%), correspondendo a 7%, e 'Outros serviços' (-0,06%), correspondendo a 21%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que no período houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 39.869 postos, resultado inferior ao observado no ano anterior (58.913 admissões líquidas no período). Este resultado é decorrente do maior volume de desligamentos líquidos no setor 'Comércio' (-13.566). Destaca-se também o setor de 'Serviços', que de janeiro a agosto de 2014 gerou maior número de admissões líquidas (16,9%) que em 2013.

Quanto ao rendimento médio real – preços de agosto de 2014 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real expressivo (+5,0%) no ano. É interessante observar que o rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada no estado aumentou acima do total no período (+6,6%).

I.IV Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no Estado do Rio de Janeiro registrou variação de -0,80% e 0,42% nos meses de julho e agosto de 2014, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 0,01% e 0,25% para o mesmo período. Ressalte-se que o Rio de Janeiro alcançou, no acumulado do ano, 4,64%, variação superior à observada no mesmo período de 2013, 3,18%. Nos últimos 12 meses, a inflação foi de 7,67%, abaixo dos 6,30% registrados no mesmo período do ano anterior. No que tange ao Brasil, o acumulado no ano foi 6,51%.

No 4º bimestre de 2014, a inflação dos últimos 12 meses no Rio de Janeiro foi de 7,67%, ultrapassando o teto da meta. A inflação no Brasil também ficou acima do limite no mesmo período (+6,51%). Observa-se que a meta estabelecida pelo Banco Central para inflação em 2014 é 4,50%, com variação de 2 p.p. para mais ou para menos. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu manter a taxa SELIC, nas últimas reuniões, em 11,00%⁶.

Os grupos que apresentaram as maiores altas em agosto foram: Artigos de Residência (+1,29%), Habitação (+0,93%) e Alimentação e Bebidas (+0,54%). O grupo Artigos de Residência foi pressionado, principalmente, pelo aumento dos serviços de consertos e manutenção (+1,48%). Em relação ao grupo Habitação, este foi influenciado pelo aumento de preços dos aluguéis e condomínios (+1,77% e +2,71%, respectivamente). No que tange o grupo Alimentação e bebidas, o item alimentação fora do domicílio exerceu pressão sobre o mesmo (+1,36%). Entre os grupos que ajudaram a conter a inflação no período: Vestuário (-0,89%) e Educação (-0,05%) apresentaram deflação no período.

⁶ Na última semana de outubro, o COPOM elevou a Selic para 11,25%.

Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 4º Bimestre	RJ		No ano (agosto)		Em 12 meses (agosto)	
	Julho	Agosto	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	-0,80	0,42	4,65	4,02	7,67	6,51
Alimentação e bebidas	-0,48	0,54	6,42	4,76	9,70	7,53
Habituação	0,39	0,93	4,07	5,98	7,98	8,53
Artigos de Residência	0,79	1,29	5,67	4,97	9,29	7,88
Vestuário	0,77	-0,89	2,22	1,15	5,91	4,65
Transportes	-1,74	0,12	2,61	0,87	5,39	3,72
Saúde e Cuidados Pessoais	0,47	0,52	5,04	5,27	7,11	7,04
Despesas Pessoais	1,23	0,47	6,22	6,24	10,05	8,92
Educação	0,20	-0,05	8,76	7,84	9,62	8,22
Comunicação	0,08	0,06	-0,91	-1,67	0,48	-0,51

Fonte: IPCA/IBGE.

I.V Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 15,8 bilhões de janeiro a agosto, crescimento de 25,9% em relação a igual período de 2013. Este resultado se deu devido ao aumento observado em julho e agosto de 2014, quando as exportações no bimestre totalizaram US\$ 6,8 bilhões, sendo o dobro do observado no mesmo período de 2013. Do lado das importações, no período houve redução de entrada de mercadorias (-2,2%), alcançando US\$ 14,7 bilhões. O saldo no período foi de superávit de US\$ 1,1 bilhão, resultado muito diferente ao obtido no mesmo período de 2013, quando foi observado déficit de US\$ 2,5 bilhões.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 723 de Fevereiro de 2014.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 12.759,98 milhões / 103,3% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 54.455,10 milhões / 104,5% da meta realizada.

Tabela 3
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2014	RECETA REALIZADA (JUL - AGO) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - AGO) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES ⁽¹⁾	11.393,38	11.060,54	97,1%	45.113,30	45.210,74	100,2%
RECEITAS DE CAPITAL ₍₁₎	963,34	1.699,44	176,4%	7.015,03	9.244,36	131,8%
TOTAL	12.356,71	12.759,98	103,3%	52.128,33	54.455,10	104,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes⁷ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital⁸ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

No quarto bimestre, a receita total realizada atingiu o montante de R\$ 12.759,98 milhões (103,3% da meta estipulada para o período).

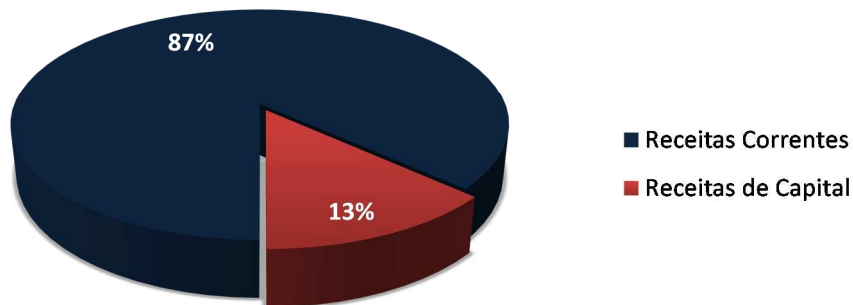
No quarto bimestre de 2014, a receita total realizada pelo Estado do Rio de Janeiro superou a meta em 3,3%.

⁷ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

⁸ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

Gráfico 2

Composição da Receita Total 4º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Contribuíram para o cumprimento da meta estipulada, principalmente, as receitas de capital. Estas atingiram o valor total de R\$ 1.699,44 milhões (+ 176,4%). Dentre as receitas de capital, as receitas de operações de crédito se destacaram positivamente, superando a meta em 91,7% (+ 664,39 milhões).

Já as receitas correntes obtiveram um valor abaixo do estipulado. Realizaram 97,1% da meta prevista para o bimestre (R\$ 11.060,54 milhões).

No acumulado, até o quarto bimestre, o total das receitas que ingressaram nos cofres públicos se encontra muito próximo da meta estipulada: 104,5% ou R\$ 54.455,10 milhões. Tanto as receitas correntes quanto as receitas de capital cooperaram para o alcance deste resultado, mas são as receitas de capital que se sobressaltaram em relação à meta estipulada. Estas superaram a meta em 31,8% ou + R\$ 2.229,33 milhões, em decorrência, principalmente, das receitas provenientes de operações de crédito (126,2%, R\$ 5.123,02 milhões) e das receitas de alienações de bens (153,8%, R\$ 3.403,08 milhões).

- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 11.060,54 milhões / 97,1% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 45.210,74 milhões / 100,2% da meta realizada

**Tabela 4
Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2014	RECETA REALIZADA (JUL - AGO) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - AGO) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.393,38	11.060,54	97,1%	45.113,30	45.210,74	100,2%
TRIBUTÁRIA	7.291,58	6.557,34	89,9%	29.857,68	28.344,90	94,9%
CONTRIBUIÇÕES	224,61	356,19	158,6%	897,85	1.188,27	132,3%
PATRIMONIAL	1.842,66	1.986,55	107,8%	6.123,01	6.659,73	108,8%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	10,1%	0,32	0,04	11,6%
INDUSTRIAL	32,83	24,37	74,2%	131,33	76,78	58,5%
SERVIÇOS	81,15	58,52	72,1%	313,89	238,06	75,8%
TRANSF. CORRENTES	1.014,18	904,12	89,1%	4.267,32	3.986,75	93,4%
OUTRAS	344,43	727,95	211,3%	1.259,82	1.882,85	149,5%
INTRAORÇAMENTÁRIA	561,86	445,48	79,3%	2.262,09	2.833,36	125,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem⁹:

- Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

A receita corrente acumulada, no 4º bimestre de 2014, realizou 100,2% da meta prevista para o período.

⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

atividades industriais de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

No quarto bimestre, as receitas tributárias representaram 59,3% das receitas correntes do Estado.

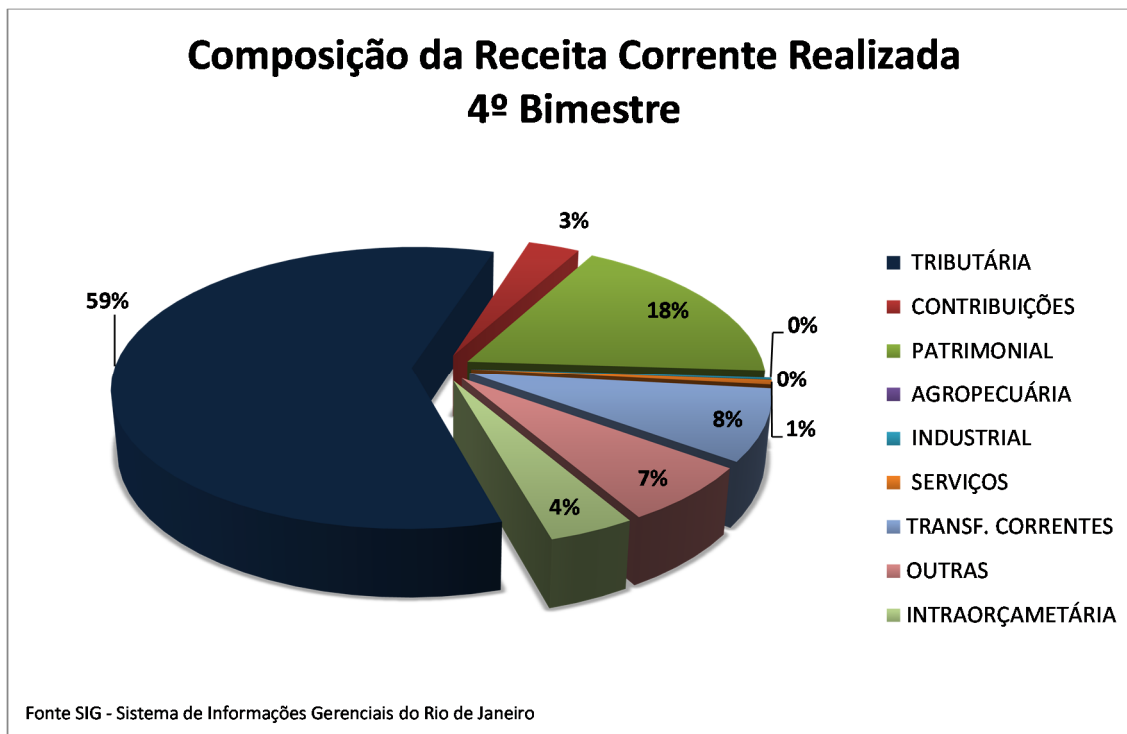
As receitas correntes, no quarto bimestre de 2014, obtiveram um resultado um pouco abaixo da meta estipulada para o período: 97,1% ou R\$ 11.060,54 milhões.

As receitas tributárias, que possuem alta representatividade perante as receitas correntes, realizaram R\$ 6.557,34 milhões, o que acarretou em um resultado abaixo da meta prevista em 10,10%.

Dentre as receitas tributárias, a receita do ICMS, principal imposto estadual, alcançou o valor de R\$ 4.993,75 milhões, uma variação de 9% frente ao mesmo período de 2013. Mais detalhes sobre a receita tributária na seção IV.I.1 deste boletim.

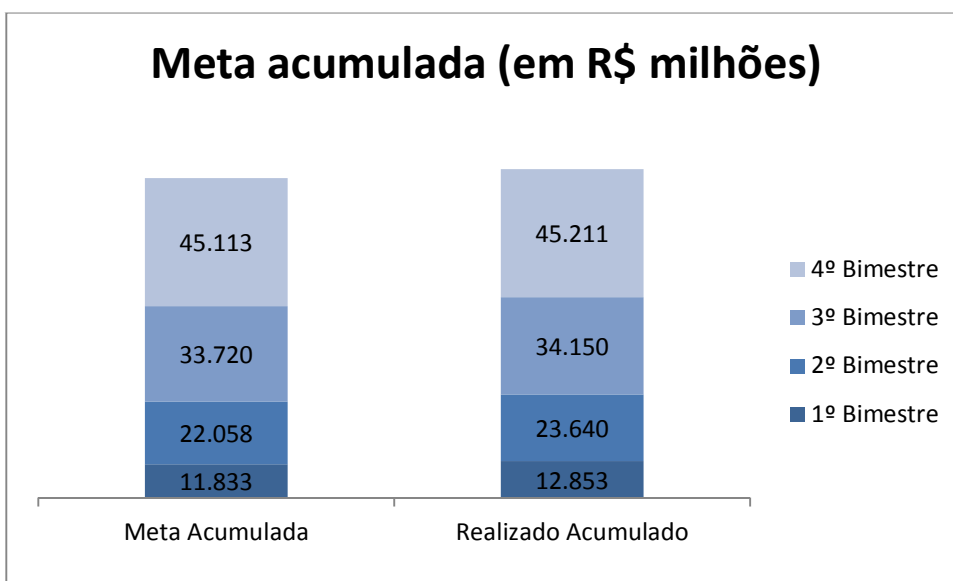
As receitas patrimoniais também impulsionaram as receitas correntes no quarto bimestre. Elas realizaram 107,8% da meta prevista e representam 18,7% das receitas correntes totais. Este resultado foi alcançado devido às receitas de participações especiais que ingressaram em agosto. Mais informações sobre as receitas patrimoniais na seção IV.I.2 deste boletim.

Gráfico 3



No acumulado, a receita corrente realizada se encontra muito próxima da meta estipulada: 100,2% ou R\$ 45.210,74 milhões. As receitas que contribuíram para este desempenho foram as receitas tributárias, receitas patrimoniais, e as outras receitas correntes, as quais, respectivamente realizaram até o mês de agosto: R\$ 28.344,90 milhões (94,9%); R\$ 6.659,73 milhões (108,8%) e R\$ 1.882,85 milhões (149,5%).

Gráfico 4



Mais informações sobre as Receitas Correntes na Seção IV.I deste boletim.

- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 1.699,44 milhões / 176,4% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 9.244,36 milhões / 131,8% da meta realizada.

Tabela 5
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECETA (JUL - AGO) 2014	RECETA REALIZADA (JUL - AGO) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECETA (JAN - AGO) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - AGO) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	963,34	1.699,44	176,4%	7.015,03	9.244,36	131,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	724,21	1.388,60	191,7%	4.060,25	5.123,02	126,2%
ALIENAÇÃO DE BENS	153,33	26,64	17,4%	2.213,38	3.403,08	153,8%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	36,97	50,43	136,4%	140,89	184,24	130,8%
TRANSF. CAPITAL	48,66	148,04	304,2%	598,96	273,68	45,7%
OUTRAS	0,00	0,00	0,0%	0,20	0,05	24,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,16	85,73	53.558,4%	1,34	260,29	19.388,7%
TOTAL	12.356,71	12.759,98	103,3%	52.128,33	54.455,10	104,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁰:

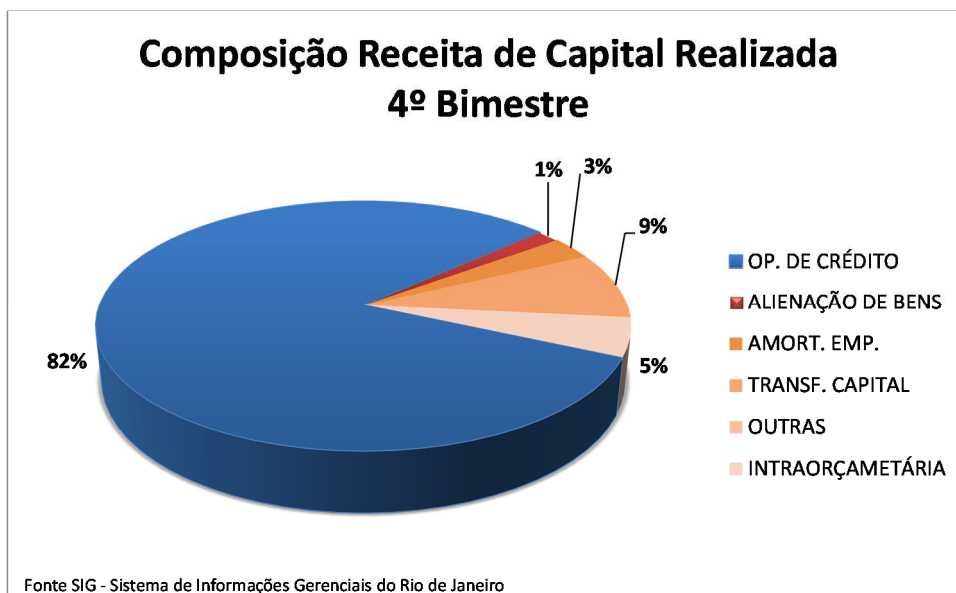
- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem

¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 5

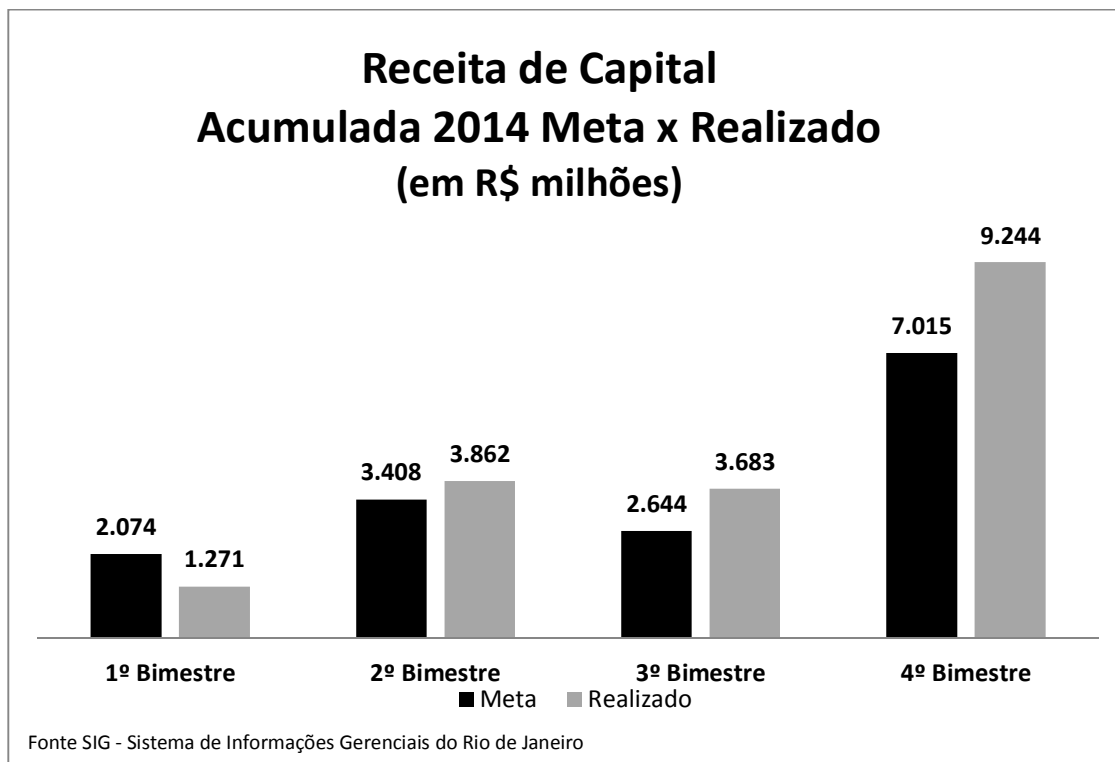


No quarto bimestre, as receitas de capital superaram a meta em R\$ 76,4%, + R\$ 736,11 milhões. Esse resultado se deveu, principalmente às receitas de operações de crédito, que, totalizaram R\$ 1.699,44 milhões (176,4%) e representam 81,7% do total das receitas de capital do bimestre. A superação da meta pelas receitas de operações de crédito é reflexo do seu cronograma de recebimento.

No acumulado, as receitas de capital atingiram o valor de R\$ 9.244,36 milhões. Este valor demonstra que há uma superação de 31,8% da meta projetada. Têm destaque no acumulado as receitas de operações de crédito e alienações de bens. As primeiras se encontram, até agosto, com o valor de R\$ 5.123,02 milhões (26,2% acima da meta) enquanto as segundas aparecem com o valor de R\$ 3.403,08 (53,8% acima da meta)

A receita de alienações de bens, no acumulado, foi influenciada pelo ingresso financeiro da receita do RIOPREVIDÊNCIA, em que o grupo de receita superou a meta em R\$ 1.189,70 milhões.

Gráfico 6



Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 48,79 bilhões / 99,9%¹¹

De acordo com artigo 8º da LRF, a Resolução SEFAZ nº 724/2014, publicada no mês de Fevereiro, divulgou o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício de 2014. Este tópico do Boletim busca aferir a despesa paga até o 4º bimestre com os valores constantes desse cronograma.

Até agosto, a dotação inicial, conforme a Lei Orçamentária, foi suplementada em R\$ 1,76 bilhão¹², aumento de 2,28%, consequência de alterações orçamentárias autorizadas, principalmente com recursos oriundos de Operações de Crédito.

Do total já autorizado (R\$ 78,84 bilhões), R\$ 1,24 bilhão permanece contingenciado, diante da incerteza de realização de toda a receita estimada para este exercício. O cenário econômico nacional aponta para constante acompanhamento da receita arrecadada e revisão de sua projeção do fim de orientar medidas a serem adotadas ao longo do ano visando manter o equilíbrio orçamentário e financeiro. A Tabela 6 ao lado demonstra os valores mencionados acima.

Tabela 6

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - AGOSTO			
DOTAÇÃO	INICIAL	77.088.941.150	-
	ATUAL	78.844.698.875	2,28%
	DISPONÍVEL	77.599.019.600	98,42%
CONTINGENCIADO		1.245.679.276	1,58%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		1.755.757.725	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

Tabela 7

RS Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A AGOSTO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESPESA PAGA	RP 2013 PAGO***	DESPESA TOTAL PAGA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	13.242	13.171	798	13.969	105,5%
OUTRAS DESP. CORRENTES	27.673	23.684	1.682	25.367	91,7%
INVEST /INVERSÕES	4.062	3.895	1.286	5.180	127,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	3.877	4.276	0	4.276	110,3%
TOTAL	48.854	45.027	3.766	48.793	99,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 724/2014

***Considerado apenas o pagamento de RP Total inscrito em 2013.

¹¹ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹² Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

A meta de execução estimada para o exercício foi de R\$ 48,85 bilhões conforme apresentada na Tabela 7, dos quais R\$ 13,24 bilhões (27,1%) se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 27,67 bilhões (56,6%) a Outras Despesas Correntes e 16,2% a gastos com Investimento/Inversões Financeiras (4,06 bilhões), além de Juros, Encargos e Amortização da Dívida (3,87 bilhão).

A despesa total paga até Agosto (R\$ 48,79 bilhões) ficou aquém da estimada no Cronograma de Desembolso do Estado em 0,1% (-R\$ 61,26 milhões). Do total gasto, uma parcela fez jus ao pagamento de restos a pagar, R\$ 3,77 bilhões, correspondendo a 7,7% da meta de execução do total até agosto.

Na análise por grupo de despesa, a maior execução frente à meta ocorreu em Investimentos e Inversões Financeiras (R\$5,18 bilhões) com R\$ 1,12 bilhão acima da meta (+27,5%). Do valor pago até o momento, R\$ 1,71 bilhão foi aplicado na função Transporte e R\$ 1,25 bilhão na função Urbanismo que equivalem a 76,9% do gasto total neste grupo.

Nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, a execução também ficou acima da meta em R\$ 727,44 milhões (+5,5%), em um total de R\$ 13,97 bilhões de despesas pagas. As maiores despesas estão concentradas na função Segurança Pública, R\$ 4,20 bilhões, na Educação, R\$ 3,11 bilhões e Judiciária, R\$ 1,75 bilhão.

Outras Despesas Correntes apontaram execução abaixo da meta em R\$ 2,31 bilhões (-8,3%), chegando aos R\$ 25,37 bilhões. Como o peso deste grupo de despesa é relevante dentro do orçamento, acabou por contrabalancear as superações da meta nos outros grupos. Ressalta-se que, estão aqui inclusos os Encargos Especiais (R\$ 8,24 bilhões), despesas não discricionárias que não acarretam a prestação de um serviço ou a produção de um bem tais como as transferências constitucionais tributárias aos municípios.

Por fim, as despesas executadas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações) apresentaram uma realização superior à meta planejada (+10,3% = +R\$ 399,32 milhões).

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

Com uma meta de execução de R\$ 48,85 bilhões, o ERJ apresentou uma despesa total de R\$ 48,79 bilhões: 0,1% abaixo da meta.

III. Resultados Fiscais¹³

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: - R\$ 532,74 milhões / + 1,5%

Acumulado: R\$ 3.465,14 milhões / + 83,8%

Tabela 8

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013-2014.

Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
I. RECEITA TOTAL (A)	11.282,38	12.759,98	13,1%	47.632,61	54.455,10	14,3%
I.1 RECEITA CORRENTE	9.238,90	10.615,05	14,9%	39.877,43	42.377,38	6,3%
I.1.1 Tributária	5.942,44	6.557,34	10,3%	26.482,85	28.344,90	7,0%
I.1.2 Patrimonial	1.668,61	1.986,55	19,1%	6.110,67	6.659,73	9,0%
I.1.3 Transferências	909,65	904,12	-0,6%	3.804,88	3.986,75	4,8%
I.1.4 Demais Correntes	718,20	1.167,04	62,5%	3.479,04	3.386,00	-2,7%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.680,86	1.613,71	-4,0%	5.741,29	8.984,07	56,5%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	362,62	531,21	46,5%	2.013,89	3.093,65	53,6%
II. DESPESA TOTAL (B)	11.823,30	13.292,72	12,4%	45.747,42	50.990,0	11,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.850,86	10.547,74	7,1%	38.677,34	41.239,84	6,6%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	5.105,06	5.512,14	8,0%	19.249,45	20.789,31	8,0%
II.1.2 Demais Correntes	4.302,37	4.548,46	5,7%	17.559,35	18.394,26	4,8%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	443,42	487,14	9,9%	1.868,54	2.056,27	10,0%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.606,95	2.128,04	32,4%	4.922,64	6.597,54	34,0%
II.2.1 Invest.	1.122,37	1.537,50	37,0%	2.975,22	4.333,06	45,6%
II.2.1.1 Obras e Instalações	920,55	1.199,92	30,3%	2.414,95	3.424,24	41,8%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	13,11	6,01	-54,2%	41,46	19,38	-53,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	188,71	331,57	75,7%	518,81	889,43	71,4%
II.2.2 Inv. Financ.	30,71	11,03	-64,1%	88,53	44,59	-49,6%
II.2.3 Amort. Dívida	453,88	579,51	27,7%	1.858,89	2.219,89	19,4%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	365,49	616,94	68,8%	2.147,44	3.152,58	46,8%
RES. ORÇAM. (A-B)	-540,92	-532,74	1,5%	1.885,18	3.465,14	83,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

No quarto bimestre de 2014, o resultado orçamentário obteve o valor total de - R\$ 532,74 milhões, o que levou a uma variação de 1,5% frente ao mesmo período do ano de 2013. O resultado negativo nos meses de julho e agosto de 2014 foi decorrente de déficit de capital. As receitas de capital realizaram R\$ 1.613,71 milhões enquanto as despesas de capital terminaram o bimestre com um valor de R\$

¹³ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.



2.128,04 milhões, o que ocasionou o déficit de capital de - R\$ 514,33 milhões.

Já em relação às receitas e despesas correntes, o resultado foi superavitário, uma vez que as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes em R\$ 67,31 milhões.

Analisando o resultado orçamentário acumulado de 2014, o mesmo realizou R\$ 3.465,14 milhões até o mês de agosto, o que levou a uma variação de 83,8% frente a 2013. Este resultado superavitário é consequência tanto das receitas correntes quanto de capital, que se encontram, até o mês de agosto, em um montante superior ao das despesas correntes e de capitais.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: R\$ 468,87 milhões / 153,4 %
Acumulado: R\$ 1.973,51 milhões / 6,2 %

Tabela 9

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2013-2014.

Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	8.795,21	11.136,58	26,6%	39.695,38	43.900,22	10,6%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	9.672,97	10.667,71	10,3%	37.837,30	41.926,72	10,8%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-877,76	468,87	153,4%	1.858,07	1.973,51	6,2%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.487,17	1.623,40	-34,7%	7.937,23	10.554,88	33,0%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	2.150,32	2.625,01	22,1%	7.910,12	9.063,24	14,6%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	336,84	-1.001,61	-397,4%	27,11	1.491,63	5402,1%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-540,92	-532,74	1,5%	1.885,18	3.465,14	83,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

Desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA da análise, o resultado orçamentário do quarto bimestre de 2014 foi superavitário em R\$ 468,87 milhões. Este valor resultou em uma variação de 153,4% frente ao mesmo período do ano anterior. Observa-se assim que, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário do quarto bimestre teria sido superavitário. Assim, conclui-se que o RIOPREVIDÊNCIA afetou negativamente o resultado orçamentário do estado, uma vez que suas despesas alcançaram o valor de R\$ 2.625,01 milhões, enquanto suas receitas não foram suficientes para arcar com todos os gastos (R\$ 1.623,40 milhões).

No acumulado, observa-se um efeito diverso. O resultado orçamentário incluindo o RIOPREVIDÊNCIA não influenciou negativamente o resultado orçamentário do Estado. O resultado orçamentário com o RIOPREVIDÊNCIA apresenta um valor positivo de R\$ 3.465,14 milhões, uma variação de 83,8% frente a 2013. Como explicado no boletim anterior, influenciou para esse resultado o ingresso financeiro da receita proveniente da alienação de ativos do RIOPREVIDÊNCIA no valor de R\$ 3.371 milhões.

O resultado orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA teve déficit de R\$ 468,87 milhões no quarto bimestre de 2014.

III.III Resultado Primário¹⁴

Bimestre: - R\$ 1.020,61 milhões / 36,1%
Acumulado: - R\$ 1.476,22 milhões / - 97,9%

Tabela 10

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013-2014.

Resultado Primário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL	11.282,38	12.759,98	13,1%	47.632,61	54.455,10	14,3%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.753,31	1.642,85	-6,3%	5.791,83	9.290,95	60,4%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	362,62	531,21	46,5%	2.013,89	3.093,65	53,6%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	9.166,44	10.585,92	15,5%	39.826,89	42.070,50	5,6%
DESPESAS TOTAL	11.823,30	13.292,72	12,4%	45.747,42	50.989,96	11,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	902,04	1.069,25	18,5%	3.742,81	4.290,65	14,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	365,49	616,94	68,8%	2.147,44	3.152,58	46,8%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	10.555,77	11.606,53	10,0%	39.857,17	43.546,72	9,3%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-1.389,33	-1.020,61	36,1%	-30,28	-1.476,22	-97,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

No quarto bimestre de 2014, o resultado primário atingiu um valor deficitário de - R\$ 1.020,61 milhões, com uma variação de +36,1% frente a 2013. Este resultado é consequência da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. Enquanto as despesas primárias atingiram alcançaram o montante de 11.606,53, as receitas primárias não foram suficiente para arcar com toda a despesa, uma vez que atingiram o valor de R\$ 10.585,92 milhões.

No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma variação positiva frente a 2013 (+ R\$ 2.243,60 milhões ; + 5,6%), porém mesmo com a variação positiva, ainda não foi suficiente para o resultado primário acumulado ser superavitário, dado que as despesas primárias cresceram em maior proporção (+ 9,3% ou + R\$ 3.689,55 milhões).

O resultado primário, no quarto bimestre de 2014, alcançou o valor negativo de R\$ 1.020,61 milhões, porém, com uma variação positiva de 36,1% frente a 2013.

¹⁴ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: - R\$ 160,47 milhões / 74%

Acumulado: + R\$ 2.531,28 milhões / - 24,3%

Tabela 11

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2012-2013.

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	8.795,21	11.136,58	26,6%	39.695,38	43.900,22	10,6%
RECEITAS FINANCEIRAS	783,24	1.555,82	98,6%	3.700,03	5.679,56	53,5%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	177,78	460,68	159,1%	645,89	904,99	40,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.834,20	9.120,08	16,4%	35.349,46	37.315,68	5,6%
DESPESAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	9.672,97	10.667,71	10,3%	37.837,30	41.926,72	10,8%
DESPESAS FINANCEIRAS	902,04	1.069,25	18,5%	3.742,81	4.290,66	14,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	319,28	317,91	-0,4%	2.088,68	2.851,67	36,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.451,66	9.280,55	9,8%	32.005,81	34.784,40	8,7%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	-617,46	-160,47	74,0%	3.343,64	2.531,28	-24,3%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-771,87	-860,14	-10,3%	-3.373,92	-4.007,51	-15,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de - R\$ 160,47 milhões, porém com uma variação positiva de 74% frente ao mesmo período de 2013. Já em relação ao acumulado, efeito diverso é observado: o resultado primário sem o RIOPREVIDÊNCIA assumiria um valor positivo de + R\$ 2.531,28 milhões, também com uma variação negativa frente a 2013 de - 24,3%. Assim, observa-se o grande impacto que o órgão tem sobre o resultado primário do estado, uma vez que seu resultado primário acumulado foi de - R\$ 4.007,51 milhões, - 15,8% em relação a 2013.

O resultado primário do Estado sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, no bimestre, seria positivo no valor de R\$ 2.531,28 milhões.

O resultado primário bimestral do RIOPREVIDÊNCIA foi deficitário no valor de R\$ 860,14 milhões. Desta forma, fica evidente o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA, afetando o resultado primário total do Estado.

IV. Receita Estadual ¹⁵

Bimestre: R\$ 12.759,98 milhões / + 13,1%¹⁶
Acumulado: R\$ 54.455,10 milhões / + 14,3%¹⁷

Tabela 12
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
TRIBUTÁRIA	5.942,44	6.557,34	10,3%	26.482,85	28.344,90	7,0%
CONTRIBUIÇÕES	259,50	356,19	37,3%	950,43	1.188,27	25,0%
PATRIMONIAL	1.668,61	1.986,55	19,1%	6.110,67	6.659,73	9,0%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	-45,3%	0,05	0,04	-27,9%
INDUSTRIAL	10,36	24,37	135,3%	113,70	76,78	-32,5%
DE SERVIÇOS	67,58	58,52	-13,4%	250,86	238,06	-5,1%
TRANSF. CORRENTES	909,65	904,12	-0,6%	3.804,88	3.986,75	4,8%
OUTRAS CORRENTES	380,74	727,95	91,2%	2.163,98	1.882,85	-13,0%
TOTAL	9.238,90	10.615,05	14,9%	39.877,43	42.377,38	6,3%
REC. CAPITAL	1.680,86	1.613,71	-4,0%	5.741,29	8.984,07	56,5%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	362,62	531,21	46,5%	2.013,89	3.093,65	53,6%
Total	11.282,38	12.759,98	13,1%	47.632,61	54.455,10	14,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

No quarto bimestre de 2014, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 12.759,98 milhões – acréscimo de R\$ 1.477,60 milhões (+ 13,1%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013.

O resultado Positivo, neste bimestre, deve-se, em grande parte, à Receita Corrente, que apresentou desempenho positivo (+ R\$ 1.376,16 milhões; + 14,9%), fruto do acréscimo de 10,3% (+ R\$ 614,90 milhões) da Receita Tributária e de 91,2% (+ R\$ 317,94 milhões) na Receita Patrimonial, gerando, em conjunto, um acréscimo de R\$ 932,84 milhões, que serão pormenorizadas na Seção IV.I.

Em contrapartida, a Receita de Capital foi a principal influência negativa no bimestre, apresentando queda de 4,0% (- R\$ 67,14 milhões), com destaque para Alienação de Bens, com redução de 97,3% (- R\$ 973,90 milhões), superando o acréscimo de 140,5% (+ R\$ 811,18 milhões) ocorrido nas Operações de Crédito, conforme apresentado a seguir na Seção IV.II.

No quarto bimestre de 2014, a Receita Corrente apresentou crescimento de R\$ 1.376,16 milhões (+ 14,9%) em oposição à Receita de Capital, que decresceu 4,0% (- R\$ 67,14 milhões), comparadas ao mesmo período do ano passado.

¹⁵ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁶ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

¹⁷ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado, percebe-se um acréscimo de R\$ 6.822,50 milhões (+ 14,3%) nas receitas totais, atingindo o valor de R\$ 54.455,10 milhões, suportado pelo aumento de 56,5% (+ R\$ 3.242,78 milhões) na Receita de Capital, com destaque para Operações de Crédito, que, no acumulado, mostram acréscimo de 58,2% (+ R\$ 1.885,70 milhões) e para Alienação de Bens, representando um aumento de R\$ 1.396,61 milhões (+ 69,6%). A Receita Corrente também influenciou significativamente o resultado acumulado, apresentando acréscimo de 6,3% (+ R\$ 2.499,95 milhões), apoiado principalmente pela Receita Tributária (+ 7,0%; + R\$ 1.862,06 milhões) e pela Receita Patrimonial (+ 9,0%; + R\$ 549,05).

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 10.615,05 milhões / + 14,9%
Acumulado: R\$ 42.377,38 milhões / + 6,3%

Tabela 13
RECEITAS CORRENTES

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
TRIBUTÁRIA	5.942,44	6.557,34	10,3%	26.482,85	28.344,90	7,0%
CONTRIBUIÇÕES	259,50	356,19	37,3%	950,43	1.188,27	25,0%
PATRIMONIAL	1.668,61	1.986,55	19,1%	6.110,67	6.659,73	9,0%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	-45,3%	0,05	0,04	-27,9%
INDUSTRIAL	10,36	24,37	135,3%	113,70	76,78	-32,5%
DE SERVIÇOS	67,58	58,52	-13,4%	250,86	238,06	-5,1%
TRANSF. CORRENTES	909,65	904,12	-0,6%	3.804,88	3.986,75	4,8%
OUTRAS CORRENTES	380,74	727,95	91,2%	2.163,98	1.882,85	-13,0%
RECEITAS CORRENTES	9.238,90	10.615,05	14,9%	39.877,43	42.377,38	6,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

A Receita Tributária, a Receita Patrimonial e Outras Receitas Correntes foram os principais destaques com aumentos de R\$ 614,90 milhões (+ 10,3%), R\$ 317,94 milhões (+ 19,1%) e R\$ 347,21 milhões (+ 91,2%), respectivamente, no 4º bimestre em relação ao mesmo período de 2013. O outro destaque foi a Receita de Contribuições que cresceu 37,3% (+ R\$ 96,69 milhões).

Por sua vez, a Receita de Serviços, ao contrário do bimestre passado, atenuou o crescimento das Receitas Correntes, apresentando queda de 13,4% (- R\$ 9,06 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, porém não afetando significativamente o resultado geral da Receita Corrente, que totalizou, no 4º bimestre de 2014, R\$ 10.615,05 milhões (+ 14,9%).

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 2.499,95 milhões (+ 6,3%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 42.377,38 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo de 7,0% (+ R\$ 1.862,06 milhões) na Receita Tributária e, mais moderadamente, pela Receita Patrimonial, que cresceu 9,0% (+ R\$ 549,05 milhões) influenciada pela receita de Participação Especial relativa à exploração de petróleo. A maior queda foi sentida em Outras Receitas Correntes (- 13,0%; - R\$ 281,13 milhões), no que se refere à receita de Dívida Ativa (- 63,3%; - R\$ 319,86 milhões).

No quarto bimestre de 2014, destacou-se, dentre as Receitas Correntes, as Receitas de Tributárias, crescendo 10,3% (+ R\$ 614,90 milhões).

IV.1.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 6.557,34 milhões / +10,3%

Acumulado: R\$ 28.344,90 milhões / + 7,0%

Tabela 14

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.942,44	6.557,34	10,3%	26.482,85	28.344,90	7,0%
ICMS	4.582,83	4.993,75	9,0%	19.547,80	20.865,55	6,7%
Adicional do ICMS	426,01	457,11	7,3%	1.801,39	1.919,03	6,5%
IRRF	399,75	409,36	2,4%	1.591,67	1.800,08	13,1%
IPVA	129,03	155,14	20,2%	1.717,79	1.834,13	6,8%
ITD	106,66	120,39	12,9%	358,64	394,19	9,9%
Taxas	298,16	421,60	41,4%	1.465,56	1.531,93	4,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

A Receita Tributária arrecadada no quarto bimestre de 2014 cresceu 10,3% (+ R\$ 614,90 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela arrecadação de ICMS, com um acréscimo de R\$ 410,91 milhões (+ 9%) e pela arrecadação de Taxas, que contribuiu positivamente para o resultado bimestral com um acréscimo de R\$ 123,43 milhões (+ 41,4%).

O IPVA e o ITD, embora bem menos influentes, também apresentaram acréscimo na arrecadação comparativamente ao 4º bimestre de 2013, com aumentos de R\$ 23,12 milhões (+ 20,2%) e R\$ 13,73 milhões (+ 12,9%), respectivamente.

No acumulado, a Receita Tributária mostrou um desempenho crescente totalizando R\$ 28.344,90 milhões (+7,0%), que representam um acréscimo de R\$ 1.862,06 milhões na arrecadação. A arrecadação de ICMS também foi a principal influência positiva, com um acréscimo de R\$ 1.317,75 milhões (+ 6,7%), seguido da arrecadação do IRRF e do IPVA com acréscimos de R\$ 208,41 milhões (+13,1%) e R\$ 116,34 milhões (+ 6,8%), respectivamente, em comparação com o mesmo período de 2013.

A arrecadação de ICMS apresentou resultado positivo no bimestre, com acréscimo de R\$ 410,91 milhões (+9,0%) e, juntamente com a arrecadação de Taxas (+ R\$ 123,43 milhões; +41,1%), foram os principais componentes para o resultado positivo da Receita Tributária no 4º bimestre de 2014.

No acumulado, a arrecadação de ICMS apresentou um acréscimo de 6,7% (+ R\$ 1.317,75 milhões) comparativamente ao mesmo período de 2013, influenciando, juntamente com os acréscimos nas arrecadações de IRRF e IPVA, o resultado positivo no período.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):
Bimestre: R\$ 4.993,75 milhões / + 9,0%
Acumulado: R\$ 20.865,55 milhões / + 6,7%

A arrecadação de ICMS apresentou acréscimo no quarto bimestre de 2014, com aumento de 9,0% (+ R\$ 410,91 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Os setores que positivamente mais influenciaram o resultado foram: Petróleo, combustíveis e gás natural; Alimentação e Bebidas. Já os setores de Mercados, Lojas e Magazines; Energia Elétrica; Veículos Automotores e Metalurgia e Siderurgia, foram os setores que apresentaram decréscimos mais significativos em sua arrecadação.

No acumulado a arrecadação do ICMS também apresentou um desempenho positivo (+ 6,7%; + R\$ 1.317,75 milhões), atingindo a marca de R\$ 20.865,55 milhões, sendo que o setor econômico de Alimentação liderou no crescimento da arrecadação, seguido por Petróleo, Combustíveis e Gás Natural que também se destacou apresentando resultado positivo significativo em relação às demais atividades econômicas. As exceções mais importantes ocorrem nas atividades de Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia e Telecomunicações, que apresentaram queda no acumulado.

Os desempenhos do ICMS serão detalhados na seção IV.I.1.1.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹⁸):
Bimestre: R\$ 155,14 milhões / + 20,2%
Acumulado: R\$ 1.834,13 milhões / + 6,8%

Embora apresente um comportamento sazonal significativo, que normalmente se consolida nos quatro primeiros meses do ano, o IPVA apresentou acréscimo de arrecadação de R\$ 155,14 milhões (+ 20,2%) no quarto bimestre de 2014. Os efeitos da cobrança dos créditos de IPVA iniciada no bimestre passado, apurados em função da operação “Gato Mestre” do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) começada em outubro de 2013, continuam a influenciar positivamente a arrecadação deste tributo no 4º bimestre de 2014.

A arrecadação de IPVA no 4º bimestre de 2014 apresenta um acréscimo (+ 20,2%) em relação ao mesmo bimestre de 2013.

No mesmo sentido, o resultado acumulado apresenta crescimento (+ 6,8%) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 1.834,13 milhões, reflexo do efeito combinado de ações arrecadatórias praticadas durante 2014.

¹⁸ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

Temos ainda, como outro fator que influenciou positivamente a arrecadação de IPVA no bimestre, o vencimento do imposto sobre tratores, que, no segundo semestre de 2013, teve alterada a fórmula de definição de valor venal desse tipo de veículo.

No acumulado, a arrecadação apresentou um acréscimo de 6,8% (+ R\$ 116,34 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, devido, em grande parte, ao efeito combinado das ações executadas em bimestres anteriores e ao acréscimo de arrecadação no primeiro bimestre, produzido pelos estímulos à quitação integral em cota única oferecidos nesse período, já comentados nos boletins anteriores.

– Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 409,36 milhões / + 2,4%

Acumulado: R\$ 1.800,08 milhões / + 13,1%

Houve um incremento na arrecadação do IRRF de 2,4% (+ R\$ 9,61 milhões), comparativamente ao quarto bimestre de 2013, devido à normalização do fluxo de repasses do RIOPREVIDENCIA, cuja redução nos bimestres anteriores foi indispensável ao seu equilíbrio financeiro para cumprir o pagamento de inativos e pensionistas.

No acumulado também ocorreu um acréscimo de 13,1% (+ R\$ 208,41 milhões), sinalizando regularização desse ingresso após o bimestre passado e sugerindo uma tendência durante os próximos meses.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 120,39 milhões / +12,9%

Acumulado: R\$ 394,19 milhões / + 9,9%

A arrecadação cresceu no 4º bimestre de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, apresentando um incremento de 12,9% na arrecadação (+ R\$ 13,73 milhões), totalizando R\$ 120,39 milhões. Considera-se como uma das causas para a queda da receita do ITD a quantidade menor de dias úteis.

No acumulado, a arrecadação apresenta desempenho positivo. O esforço arrecadatório no último bimestre de 2013 resultou na efetivação de um grande número de lançamentos do ITD e que refletiram positivamente no resultado do 1º e 2º bimestres de 2014, sustentando a variação positiva de 9,9% (+ R\$ 35,55 milhões) até o

A operação “Gato Mestre” do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) teve como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão, decorrentes de investigação que apura os crimes de sonegação fiscal do IPVA, formação de quadrilha e inserção de dados falsos em sistema de informações.

final do 4º bimestre em relação ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 394,19 milhões.

- Taxas:

Bimestre: R\$ 421,60 milhões / +41,4%

Acumulado: R\$ 1.531,93 milhões / +4,5%

Tabela 15

RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Taxas	298,16	421,60	41,4%	1.465,56	1.531,93	4,5%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	36,08	40,09	11,1%	324,91	331,82	2,1%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	28,53	32,18	12,8%	296,96	301,85	1,6%
Outras	7,55	7,91	4,8%	27,95	29,96	7,2%
Taxas pela Prestação de Serviços	262,09	381,51	45,6%	1.140,65	1.200,11	5,2%
Emolumentos e Custas Judiciais	81,38	80,68	-0,9%	298,53	286,00	-4,2%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	59,43	72,76	22,4%	220,76	266,16	20,6%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	121,28	228,07	88,1%	621,36	647,95	4,3%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	102,54	114,31	11,5%	454,37	493,47	8,6%
Outras	18,74	113,75	507,1%	166,99	154,48	-7,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou um acréscimo de 41,4% (+ R\$ 123,43 milhões) em relação ao quarto bimestre de 2013, totalizando R\$ 421,60 milhões.

O acréscimo bimestral em relação ao 4º bimestre de 2013 foi resultado do incremento na arrecadação apresentada pelas Taxas pela Prestação de Serviços (+ R\$ 119,42 milhões; + 45,6%), sendo a Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndios, aqui incluída em Outras Taxas de Prestação de Serviços, responsável, por si só, por um acréscimo de R\$ 94,00 milhões, aproximadamente.

No acumulado, o resultado apresentou incremento na arrecadação de R\$ 66,37 milhões (+ 4,5%), totalizando R\$ 1.531,93 milhões, suportado pelo aumento na arrecadação apresentada pela Taxa de Prestação de Serviços (+ 5,2%; + R\$ 59,46 milhões) principalmente quanto a Emolumentos e Custas Extrajudiciais (+ 20,6%, + R\$ 45,40 milhões).

Box 01 – Mudanças no cenário do setor de Energia Elétrica

A energia elétrica é um insumo com diversas aplicações. Mudanças na estrutura institucional e regulatória do setor elétrico podem afetar setores diversos da economia e, em consequência, afetar a receita de ICMS recebida pelos estados.

O ICMS relacionado ao setor elétrico é uma das três principais fontes de arrecadação do ICMS do Estado do Rio de Janeiro e representou — no período de janeiro a setembro de 2014 — 12,7% da arrecadação de ICMS do Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

Dentre as mudanças ocorridas no setor elétrico no início da década passada está a constituição de dois ambientes para celebração dos contratos de compra e venda de energia elétrica — o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) — sendo todos os contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que mede os montantes produzidos e consumidos pelos agentes. A CCEE contabiliza e atribui aos respectivos agentes as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração e de consumo verificados. Estas diferenças apuradas são liquidadas financeiramente no Mercado de Curto Prazo pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que reflete o custo marginal de produção do sistema. A Tabela 1 mostra um comparativo entre o ACL e o ACR.

Tabela 1: Quadro comparativo entre o ACL e o ACR

	Ambiente Livre	Ambiente Regulado
Participantes	Geradoras, comercializadoras, consumidores livres e especiais	Geradoras, distribuidoras e comercializadoras. As comercializadoras podem negociar energia somente nos leilões de energia existente – (Ajuste e A-1)
Contratação	Livre negociação entre os compradores e vendedores	Realizada por meio de leilões de energia promovidos pela CCEE, sob delegação da Aneel
Tipo de contrato	Acordo livremente estabelecido entre as partes	Regulado pela Aneel, denominado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR)
Preço	Acordado entre comprador e vendedor	Estabelecido no leilão

Fonte: Site CCEE

Neste contexto, a Lei 12.783/2013, resultado das medidas provisórias 591/2012, que alterou a medida provisória 579/2012 e 605/2013, promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017 com vistas à redução da tarifa do consumidor.

Assim, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou as novas tarifas da conta de energia elétrica em 24 de janeiro de 2013. O efeito médio da redução foi de 20,2%, sendo de 18% a redução mínima para os consumidores residenciais e de 32% para os consumidores de alta tensão. Os clientes

de baixa tensão das concessionárias de energia elétrica do ERJ tiveram uma redução de aproximadamente 18%. A Erro! Fonte de referência não encontrada. apresenta um panorama do percentual de redução nas tarifas dos consumidores residenciais.

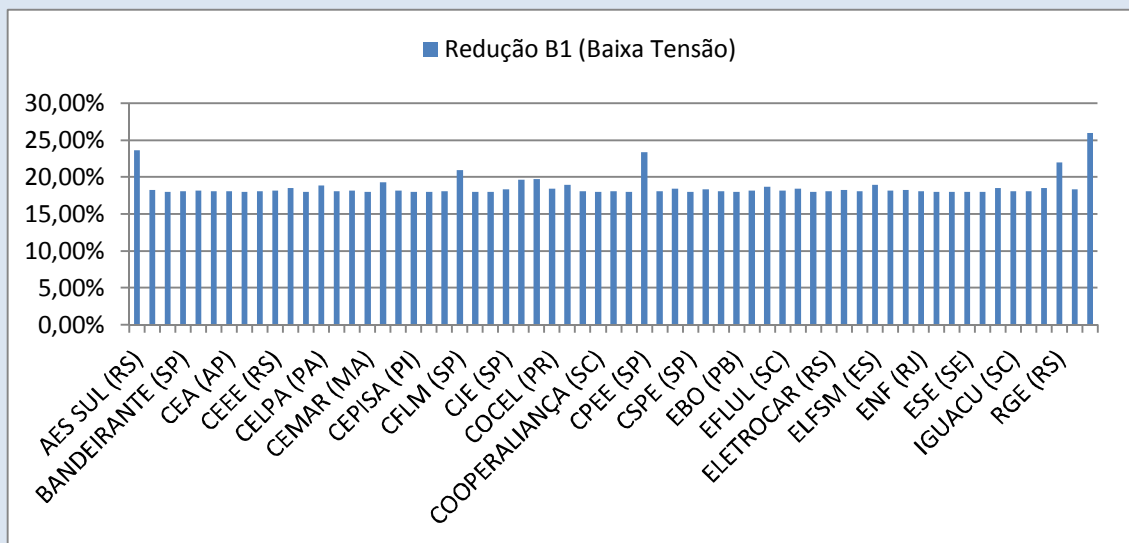


Figura 1: Redução Tarifa de Energia Elétrica para B1 (Baixa Tensão)

Fonte: Site ANEEL

De tal modo, a arrecadação do ICMS relacionado à atividade de energia elétrica em 2013 foi afetada, nos meses seguintes à implementação da medida, pela base arrecadatória menor. A partir de fevereiro de 2013, após a redução nas tarifas, houve uma expressiva redução na arrecadação de ICMS sobre energia elétrica conforme mostra a Figura 2.

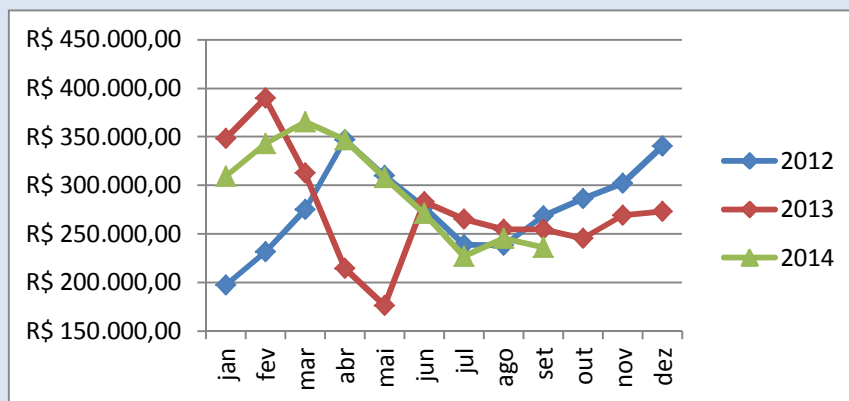


Figura 2: Arrecadação de ICMS sobre energia elétrica

Entretanto, mudanças trazidas pelas medidas provisórias já citadas geraram instabilidade no setor: as empresas que aceitaram a renovação tiveram suas receitas reduzidas e as que não aceitaram deixaram

déficits na contratação das distribuidoras. Estas, quando recorreram ao Mercado de Curto Prazo, depararam-se com seus elevados preços, uma vez que a hidrologia desfavorável dos anos 2013 e 2014 acarretou no acionamento de usinas térmicas, cuja energia gerada possui preço mais elevado que o das hidrelétricas.

Em decorrência da compra de energia pelas distribuidoras no Mercado de Curto Prazo e da necessidade de geração de energia termelétrica, houve uma elevação no custo de energia elétrica, cujos custos extras foram incumbidos ao consumidor e ao Tesouro Nacional. O imbróglio no setor afetou os gastos do governo federal, dado o aporte feito pelo Tesouro, e os gastos dos consumidores, devido ao reajuste das tarifas. Dessa forma, o caixa dos diversos estados não foi representativamente prejudicado, uma vez que o aumento paulatino nas tarifas se reflete em uma maior cobrança de ICMS sobre a energia elétrica paga pelos clientes cativos, acabando por aumentar a base de cálculo do imposto.

A Figura 2 mostra ainda que, após a sensível queda no primeiro semestre de 2013, período inicial de aplicação da medida, houve o restabelecimento da arrecadação aos patamares normais nos meses seguintes.

É demonstrada pela

Figura 3 que a redução na arrecadação de ICMS sobre energia elétrica não afetou sobremaneira a arrecadação total de ICMS do ERJ quando considerada a totalidade do ano de 2013, visto que os níveis de arrecadação total de ICMS neste ano foram 15,2% superiores em relação a 2012, enquanto a arrecadação de ICMS sobre energia elétrica sofreu uma redução de 0,7%.

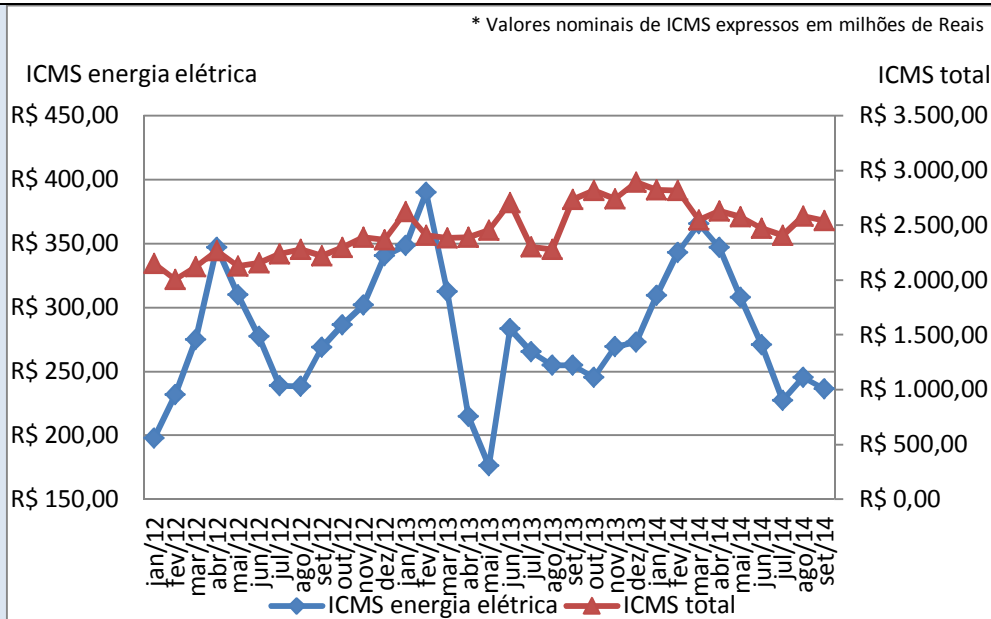


Figura 3: Evolução da arrecadação de ICMS sobre energia elétrica e total

Assim, apesar das mudanças nas tarifas de energia elétrica promovidas pelas medidas provisórias e pela Lei 12.783 com vistas à redução na tarifa do consumidor, observa-se uma tendência de recuperação na arrecadação de ICMS sobre energia elétrica em 2014 em relação a 2012 (antes da redução nas tarifas de energia elétrica).

Referências:

- Site ANEEL. Acesso em 14.10.2014. Disponível em:
http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=6426&id_area=90
- Site CCEE. Acesso em 14.10.2014. Disponível em:
http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/como-participar/ambiente-livre-ambiente-regulado?_afLoop=1792168881692607#%40%3F_afLoop%3D1792168881692607%26_adf.ctrl-state%3Dyaahspw9x_4

IV.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 16
ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2013/2014

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões				R\$ milhões			
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		PART % 2014	VAR % 14/13	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		PART % 2014	VAR % 14/13
	2013	2014			2013	2014		
Alimentação	245,88	379,97	7,6%	54,5%	941,07	1.521,39	7,3%	61,7%
Bebidas	215,96	258,06	5,2%	19,5%	929,34	1.125,94	5,4%	21,2%
Borracha e plástico	59,58	55,97	1,1%	-6,1%	229,10	238,45	1,1%	4,1%
Comunicação e informação	99,31	107,71	2,2%	8,5%	385,29	421,86	2,0%	9,5%
Construção civil	183,72	166,58	3,3%	-9,3%	653,16	667,13	3,2%	2,1%
Editorial, gráfica e publicidade	22,21	21,12	0,4%	-4,9%	79,34	86,07	0,4%	8,5%
Eletroeletrônicos	152,12	155,89	3,1%	2,5%	507,93	591,05	2,8%	16,4%
Energia elétrica	520,17	475,60	9,5%	-8,6%	2.251,29	2.423,71	11,6%	7,7%
Informática e óptico	33,91	35,12	0,7%	3,6%	129,70	141,19	0,7%	8,9%
Madeira, papel e fumo	128,23	148,17	3,0%	15,6%	527,55	592,58	2,8%	12,3%
Máquinas e equipamentos em geral	62,91	58,78	1,2%	-6,6%	221,10	225,89	1,1%	2,2%
Médico-hospitalar e odontologia	35,42	39,15	0,8%	10,5%	134,56	148,71	0,7%	10,5%
Mercados, lojas e magazines	271,83	219,96	4,4%	-19,1%	1.072,56	846,00	4,1%	-21,1%
Metalurgia e siderurgia	185,97	155,53	3,1%	-16,4%	775,42	656,89	3,1%	-15,29%
Móveis e utensílios	48,61	46,14	0,9%	-5,1%	183,97	187,43	0,9%	1,9%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	164,46	163,34	3,3%	-0,7%	626,51	636,42	3,1%	1,6%
Petróleo, combustíveis e gás natural	602,09	944,55	18,9%	56,9%	3.738,46	4.197,83	20,1%	12,3%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	187,29	181,00	3,6%	-3,4%	722,97	700,20	3,4%	-3,1%
Química e petroquímica	172,25	178,22	3,6%	3,5%	634,67	601,92	2,9%	-5,2%
Telecomunicações	597,42	604,46	12,1%	1,2%	2.545,65	2.457,30	11,8%	-3,5%
Têxtil e vestuário	178,12	194,34	3,9%	9,1%	713,93	791,25	3,8%	10,8%
Transportes gerais e armazenagem	107,77	113,49	2,3%	5,3%	404,68	427,58	2,0%	5,7%
Veículos automotores	232,97	200,38	4,0%	-14,0%	841,74	868,82	4,2%	3,2%
Outras atividades econômicas	74,65	90,22	1,8%	20,9%	297,82	309,97	1,5%	4,1%
Total das atividades econômicas	4.582,83	4.993,75	100,0%	9,0%	19.547,80	20.865,55	100,0%	6,7%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS no 4º bimestre de 2014, os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Alimentação e Bebidas; foram os que mais fortemente influenciaram o crescimento de 9,0% (+ R\$ 410,91 milhões) na arrecadação do ICMS comparativamente ao mesmo período de 2013. A retomada momentânea do volume das importações (principalmente nas atividades econômicas do petróleo) e o aumento na arrecadação através da substituição tributária contribuíram para o acréscimo na arrecadação no bimestre. Já os setores de Mercados Lojas e Magazines; Energia Elétrica; Veículos Automotores e Metalurgia e Siderurgia frearam o desempenho da arrecadação bimestral desse tributo conforme Tabela 16.

No acumulado, a arrecadação totalizou R\$ 20.865,55 milhões, apresentando um desempenho positivo com acréscimo de 6,7% (+ R\$ 1.317,75 milhões). O setor econômico de Alimentação liderou a variação positiva da arrecadação, seguido por Petróleo, Combustíveis

e Gás Natural. Em oposição, destacam-se as atividades de Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia, e Telecomunicações, que apresentaram queda no resultado acumulado, ainda que sem comprometer significativamente a receita.

A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Bimestre: R\$ 944,55 milhões / + 18,9%

Acumulado: R\$ 4.197,83 milhões / + 12,3 %

Este setor apresentou um acréscimo de 56,9% (+ R\$ 342,46 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 944,55 milhões. Os principais responsáveis por tal acréscimo na arrecadação foram a atividade de importação no setor, que possui grande representatividade do grupo (aproximadamente 60%) e o comércio atacadista na atividade de álcool carburante, biodiesel, gasolina e derivados, representando 35,7% do grupo, registrou alta em agosto. A importação de petróleo, combustíveis e gás natural cresceu no bimestre. O aquecimento da indústria naval, como suporte à indústria petrolífera de extração e transformação, também vem contribuindo para o aumento das importações no setor. A importação de bens de capital (perfuratrizes, cascos de navios, máquinas e equipamentos, dentre outros), tem se processado, em grande parte, através de portos no Rio de Janeiro, contribuindo para o acréscimo na arrecadação.

No acumulado, essa atividade econômica apresentou um crescimento de 12,3% (+R\$ 459,37 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, totalizando de R\$ 4.197,83 milhões arrecadados. Esse resultado é reflexo do comportamento da arrecadação dos bimestres anteriores de 2014 em que as atividades de comércio atacadista de álcool carburante; biodiesel; gasolina e demais derivados de petróleo e a atividade de importação tiveram grande influência.

Alimentação:

Bimestre: R\$ 379,97 milhões / + 54,5%
Acumulado: R\$ 1.521,39 milhões / + 61,7%

A substituição tributária total (a interna mais a externa ao território do Estado) e o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral impulsionaram essa atividade econômica no 4º bimestre de 2014. Esses foram os principais responsáveis pela alta na arrecadação deste setor que, no bimestre, cresceu 54,5% (+ R\$ 134,09 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 379,97 milhões.

No acumulado, essa atividade econômica alcançou R\$ 1.521,39 milhões de arrecadação de ICMS e cresceu 61,7% (+ R\$ 580,32 milhões) em relação a 2013, principalmente pelos efeitos da substituição tributária no grupo.

- Bebidas:

Bimestre: R\$ 258,06 milhões / + 19,5%
Acumulado: R\$ 1.125,94 milhões / + 21,2%

O setor de Bebidas apresentou um acréscimo de 19,5% (+ R\$ 42,10 milhões) em relação ao quarto bimestre de 2013, totalizando R\$ 258,06 milhões de arrecadação de ICMS.

As atividades econômicas industriais de fabricação de cervejas e chopes, que também são submetidas ao regime de substituição tributária continuam se destacando em sua cadeia produtiva, representando quase 60% do segmento, influenciando o resultado bimestral e acumulado.

Como este segmento é fortemente influenciado pela retenção do ICMS na fonte, a substituição tributária vem sendo tratada com prioridade na arrecadação através dos convênios entre os Estados envolvidos.

No acumulado, houve crescimento de 21,2% (+ R\$ 196,60 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 1.125,94 milhões arrecadados. O desempenho acumulado da arrecadação do setor sofre influências sazonais das estações do ano, da ocorrência de eventos de grande porte nos quais, normalmente, o consumo de

A substituição tributária no setor alimentício, cuja característica é promover a retenção do imposto no início da cadeia (normalmente indústria e comércio atacadista), influenciou a alta na arrecadação deste setor que, no 4º bimestre de 2014, apresentou um crescimento de 54,5% (+ R\$ 134,09 milhões) na arrecadação de ICMS.

bebidas aumenta, e da estratégia de aplicação da substituição tributária.

- Energia Elétrica:

Bimestre: R\$ 475,60 milhões / - 8,6%
Acumulado: R\$ 2.423,71 milhões / + 7,7%

No 4º bimestre, o segmento de Energia Elétrica apresentou decréscimo de 8,6% (- R\$ 44,57 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o valor de R\$ 475,60 milhões arrecadados. Tal comportamento é espelho do crescimento da geração de energia elétrica “independente” por parte de consumidores cativos.

No acumulado, houve acréscimo de 7,7% (+ R\$ 172,42 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2013, alcançando o total de R\$ 2.423,71 milhões em 2014, suportado pelo desempenho do setor de distribuição de energia elétrica durante o ano.

- Veículos Automotores:

Bimestre: R\$ 200,38 milhões / - 14,0%
Acumulado: R\$ 868,82 milhões / + 3,2%

No bimestre houve decréscimo de 14,0% (- R\$ 32,59 milhões) na arrecadação em relação ao mesmo período de 2013. Os setores econômicos da indústria de fabricação de automóveis, camionetas e utilitários e o de comércio atacadista de automóveis, caminhonetas e utilitário apresentaram desaceleração no bimestre, influenciando o resultado.

No acumulado, o crescimento apresentado foi de 3,2% (+ R\$ 27,07 milhões) em relação a 2013, totalizando R\$ 868,82 milhões, reflexo do desempenho acumulado positivo do setor de comércio atacadista de automóveis, caminhonetas e utilitário nos bimestres anteriores, a despeito da queda bimestral.

- Mercado, Lojas e Magazines:

Bimestre: R\$ 219,96 milhões / - 19,1%
Acumulado: R\$ 846,00 milhões / - 21,1%

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 19,1%, representando uma redução de R\$ 51,87 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo período de 2013 e atingindo a marca de R\$ 219,96 milhões. O desempenho do setor foi influenciado, principalmente, pelas atividades do setor de comércio varejista de hipermercados, supermercados e pelas atividades de lojas de departamentos ou magazines, por conta da ênfase dada ao regime de substituição tributária que antecipa o recolhimento do imposto em outros grupos de atividades econômicas.

No acumulado, registrou-se queda de 21,1% (- R\$ 226,57 milhões), totalizando uma arrecadação de R\$ 846,00 milhões. O comportamento das atividades econômicas citadas acima é reflexo ao que vêm apresentando nos bimestres anteriores de 2014, gerando tal resultado acumulado.

- Metalurgia e siderurgia:

Bimestre: R\$ 155,53 milhões / - 16,4%
Acumulado: R\$ 656,89 milhões / - 15,3%

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 16,4%, representando uma redução de R\$ 30,45 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo bimestre de 2013, totalizando R\$ 155,53 milhões. Tal redução segue sendo influenciada, principalmente, pela indústria da produção de laminados, cuja redução de importações fez cair a arrecadação do ICMS sobre esses itens.

A arrecadação acumulada apresentou uma queda de 15,3% (- R\$ 118,54 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo um total de R\$ 656,89 milhões em 2014. O setor econômico da indústria com atividade econômica da produção de laminados planos de aço-carbono, representando quase 32% de participação, passou a acumular perdas da ordem de 4,9% no acumulado de janeiro a agosto de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Tudo isso ocorreu em parte, graças ao desempenho da importação que no acumulado vem se comportando de forma decrescente.

- Telecomunicações:**Bimestre: R\$ 604,46 milhões / + 1,2%****Acumulado: R\$ 2.457,30 milhões / - 3,5%**

A arrecadação do grupo cresceu 1,2%, atingindo a marca de R\$ 604,46 milhões no quarto bimestre de 2014 comparado ao mesmo período de 2013, representando um acréscimo de R\$ 7,03 milhões na arrecadação desta atividade econômica. As principais influências para esse resultado no bimestre foram os setores econômicos de serviços na atividade de telefonia fixa comutada (STFC), de telefonia móvel celular e o serviço móvel especializado (SME), que apresentaram crescimento na arrecadação bimestral em relação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, ainda influenciado pelo comportamento apresentado nos bimestres anteriores de 2014, houve decréscimo de 3,5% (- R\$ 88,35 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo uma arrecadação total de R\$ 2.457,30 milhões. Tal desempenho é justificado, em parte pela redução progressiva nas tarifas cobradas nas chamadas de telefone fixo para celular, além das reduções também nas ligações de celular para celular.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 1.986,55 milhões / + 19,1%
Acumulado: R\$ 6.659,73 milhões / + 9,0%

Tabela 17
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.
Receitas Patrimoniais

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA PATRIMONIAL	1.668,61	1.986,55	19,1%	6.110,67	6.659,73	9,0%
Petróleo	1.507,81	1.785,55	18,4%	5.631,68	6.000,60	6,6%
Royalties	466,59	512,42	9,8%	1.906,78	1.875,54	-1,6%
Part. Especial	1.040,58	1.272,39	22,3%	3.722,36	4.122,43	10,7%
FEP	0,63	0,74	16,8%	2,53	2,62	3,5%
Aplic. Financeiras	119,72	177,17	48,0%	386,23	580,61	50,3%
Demais Rec. Patrimoniais	41,08	23,82	-42,0%	92,76	78,52	-15,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

No quarto bimestre de 2014, as receitas patrimoniais alcançaram o valor total de R\$ 1.986,55 milhões, o que representa um acréscimo de 19,1% (+ 317,94 milhões) frente ao mesmo período de 2013. Já no acumulado, pela tabela acima, também se observa um crescimento, porém, mais modesto: + 9,0% ou + R\$ 549,06 milhões.

Tais resultados são explicados, principalmente, pelo aumento das receitas de Petróleo, tanto por causa dos Royalties quanto por causa das Participações Especiais do petróleo, que juntas, representam, no bimestre, cerca de 90% das receitas patrimoniais.

- Petróleo: as receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.785,55 milhões, no quarto bimestre de 2014, o que gerou uma variação de 18,4% quando comparado ao mesmo período de 2013. Do total das receitas de petróleo arrecadadas, a maior parcela se refere às receitas de Participações Especiais, que são as compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural em nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. Estas alcançaram R\$ 1.272,39 milhões (+ 22,3% frente a 2013), enquanto a parcela referente aos Royalties corresponde a R\$ 512,42 milhões (+ 9,8% frente a 2013). A variação positiva da receita de petróleo se deve a seguinte combinação: do aumento da produção no período,

A produção de petróleo, no quarto bimestre de 2014, correspondeu a 68% da produção total brasileira.

aumento do preço do *Brent* e do aumento da taxa de câmbio. A produção teve um incremento de 3,1% chegando a 14,57 milhões de m³, o *Brent* variou 7,7% no período, alcançando o valor de US\$ 110,67 e a taxa de câmbio atingiu o valor de R\$ 2,23 reais para cada dólar. Segundo dados da ANP, a produção de petróleo no Estado, no bimestre, correspondeu a 68% da produção total brasileira.

Tabela 18

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Produção (milhões de m ³)	14,13	14,57	3,1%	56,17	57,14	1,7%
Brent (US\$)	102,74	110,67	7,7%	107,97	109,48	1,4%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,07	2,23	7,7%	2,03	2,30	13,1%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 4º bimestre de 2014 são apresentados os dados de produção do 3º bimestre de 2014.

Gráfico 7

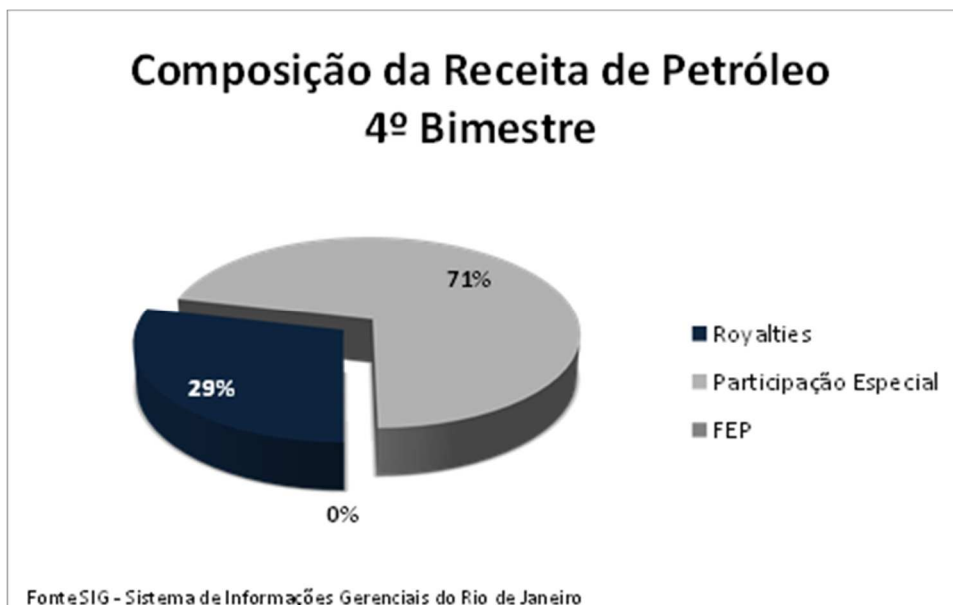
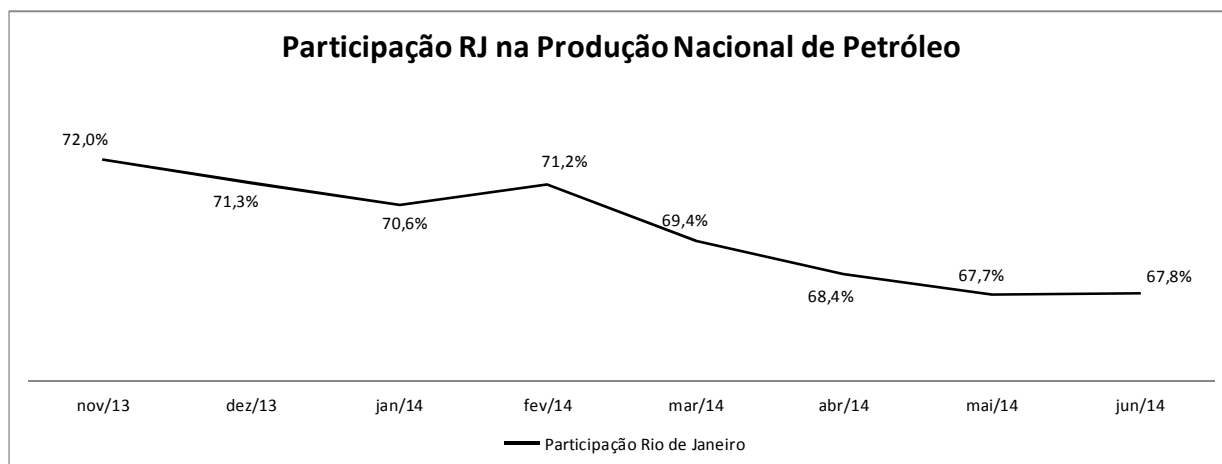


Gráfico 8



Fonte: ANP

- **Aplicações Financeiras:** as receitas provenientes das Aplicações Financeiras, no quarto bimestre, obtiveram crescimento 48,0% maior que 2013 (+ R\$ 57,46 milhões), totalizando R\$ 177,17 milhões. Compuseram este valor a Receita de Remunerações de outros depósitos bancários de recursos vinculados (R\$ 46,90 milhões), a receita de remunerações de outros depósitos bancários de recursos não vinculados, no valor de R\$ 31,17 milhões e a receita de remuneração dos investimentos do RPPS em renda fixa (lei nº 6.338/2012) no valor de R\$ 44,50 milhões. . Já no acumulado, as receitas provenientes das Aplicações Financeiras variaram 50,3% (+ R\$ 194,38 milhões). Obtiveram destaque no acumulado, principalmente, as receitas provenientes de remunerações de outros depósitos bancários de recursos vinculados e remuneração de outros depósitos bancários de recursos não vinculados que arrecadaram, respectivamente, R\$ 141,64 milhões e R\$ 124,33 milhões até o mês de agosto de 2014.

IV.1.3 Demais Receitas Correntes
Bimestre: R\$ 1.167,04 milhões / + 62,5%
Acumulado: R\$ 3.386,00 milhões / - 2,7%
Tabela 19
DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			(R\$ milhões)		
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	718,20	1.167,04	62,5%	3.479,04	3.386,00	-2,7%
Receita de Contribuições	259,50	356,19	37,3%	950,43	1.188,27	25,0%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	-45,3%	0,05	0,04	-27,9%
Receita Industrial	10,36	24,37	135,3%	113,70	76,78	-32,5%
Receita de Serviços	67,58	58,52	-13,4%	250,86	238,06	-5,1%
Multas e Juros de Mora	107,38	106,50	-0,8%	398,80	378,46	-5,1%
Indenizações e Restituições	-477,57	41,61	108,7%	195,81	231,45	18,2%
Dívida Ativa	114,48	34,10	-70,2%	505,26	185,40	-63,3%
Receitas Diversas	636,44	545,74	-14,3%	1.064,11	1.087,55	2,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

As Demais Receitas Correntes apresentaram um acréscimo de 62,5% (+ R\$ 448,85 milhões) no 4º bimestre em relação a 2013, totalizando R\$ 1.167,04 milhões, influenciadas principalmente pela alta na arrecadação da receita de Indenizações e Restituições (+ 108,7%; + R\$ 519,18 milhões).

No acumulado, houve uma queda de 2,7% (- R\$ 93,04 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 3.386,00 milhões, influenciadas fortemente pela redução na arrecadação da receita de Dívida Ativa (- 63,3, %; - R\$ 319,86 milhões) e menos representativamente pela redução da arrecadação da Receita Industrial (- 32,5%; - R\$ 36,93 milhões), da receita de Serviços (- 5,1%; - R\$ 12,80 milhões) e da receita de Multas e Juros de Mora (-5,1%; - R\$ 20,34 milhões).

Embora a arrecadação acumulada da Receita de Contribuições (+ 25,0%; + R\$ 237,84 milhões), de Indenizações e Restituições (+ 18,2%; + R\$ 35,64 milhões) e de Receitas Diversas (+ 2,2%; + R\$ 23,44 milhões) tenham apresentando um resultado positivo, não foram suficientes para compensar queda acumulada das Demais Receitas Correntes até o 4º bimestre de 2014.

– **Receitas de Contribuições:** Houve acréscimo de R\$ 96,69 milhões (+ 37,3%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 356,19 milhões no 4º bimestre de 2014. A receita que principalmente contribuiu para o resultado bimestral foi a Contribuição de Servidor Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais, que sozinha superou em aproximadamente R\$ 82,30 milhões a arrecadação do mesmo período em 2013.

No acumulado, o acréscimo foi de 25,0% (+ R\$ 237,84 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, que totalizaram R\$ 1.188,27 milhões. Tal acréscimo no acumulado foi suportado, principalmente, pela Receita de Contribuição de Servidor Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais, pela Contribuição de Servidor Ativo Civil e pela Contribuição de Servidor Inativo Civil.

– **Receita Industrial:** apresentou um crescimento de R\$ 14,01 milhões (+ 135,3%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação de R\$ 24,37 milhões, com destaque para a arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que registrou um acréscimo de R\$ 13,99 milhões.

No acumulado apresentou um decréscimo de R\$ 36,93 milhões (- 32,5%), totalizando uma arrecadação de R\$ 76,78 milhões. A receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, diferentemente da arrecadação do 4º bimestre, apresentou queda, afetando o resultado acumulado.

– **Receitas de Serviços:** apresentou decréscimo de R\$ 9,06 milhões (- 13,4%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num total arrecadado de R\$ 58,52 milhões no 4º bimestre de 2014, com influência, principalmente, do decréscimo da receita de Serviço de Processamento de Dados.

O resultado acumulado acompanhou o bimestral, apresentando queda de 5,1% (- R\$ 12,80 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2013, cujo principal componente que influenciou esse comportamento foi mais uma vez o Serviço de Processamento de Dados que, por si só, apresentou queda de R\$ 18,37 milhões.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve um decréscimo de 0,8% (- R\$ 0,88 milhão) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2013 gerando um montante de R\$ 106,50 milhões, em parte, explicado pela queda de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS.

A receita de Dívida Ativa também apresentou decréscimo (- 70,2%; - R\$ 80,39 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013, totalizando R\$ 34,10 milhões, em grande parte pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS (inscritas após 1997).

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram queda (-5,1%; - R\$ 20,34 milhões) em relação a 2013, assim como a da Dívida Ativa, que apresentou uma queda de 63,3% (- R\$ 319,86 milhões), principalmente pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS dos Estados e dos Municípios (inscritas após 1997).

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram acréscimo no bimestre de R\$ 519,18 (+ 108,7%), atingindo um total de R\$ 41,61 milhões. O montante negativo em 2013 na conta Outras Restituições é fruto de estorno realizado em julho relativo ao lançamento da venda da Folha do BERJ para o Bradesco em junho de 2013 no valor de R\$ 500,00 milhões. O lançamento foi refeito em julho de 2013 em Receitas Diversas. Tal fato distorce a comparação bimestral.

No acumulado, notamos também um resultado positivo, com variação positiva de 18,2% (+ R\$ 35,64 milhões) comparativamente ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 231,45 milhões arrecadados. Tal arrecadação foi influenciada pelo acréscimo em Restituições de Convênios e Outras Restituições, que juntas representam um acréscimo de R\$ 32,28 milhões.

IV.I.3.1 Receita de Transferências
Bimestre: R\$904,12 milhões / -0,6%
Acumulado: R\$ 3.986,75 milhões / + 4,8%
Tabela 20
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

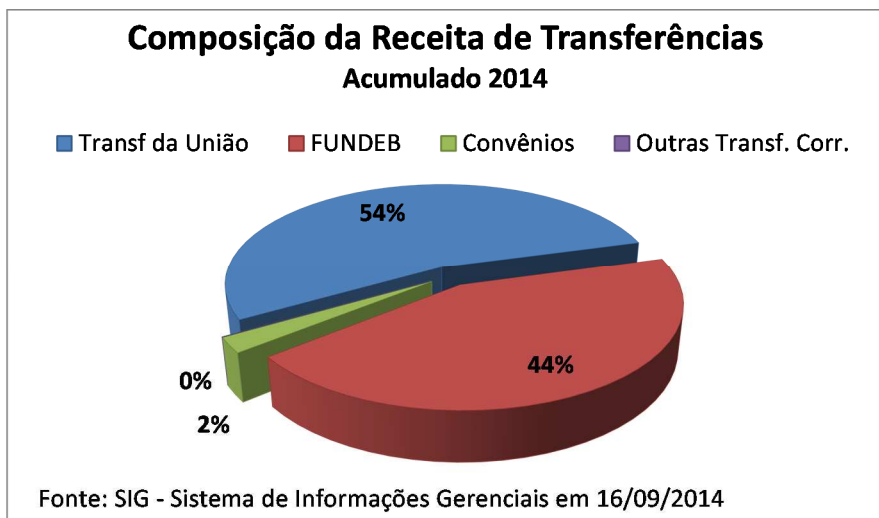
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	909,65	904,12	-0,6%	3.804,88	3.986,75	4,8%
Transf da União	491,65	488,52	-0,6%	2.019,46	2.154,40	6,7%
FPE	145,13	160,40	10,5%	689,48	756,78	9,8%
IPI exp	145,78	137,28	-5,8%	537,85	523,96	-2,6%
IOF	0,01	0,00	-46,7%	0,03	0,02	-23,6%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	2,93	5,92	102,5%
SUS	98,19	93,25	-5,0%	407,64	430,69	5,7%
Salário Educação	65,30	66,33	1,6%	278,24	290,35	4,4%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	57,18	50,04	-12,5%
Outras Transf. da União	22,95	16,98	-26,0%	46,11	96,64	109,6%
FUNDEB	408,18	395,12	-3,2%	1.720,18	1.738,92	1,1%
Convênios	9,77	20,40	108,9%	65,16	93,32	43,2%
Outras Transf. Corr.	0,04	0,07	67,6%	0,07	0,12	75,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

As Receitas de Transferências demonstram pequena redução bimestral de 0,6% (- R\$ 5,53 milhões), em comparação ao mesmo bimestre de 2013. Tal fato é derivado, principalmente, das transferências do FUNDEB, que apresentaram variação negativa de R\$ 13,06 milhões no período (- 3,2%). Também tiveram resultado inferior ao mesmo período anterior, as transferências do IPI Exportação (- R\$ 8,51 milhões, - 5,8%), SUS (- R\$ 4,94 milhões, - 5,0%) e Outras Transferência da União (- 5,98 milhões, - 26,0%).

Apesar da queda bimestral, o resultado acumulado destas receitas totalizaram R\$ 3.986,75 milhões, o que representou um aumento de 4,8% (+ R\$ 181,88 milhões) em relação ao ano passado. O aumento é justificado no crescimento da receita de Transferências da União no valor de 134,93 milhões (+ 6,7%).

Gráfico 9

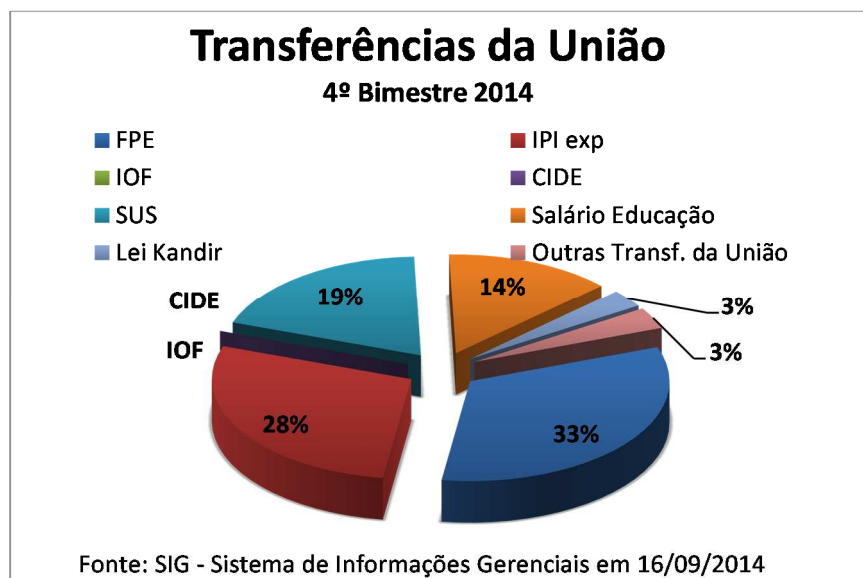


IV.1.3.2 Transferências da União

As Transferências da União, no 4º bimestre de 2014, demonstram queda de 0,6% (-R\$ 3,13 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. A redução dos repasses do SUS, do IPI-Exportação e de Outras Transferências da União esclarece o resultado negativo bimestral desta conta. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

No acumulado, o crescimento de R\$134,93 milhões (+ 6,7%) tornou-se possível pelo desempenho do FPE, das transferências do SUS e da receita de Outras Transferências da União, ainda que houvesse queda do IPI-Exportação em comparação ao acumulado de 2013.

Gráfico 10



– **FPE**¹⁹: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação de ambos os impostos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O resultado do 4º bimestre dos recursos do FPE apresentou crescimento de R\$ 15,27 milhões (+ 10,5%), em comparação ao mesmo bimestre de 2013. Tal fato é consequência do crescimento das receitas de Imposto de Renda, uma vez que houve queda na arrecadação de IPI-Exportação. O aumento nesse imposto concentra-se na conta Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, em especial na arrecadação oriunda dos Rendimentos do Trabalho, resultado da variação nominal da massa salarial habitual; e Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, reflexo dos pagamentos à vista referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 67,30 milhões (+ 9,8%) é, da mesma forma, fruto do desempenho do Imposto de Renda. Esse aumento é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial nos itens IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual, no IRRF-Rendimentos de Capital, em grande parte motivado pela reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada como IRRF - Rendimentos de Capital antes classificados como fruto dos Rendimentos do Trabalho além do aumento IR sobre fundos de renda fixa. e no IRRF – Rendimentos de Residentes do Exterior, nos itens royalties & assistência técnica e juros sobre capital próprio.

–**IPI-EXP**: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das

O aumento bimestral na arrecadação do Imposto de Renda justifica o crescimento do FPE, compensando a queda de arrecadação no IPI-Exportação.

A redução percentual do coeficiente do IPI-Exportação 2014 do ERJ resultou na queda de receita deste imposto durante o ano.

¹⁹ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de julho e agosto de 2014, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/AnaliseMensaljul14.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/AnaliseMensalago14.pdf>

exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>.

Nesse bimestre a receita apresentou redução de 5,8% (- R\$ 8,51 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Contribui para tal resultado a redução percentual de 11,1% do coeficiente do IPI-exportação do Estado do Rio de Janeiro, de 18,97851% em 2013 para 16,87082% em 2014.

O acumulado apresentou ligeira queda de 2,6% (- R\$ 13,89 milhões), pelo mesmo motivo citado anteriormente.

–**CIDE**: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

O valor recebido de R\$ 5,92 milhões demonstrado no acumulado é apenas residual.

–**SUS**: A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²⁰ fixo²¹ e PAB variável²²) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram redução bimestral de R\$ 4,94 milhões (- 5,0%). Tal queda evidencia-se no recebimento através do Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar ainda que tenha aumentado o número de programas relacionados ao SUS.

Na contramão da queda bimestral, o acumulado apresenta crescimento de R\$ 23,05 milhões (+ 5,7%), referente aos repasses ao programa Rede Teto Estadual iniciados em 2014.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União. Com arrecadação de R\$ 16,98 milhões no bimestre, esta receita apresentou redução de 26,0% (- R\$ 5,98 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O declínio justifica-se pelas Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola, para custear o Programa Nacional de Merenda Escolar.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 96,64 milhões, esta receita apresentou crescimento de 109,6% (+ R\$ 50,53 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente a 2013 em janeiro de 2014, no valor de 48,68 milhões.

- FUNDEB:

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos

²⁰ PAB: Piso de Atenção Básica

²¹ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

²² Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

A redução das receitas do FUNDEB no bimestre (-3,2% / - R\$ 13,06 milhões) refere-se principalmente à composição do ICMS nas receitas do fundo, que apresentou queda neste período citado, resultando na arrecadação R\$ 18,02 milhões a menos no que diz respeito a participação desse imposto nas receitas do fundo.

No acumulado, o crescimento de R\$ 18,74 milhões (+ 1,1%) no resultado é derivado da composição do ICMS e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) nas receitas do fundo no primeiro quadrimestre de 2014. Juntas, essas duas receitas são responsáveis por 70,1% do crescimento do acumulado de 2014.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 20,40 milhões, apresentando crescimento de 108,9% (+ R\$ 10,64 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. O aumento deriva-se do convênio com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - no valor de R\$ 8,00 milhões - não existente em 2013.

Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam crescimento de R\$ 28,15 milhões (+ 43,2%). Esse resultado explica-se com o desempenho das contas Transferências de Convênios da União destinados a Programas de Educação, em especial para o Fundo Nacional de Saúde e Outras Transferências de Convênios da União, nesta destacando-se repasses da Caixa Econômica Federal para a Secretaria de Cultura e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPEL.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 1.613,71 milhões / - 4,0%
Acumulado: R\$ 8.984,07 milhões / + 56,5%

Tabela 21

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

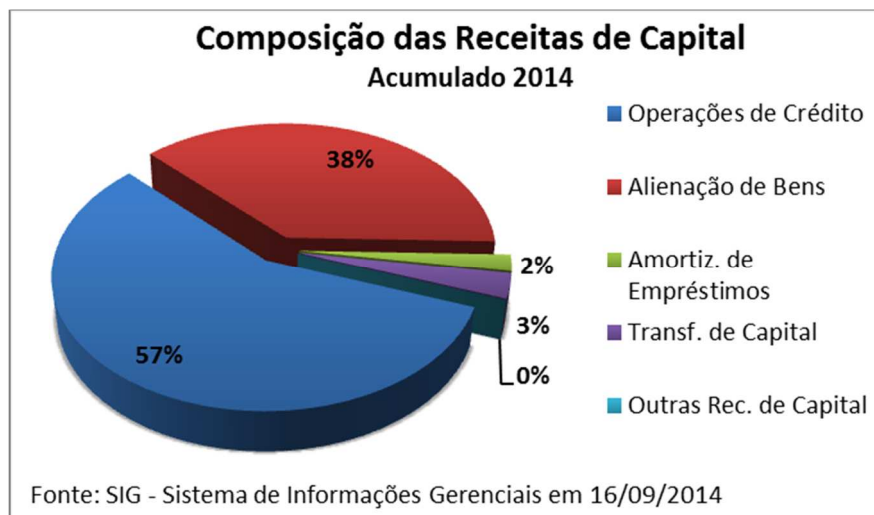
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS DE CAPITAL	1.680,86	1.613,71	-4,0%	5.741,29	8.984,07	56,5%
Operações de Crédito	577,43	1.388,60	140,5%	3.237,32	5.123,02	58,2%
Alienação de Bens	1.000,54	26,64	-97,3%	2.006,47	3.403,08	69,6%
Amortiz. de Empréstimos	55,63	50,43	-9,3%	161,80	184,24	13,9%
Transf. de Capital	47,26	148,04	213,2%	335,69	273,68	-18,5%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,05	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2014.

As Receitas de Capital apresentaram uma redução, no quarto bimestre, de 4,0% (- R\$ 67,14 milhões), em relação ao mesmo período de 2013, principalmente por conta do decréscimo registrado em Alienações de Bens no montante de R\$ 973,90 milhões superior ao aumento em Operações de Crédito e Transferências de Capital.

Por outro lado, no acumulado, apresentou crescimento de 56.5% (+ R\$ 3.242,78 milhões) tanto pelo acréscimo de Receita das Operações de Crédito quanto da Alienação de Bens, ainda que com queda das Transferências de Capital.

Gráfico 11



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: O aumento de 140,5% (+R\$ 811,18 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre em relação ao mesmo período do ano passado é decorrente do aumento das operações de crédito referentes a programas de governo e obras públicas, em especial o Programa Pro-Cidades.

O desempenho do acumulado do ano já atingiu R\$ 5.123,02 milhões, representando um aumento de 58,2% (+ R\$1.885,70 milhões) em relação ao acumulado de 2013. Esse desempenho é resultante das operações de crédito que objetivaram financiar programas de governo ao longo deste ano, sendo os mais expressivos Pro-Cidades, Pro-Cidades II²³ e Metro Linha 4 Fase II. Esses recursos do Pró-Cidades II financiaram alguns projetos voltados para a COPA, dentre os quais podemos citar o Centro Integrado de Comando e Controle e a Reforma da Estação do Maracanã.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens no 4º bimestre de 2014 apresentou decréscimo de 97,3% (- R\$973,90 milhões). Tal fato é explicado pelo ingresso financeiro de receita proveniente do RIOPREVIDÊNCIA em julho de 2013, que inflou a base de comparação bimestral neste item.

No entanto, no acumulado, Alienação de Bens apresentou crescimento de 69,6% (+ R\$ 1.396,61 milhões). O resultado é consequência, do mesmo tipo de ingresso ocorrido em 2013 (ingresso financeiro de receita proveniente da Venda de Títulos do RIOPREVIDÊNCIA), verificado, em 2014, no terceiro bimestre.

Com o aumento das receitas de operações de crédito, torna-se possível custear importantes programas de governo.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital demonstram um acréscimo de 213,2% (+R\$ 100,78 milhões). Esse aumento é verificado nos repasses nas Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC dedicadas ao DNIT (Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transporte).

²³ A operação de crédito realizada para o Programa de Melhoria da Infra Estrutura do Estado do Rio de Janeiro para Grandes Eventos – PRÓ-CIDADES II/RJ destina-se a complementar os recursos para as seguintes intervenções: Mobilidade Urbana (Linhas 3 e 4 do Metrô, Asfalto e Estação Ferroviária do Maracanã), Segurança Pública, Cultura, Saúde Pública, Educação, Defesa Civil e Saneamento Básico.



O resultado acumulado, por outro lado, apresenta decréscimo, encerrando o quarto bimestre com arrecadação de R\$ 273,68 milhões (-18,5%), R\$ 62,02 milhões a menos que o arrecadado no mesmo período do ano anterior. Esse resultado concentra-se na mesma conta citada anteriormente, uma vez que, apesar do aumento verificado neste bimestre, o alto repasse ocorrido em junho de 2013 inflou a base de comparação destas Transferências.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Tabela 22

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A AGO							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	69.982	2.042	67.940	40.379	36.766
	DESPESA INTRA	2.694	2.993	0	2.993	2.268	1.844
	DESPESA TOTAL	67.386	72.975	2.042	70.933	42.647	38.610
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.751	1.246	67.505	43.972	40.582
	DESPESA INTRA	2.977	3.404	0	3.404	2.672	2.630
	DESPESA TOTAL	70.559	72.155	1.246	70.909	46.643	43.211
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.344	0	5.344	4.146	3.326
	DESPESA INTRA	555	563	0	563	361	304
	DESPESA TOTAL	5.354	5.907	0	5.907	4.508	3.629
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.030	0	6.030	4.845	3.570
	DESPESA INTRA	587	660	0	660	554	523
	DESPESA TOTAL	6.530	6.690	0	6.690	5.399	4.093
Conta Redutora - FUNDEB							3.686

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014

A Tabela 22 versa sobre a execução das despesas do Estado em aspecto amplo. O Poder Executivo inicialmente dispunha (Lei Orçamentária Anual) de R\$ 70,56 bilhões, e mediante alterações orçamentárias decorrentes de créditos adicionais a dotação alcançou R\$ 72,15 bilhões. Conforme já citado no item II deste Boletim, R\$ 1,24 bilhão permanece contingenciado. Até o momento já foram empenhados R\$ 46,64 bilhões e liquidados R\$ 43,21 bilhões.

Para gastos dos demais Poderes a dotação disponível para o exercício é de R\$ 6,69 bilhões, 13,25% maior do que em 2013. Uma boa parte do orçamento já foi empenhado, R\$ 5,40 bilhões, dos quais R\$ 4,09 bilhões liquidados.

Toda a análise a seguir a respeito da despesa executada do ERJ desconsidera a conta redutora do FUNDEB. A Tabela 22 contabiliza o valor de R\$ 3,68 bilhões referente à contribuição do Estado ao Fundo com o objetivo de compatibilizar os valores da despesa apresentados na análise do resultado primário, em que a receita foi contabilizada pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução da conta redutora, necessitando assim a inclusão do FUNDEB na despesa.

Tabela 23

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A AGO DE 2014			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL
OP. CRÉDITO	7.866	540	8.406
CONVÊNIOS	7.230	494	8.154
DEMAIS FONTES	58.428	222	58.220
TOTAL	73.524	1.256	74.780

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

Exceto despesas intra-orçamentárias

V.II Créditos Adicionais

A Tabela 23 detalha a evolução da dotação por Operações de Crédito, Convênios e demais Fontes. A maior parte dos créditos adicionais foram provenientes de superávits de Operações de Crédito, alcançando R\$ 539,90 milhões, dos quais R\$447,51 milhões alocados na Secretaria de Estado de Obras e no DER-RJ em ações nas áreas de urbanismo e transporte. Outros R\$ 493,89 milhões ocorreram em convênios, também decorrentes de superávits, destinados principalmente para a Secretaria de Obras e Segurança.

Por último, o incremento de R\$ 222,22 milhões em demais fontes, concentrou-se na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, com R\$ 188,34 milhões.

V.III Despesas por Fonte de Recursos

Comparando a despesa liquidada no quarto bimestre com o mesmo período de 2013, verifica-se um crescimento de 10,1%, ou seja, +R\$ 4,05 bilhões, dos quais R\$ 2,40 bilhões foram custeados com Recursos do Tesouro e 1,65 bilhão com Outras Fontes de Recursos, justificado em parte pela execução de obras de infraestrutura e projetos habitacionais beneficiando também os municípios. Quando incluída a despesa Intraorçamentária o incremento é de 12,0%.

As despesas custeadas com Recursos do Tesouro atingiram 68,8% (R\$ 30,35 bilhões) do total da despesa realizada, aí não incluídas as despesas Intraorçamentárias, basicamente suportadas pelos recursos provenientes de impostos (FR 00) – R\$ 21,11 bilhões, recursos de operação de crédito (FR 11 e 21) – R\$ 3,49 bilhões e receitas de Royalties e Participação Especial Petróleo (FR 04) – R\$ 2,01 bilhões.

O maior incremento (+75,7%) está registrado nas despesas liquidadas com operações de crédito. Destaque para as principais unidades orçamentárias, que executaram 92,0% dos gastos, discriminadas pela ótica das ações.

- **RIOTRILHOS** - Implantação de Novas Linhas Metroviárias, obras de implantação da linha 4 do Metrô - Jardim Oceânico/Gávea (R\$ 1,67 bilhão).

DESPESA POR FONTE DE RECURSOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 4º BIM 2013 / 4º BIM 2014

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN - AGO		Variação %
	2013	2014	
RECURSOS DO TESOURO	27.954	30.359	8,6%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	19.808	21.113	6,6%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	1.008	429	-57,4%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.776	2.011	13,2%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	185	209	12,8%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	812	870	7,2%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	702	728	3,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO*	1.991	3.499	75,7%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	1.659	1.463	-11,8%
DEMAIS FONTES TESOURO**	14	37	158,1%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	12.137	13.793	13,6%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	9.382	10.279	9,6%
CONVÊNIOS***	551	669	21,5%
FUNDEB (FR 15)	1.465	1.758	20,0%
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIO DE GESTÃO SAÚDE (23)	147	194	32,1%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO NÃO REF. CONV. (FR 24)	62	41	-33,4%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	300	527	76,1%
DEPOSITOS JUD.E EXTRAJUDIC. N-TRIB. LE1147/13 (91)		11	
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (FR 97)		2	6205,2%
OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA (FR 98)		1	101,2%
OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA (99)	230	311	35,0%
SUBTOTAL	40.092	44.152	10,1%
INTRAORÇAMENTÁRIO	2.147	3.153	46,8%
TOTAL GERAL	42.239	47.304	12,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* FR'S 11 e 21

** FR'S 20,26,90,95

*** FR'S 12, 13, 14, 16, 18, 19

-**SEOBRAS** - Urbanização, drenagem, pavimentação e sinalização em vias urbanas em diversos municípios (Costa Verde, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Maricá, Tanguá etc.), bem como execução de obras de construção da cadeia pública no município de Resende (R\$ 1,36 bilhão).

- **CENTRAL** – Melhorias nos transportes, com a execução de obras de reformulação e modernização da estação ferroviária multimodal do Maracanã e seu entorno visando as Olimpíadas de 2016 (R\$ 117,42 milhões).

- **SESEG** – Implantação de Ações de Apoio a Grandes Eventos com a aquisição de coletes antibalísticos, painéis balísticos e expansão do sistema de radiocomunicação (R\$ 93,20 milhões).

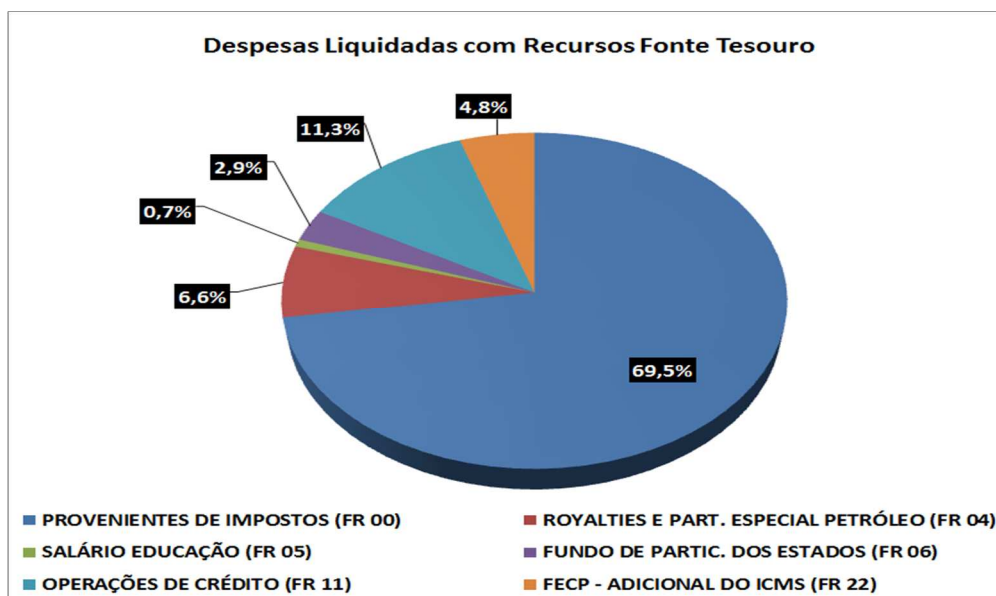
- **DER** – Melhorias físicas com restauração do pavimento, recuperação e implantação de drenagem em diversas rodovias vicinais, bem como em diversos logradouros no Estado do Rio de Janeiro (R\$ 86,64 milhões), com destaque para a construção de ciclovias (na RJ – 115 e trecho da RJ - 085, no bairro de Xerém).

- **SEEDUC** – Ampliação da Rede de Ensino Estadual com obras de demolição e construção de escolas nos municípios de Queimados, Macaé, São Gonçalo e Teresópolis. Verifica-se também obras de melhoria na infraestrutura de colégios estaduais, como serviços de pintura, revestimentos, reforço e contenção e climatização nos municípios de Macaé, Niterói, Volta Redonda, Petrópolis, Nova Iguaçu, Nova Friburgo e Campos dos Goytacazes (R\$ 74,24 milhões).

- **FAETEC** – Desenvolvimento de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs, nos municípios de Angra dos Reis, Rio Claro, Pinheiral, Vassouras, Guapimirim, Piraí, Barra do Piraí (R\$ 17,93 milhões).

Gráfico 12 demonstra a participação de cada uma das fontes na composição dos Recursos do Tesouro.

Gráfico 12

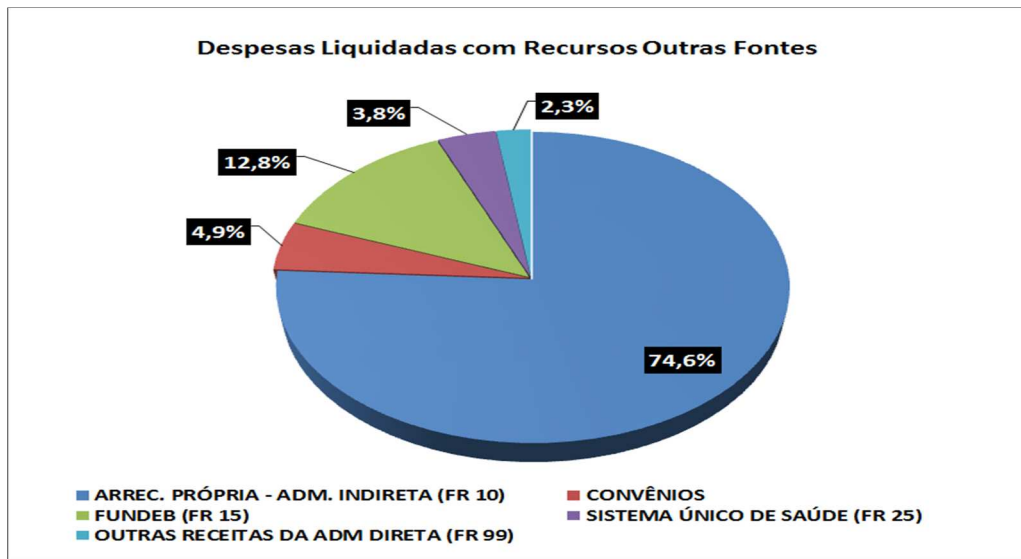


Com relação às Fontes de Recursos Não Tesouro, as despesas totalizaram R\$ 13,79 bilhões, um aumento de 1,65 bilhão (+13,6%). Essas despesas foram financiadas, basicamente com recursos da arrecadação própria dos órgãos e entidades (FR 10): R\$ 10,27 bilhões, seguida pela FR 15, R\$ 1,75 bilhão de despesa executada, cuja aplicação se dá na rede de ensino do Estado.

Ainda analisando a execução dos recursos das Fontes Não Tesouro observa-se um considerável crescimento da FR 25 (SUS) 76,1 % (+ R\$ 227,92 milhões), quando se compara ao mesmo período em 2013. Nessa fonte destacam-se despesas com a Operacionalização de UPAS 24 h e de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada (R\$ 315,29 milhões).

O Gráfico 13 demonstra a participação dessas fontes de recursos.

Gráfico 13



V.IV Despesas por Grupo

Este tópico evidencia a análise da despesa pela ótica da categoria econômica e do grupo de despesa, viabilizando melhor transparência das ações realizadas pelo Governo do Estado.

A Tabela 24 apresenta os gastos realizados por grupo de despesas desdobrando-os em custeio e capital, correlacionando os dados apurados neste 4º bimestre e no acumulado do exercício com os averiguados em 2013.

Tabela 24

R\$ Milhões

- Despesas Correntes Total:
Acumulado 2014: R\$ 37,55 bilhões
Bimestre 2014: R\$ 9,69 bilhões

- Despesas de Capital Total:
Acumulado 2014: R\$ 6,59 bilhões
Bimestre 2014: R\$ 2,12 bilhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JUL A AGO			JAN A AGO		
		2013	2014	Variação %	2013	2014	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.975	3.089	3,8%	11.071	11.603	4,8%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.363	2.411	2,0%	8.581	8.901	3,7%
	1.2 - OUTROS PODERES	613	678	10,8%	2.490	2.702	8,5%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	443	487	9,9%	1.869	2.056	10,0%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.632	6.115	8,6%	22.230	23.895	7,5%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.256	2.342	3,8%	6.842	7.282	6,4%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	2.011	2.078	3,3%	6.132	6.475	5,6%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	245	264	8,1%	709	807	13,8%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.012	2.303	14,4%	7.710	8.702	12,9%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.364	1.470	7,8%	7.679	7.911	3,0%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.293	1.200	-7,2%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.364	1.470	7,8%	6.386	6.710	5,1%
TOTAL CORRENTE	9.051	9.691	7,1%	35.169	37.554	6,8%	
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.122	1.538	37,0%	2.975	4.333	45,6%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.060	1.473	39,0%	2.683	4.100	52,8%
	4.2 - OUTROS PODERES	48	12	-75,8%	126	61	-51,6%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS	15	53	257,2%	166	172	3,4%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	31	11	-64,1%	89	45	-49,6%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	454	580	27,7%	1.859	2.220	19,4%
TOTAL CAPITAL	1.607	2.128	32,4%	4.923	6.598	34,0%	
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		10.658	11.819	10,9%	40.092	44.152	10,1%
Despesas Intraorçamentárias		365	617	68,8%	2.147	3.153	46,8%
TOTAL GERAL		11.024	12.436	12,8%	42.239	47.304	12,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 16/09/2014

As Despesas Correntes compostas pelas despesas de pessoal e encargos sociais, pensionistas, inativos, despesas de custeio além das vinculações constitucionais e legais (transferências aos municípios e encargos com a União) e pelo pagamento dos juros e encargos da dívida, juntas requereram 85,1% (R\$ 37,55 bilhões) do total liquidado em 2014. As Despesas de Capital, distribuída entre investimentos/inversões financeiras e amortização da dívida, juntas requereram 14,9% (R\$ 6,60 bilhões). Aí excluídas as despesas intraorçamentárias.

No grupo de Despesas Correntes, a despesa executada com Inativos e Pensionistas registrou crescimento no acumulado do exercício de 12,9% (+R\$ 992,59 milhões), reflexo direto da valorização de carreira de profissionais ativos em diversas áreas, através de reajustes salariais extensivos aos inativos a partir de julho, além da antecipação do pagamento das contribuições patronais ao Rioprevidência..

As despesas com as Transferências Obrigatórias (repasses constitucionalmente asseguradas aos Municípios e a indenização à União, compromisso assumido em 1997) tiveram crescimento no acumulado do ano de 3,0% (+R\$ 232,61 milhões), sendo que no R\$ 105,79 milhões foram executados neste 4º bimestre.

Já as Despesas com Custeio, que englobam os principais programas de Governo e os gastos com manutenção dos órgãos, cresceram neste bimestre 3,8% (+R\$ 86,36 milhões), e no acumulado do ano 6,4% (+R\$ 440,13 milhões). Tal variação é reflexo do financiamento das ações em áreas estratégicas desenvolvidas pelo Governo do Estado: Saúde, Educação, Segurança, Transporte e Assistência Social.

As Despesas com Investimentos cresceram 37,0% (+R\$ 415,14 milhões) no bimestre, e 45,6% (+R\$ 1,36 bilhões) até Agosto, resultado de financiamento em ações que visam melhorar a infraestrutura do Estado: execução de obras para a implantação de novas linhas de metrô; projeto de implantação e melhoria da infraestrutura viária; implantação do arco metropolitano; compra de novas composições de trem, dentre outras.

O pagamento da Amortização da Dívida exibiu variação positiva tanto no bimestre (+27,7%, ou seja, +R\$ 125,63 milhões) como no acumulado (+19,4%, ou seja, R\$ 361,00 milhões), consequência direta da variação da arrecadação, tendo visto que o pagamento toma por base a aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real, conforme estabelecido pela Lei Federal nº9.496/97.

Nos próximos tópicos serão discriminados os gastos, as variações e as justificativas ocorridas individualmente em cada grupo de despesa.

➤ **Despesas de pessoal**

Tabela 25 - Despesas de Pessoal - Principais Áreas

ÓRGÃO	JUL A AGO		VARIÇÃO %	JAN A AGO		VARIÇÃO %
	2013	2014		2013	2014	
	Segurança Pública	765	752	-1,7%	2.594	2.831
Educação	519	517	-0,5%	1.742	1.865	7,1%
Ciência e Tecnologia	185	241	30,4%	681	822	20,6%
Defesa Civil	178	215	21,0%	692	778	12,5%
Saúde	194	173	-11,1%	793	656	-17,2%
DEMAIS ÁREAS	1.134	1.191	5,0%	4.567	4.650	1,8%
SUBTOTAL	2.975	3.089	3,8%	11.071	11.603	4,8%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	198	107	-45,8%	1.528	2.243	46,8%
TOTAL GERAL	3.173	3.196	0,7%	12.598	13.846	9,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

A Tabela 25 detalha as Despesas de Pessoal segundo as áreas com maior representatividade. No acumulado foram liquidados R\$ 13,84 bilhões (+9,9%, ou seja, +R\$ 1,25 bilhão), consideradas as despesas intraorçamentárias de R\$ 2,24 bilhões (+46,8%, ou seja, + 715,28 milhões). O crescimento das despesas intraorçamentárias liquidada no acumulado do ano é reflexo das transferências a título de antecipação do montante das obrigações patronais que seriam pagos ao longo do exercício, a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

As áreas da Segurança Pública/ Defesa Civil, Educação, Ciência e Tecnologia, se destacaram pelas significativas variações positivas registradas, totalizando uma despesa de R\$ 6,29 bilhões, aumento de 10,3% (+R\$ 586,34 milhões) quando comparados a 2013.

O crescimento de 9,1% e 12,5% nas áreas de Segurança e Defesa Civil, respectivamente, decorrem, em parte, do reajuste de 11,8% do soldo e da concessão do auxílio moradia. Além disso, o PROEIS - Programa Estadual de Integração na Segurança, o RAS - Regime Adicional de Serviços e o Programa Estadual de Segurança nos Serviços Públicos em Regime de Concessão – PROES são gratificações que também corroboram para a elevação dos gastos de pessoal da Segurança.

Na área da Educação foram executados até Agosto R\$ 1,86 bilhão, aumento de 7,1% (+122,94 milhões), consequência direta do reajuste salarial de 9% concedido aos docentes da rede estadual de ensino,

animadores culturais, pensionistas e aposentados pagos a partir de Agosto. O piso inicial do magistério, para uma carga horária de 30h semanais, passou de R\$ 2.028,67 para R\$ 2.211,25, reajuste de R\$ 182,58, ou seja, a hora-aula passou de R\$ 16,90 para R\$ 18,42. Além disso, os docentes contam com o aumento de 25% no auxílio transporte, aumento do auxílio qualificação; aumento de 10% a gratificação de difícil provimento e crescimento de 1.000% em valores absolutos da gratificação de agente de pessoal.

Em relação à Saúde a aparente variação negativa está sendo justificada pelo novo modelo de gestão – Contratos de Gestão – com Organizações Sociais (O.S), que passam a administrar a gestão de pessoal, cuja despesa se inclui no valor dos contratos.

Nas demais áreas as despesas liquidadas somaram R\$ 4,65 bilhões no exercício vigente, ocorreu crescimento de 5,0% (+R\$ 57,02 milhões) no bimestre e 1,8% (+R\$ 82,84 milhões) no acumulado quando comparado ao mesmo período de 2013. Destaque para a participação dos Demais Poderes em 58,10% (R\$2,70 bilhões) no total acumulado deste grupo até Agosto de 2014.

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 26 a seguir demonstra os custos de manutenção do Estado no 4º bimestre comparando o acumulado do ano com igual período de 2013. Essa despesa até Agosto atingiu R\$ 7,28 bilhões, dos quais R\$ 2,34 foram executados no 4º bimestre, destinados às principais ações das áreas finalísticas e o custeio dos demais poderes.

Tabela 26 - Outras Despesas Correntes

R\$ Milhares

FUNÇÃO	JUL - AGO		Variação %	JAN - AGO		Variação %
	2013	2014		2013	2014	
Demais Poderes	244.523	264.349	8,1%	709.416	807.064	13,8%
Saúde	599.050	673.029	12,3%	1.689.254	1.861.179	10,2%
Educação	370.682	331.609	-10,5%	1.048.672	1.044.560	-0,4%
Segurança Pública	279.170	317.361	13,7%	847.760	898.431	6,0%
Transporte	139.267	144.743	3,9%	527.388	555.047	5,2%
Assistência Social	87.819	110.023	25,3%	313.819	340.088	8,4%
Demais Desp. Custeio	535.213	500.971	-6,4%	1.705.323	1.775.397	4,1%
Subtotal CUSTEIO	2.255.724	2.342.085	3,8%	6.841.630	7.281.765	6,4%
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.012.481	2.302.702	14,4%	7.709.592	8.702.183	12,9%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.364.250	1.470.041	7,8%	7.678.612	7.910.774	3,0%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	167.573	509.618	204,1%	501.754	909.380	81,2%
TOTAL	5.800.028	6.624.445	14,2%	22.731.589	24.804.102	9,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

No âmbito da Saúde, até o 4º bimestre deste exercício, foram liquidados R\$ 1,86 milhões, elevação de 10,2%, em decorrência da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais (OS).

Na comparação até o 4º bimestre, os gastos com nutrição escolar apresentaram uma variação de 9,0% (R\$ 13,01 milhões), destinando R\$ 157,2 milhões nesta ação, sendo este o maior gasto em outras despesas correntes da função Educação.

Na função Segurança a despesa com a alimentação dos apenados e custodiados representou 81,5% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária no período, com aumento de R\$ 12,8 milhões até o 4º bimestre (+11,2%), quando comparado ao mesmo período de 2013, em consequência ao reajuste dos contratos firmados.

Na área de Transportes, os subsídios do Programa Bilhete Único requereram R\$ 353,3 milhões, aumento de 8,4% (+R\$ 27,3 milhões) em relação a 2013. O aumento é decorrente da elevação do período

Até o 4º Bimestre de 2014, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 24,8 bilhões: um acréscimo de R\$ 2,07 bilhões (+9,1%) frente ao apurado no mesmo período de 2013.

de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3 horas, além da implantação do subsídio na tarifa do metrô e trens, subsidiando em 30 centavos cada viagem, gerando neste período uma elevação no número de beneficiários.

Na Assistência Social, os programas principais de auxílio financeiro à população economicamente menos favorecida, exigiram até o 4º bimestre de 2014 mais R\$ 6,17 milhões (+3,1%) em relação ao mesmo período de 2013, em decorrência do aumento de beneficiados.

Na parte final da Tabela 26 está sendo discriminado o total das despesas com inativos e pensionistas além dos recursos transferidos aos municípios e as despesas intraorçamentárias.

Em sua totalidade, as despesas do Grupo executaram R\$ 24,8 bilhões. Quando comparadas ao mesmo período de 2013, aumentaram 9,1% (+R\$ 2,07 bilhões).

➤ **Investimentos e Inversões Financeiras – COLOCAR TABELA EM MILHARES E TIRAR O PONTO DO ANO**

Tabela 27 - Investimentos e Inversões Financeiras

PRINCIPAIS FUNÇÕES	JAN A AGO		Variação (%)
	2013	2014	
Transporte	1.182.038	1.940.790	64,2%
Urbanismo	479.896	1.372.672	186,0%
Saneamento	102.745	239.902	133,5%
Segurança Pública	132.145	198.352	50,1%
Educação	122.330	174.409	42,6%
Gestão Ambiental	156.146	151.030	-3,3%
Demais Funções	888.455	300.494	-66,2%
Total	3.063.754	4.377.650	42,9%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Tabela 27 evidencia as despesas de investimentos e inversões financeiras até agosto, comparando os anos de 2013 e de 2014, por funções de governo. Até agosto essas despesas somaram R\$ 4,38 bilhões (+42,9%), com destaque para a função Transporte com R\$ 1,94 bilhão, cujo crescimento foi de 64,2% em relação a 2013.

A implantação da Linha 4 do metrô foi responsável por R\$ 1,65 bilhão. Outros R\$ 92,09 milhões foram direcionados para melhoria de transportes por ocasião de eventos esportivos de grande porte.

A função urbanismo foi responsável por R\$ 1,37 bilhão (+186,0%). O maior volume de recursos, R\$ 481,62 milhões, atendeu a execução de obras de drenagem, recapeamento, pavimentação e construção de calçadas em diversos municípios do Estado. Outros R\$ 410,66 milhões foram aplicados em obras de implantação de rodovia que circunda a região Metropolitana e que serve como alternativa a Avenida Brasil.

As Obras de Saneamento alcançaram o valor de R\$ 239,90 milhões (+133,5%), a terceira função a qual mais se investiu. Para o projeto cuja finalidade é o abastecimento de água, o ERJ executou R\$ 132,50 milhões. Já para obras de mitigação do danos causados por cheias do Rio Muriaé, foram liquidados R\$ 32,64 milhões.

Em Segurança Pública houve um acréscimo de 50,1%, totalizando uma despesa de R\$ 198,35 milhões. Em ações correlacionadas a grandes eventos, principalmente para a aquisição de coletes antibalísticos, foram gastos R\$ 39,61 milhões. Para as obras de construção de Centro de comando e Controle foram destinados R\$ 39,33 milhões

Na função Educação foram investidos R\$ 174,41 milhões (+42,6%). Para obras de construção e reforma das diversas unidades de ensino foram liquidados R\$ 84,97 milhões. Para o desenvolvimento de centros vocacionais foram aplicados R\$ 29,53 milhões.

Por último, em Gestão Ambiental, foram aplicados R\$ 151,03 milhões (-3,3%), com destaque para o programa de redução do lixo, com R\$ 45,54 milhões e projetos habitacionais destinados à realocação de moradores em áreas sob o risco de inundações, com R\$29,98 milhões.

V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁴, FECAM²⁵ e FEHIS²⁶.

Os recursos mínimos para assegurar a manutenção e o desenvolvimento da Educação e da Saúde estão estabelecidos na Constituição Federal, em percentuais, cuja base de cálculo é a receita oriunda de impostos próprios de cada Estado. Regulamentação semelhante consta da Constituição do ERJ que garantiu recursos para as áreas de Ambiente, Pesquisa e Habitação e Interesse Social.

A Tabela 28 ao lado apresenta a execução parcial dos índices estabelecidos constitucionalmente, neste quarto bimestre de 2014, cujo acompanhamento ao longo do exercício visa corrigir possíveis desvios no decorrer da execução orçamentária.

No final de 2013, com a edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, pela Secretaria de Tesouro Nacional, foi alterada a regra de dedução dos Restos a Pagar Cancelados no exercício, quando da apuração do Índice da Saúde. Até então, o valor de Restos a Pagar Inscritos até cinco exercícios anteriores e cancelados no ano em referência eram integralmente deduzidos da despesa realizada, aumentando a aplicação do exercício em referência para compensar a perda decorrente do cancelamento. A nova regulamentação prevê que, a dedução incida apenas sobre a parcela dos Restos a Pagar Cancelados que superem o montante aplicado acima do limite constitucional no ano imediatamente anterior. Neste exercício de 2014, esta prática se estendeu para o índice da Educação.

De acordo com essa metodologia, não houve dedução de RP Cancelado no encerramento das Contas de Gestão do exercício de 2013, bem como não estão sendo deduzidos os Restos a Pagar Cancelados em 2014.

Cabe lembrar que o acompanhamento dos percentuais aplicados ao longo do ano, conforme apresentado neste Boletim de

Tabela 28 – Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - AGO		Variação %
	2013	2014	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	21.013.474	22.207.522	5,7%
DESPESA LIQUIDADADA*	5.283.515	5.777.223	9,3%
FUNDEB	3.508.357	3.685.833	5,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	5.253.368	5.551.881	5,7%
% ÍNDICE	25,1%	26,0%	0,87%
SAÚDE			
RECEITA BASE	20.782.291	21.958.568	5,7%
DESPESA LIQUIDADADA**	2.106.606	1.935.729	-8,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.493.875	2.635.028	5,7%
% ÍNDICE	10,1%	8,8%	-1,3%
FAPERJ			
RECEITA BASE	12.397.123	13.108.542	5,7%
DESPESA LIQUIDADADA	215.016	183.862	-14,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	247.942	262.171	5,7%
% ÍNDICE	1,7%	1,4%	-0,3%
FECAM			
RECEITA BASE	5.363.844	5.736.423	6,9%
DESPESA LIQUIDADADA*	151.740	161.660	6,5%
MÍNIMO A SER APLICADO	283	308	8,7%
% ÍNDICE	2,8%	2,8%	0,0%
FEHIS			
RECEITA BASE	1.816.637	1.929.842	6,2%
DESPESA LIQUIDADADA	136.374	126.679	-7,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	181.664	192.984	6,2%
% ÍNDICE	7,5%	6,6%	-0,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscrites nos últimos 5 exercícios.

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

²⁴ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁵ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁶ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Transparência, assume fins de planejamento e controle do cumprimento dessas obrigações.

➤ **Educação**

O Índice da Educação atingiu 26,0% contabilizando a aplicação na função até agosto 2014. A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 5,78 bilhões, um aumento de 9,3% (+R\$ 493,71 milhões). A Tabela 29 mostra a aplicação por Grupo de Despesa.

O Grupo Outras Despesas Correntes, que agrega o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice, além das transferências ao FUNDEB, aumentou em 1,9% (+R\$ 75,06 milhões) em relação ao 4º bimestre do ano anterior.

O FUNDEB representou 63,8% do montante aplicado na função. Registrou-se variação positiva de R\$ 177,48 milhões, comparado com o ano passado. O valor transferido a cada mês cumpre regulamentação legal - Lei - 11.494/2007, parametrizado pela receita realizada no mesmo mês.

Em relação às despesas de pessoal, a variação de 37,1% (+R\$ 443,66 milhões) foi financiada com recursos do Tesouro (FR 00 e 22). Desse montante, R\$ 397,66 milhões é decorrente do pagamento antecipado de despesas com Contribuições Patronais ao RIOPREVIDÊNCIA, impactando consideravelmente nas despesas ao longo do período.

A despesa de custeio, comparando-se com o acumulado até agosto do ano passado, apresentou uma aparente variação negativa de 19,2% (-R\$ 102,41 milhões), uma vez que a execução das despesas de benefícios (auxílios qualificação, transporte e alimentação) foi realizada na FR 15 - Fundeb e grande parte da operacionalização das unidades orçamentárias que englobam a função foi executada na FR 05 – salário educação, cujos gastos não são contabilizados no índice.

O mesmo aconteceu com as despesas de investimento, cuja variação negativa de 58,5% (-R\$ 29,78 milhões) é justificada pela utilização de FR 11 - Operações de Crédito - pela SEEDUC e FAETEC para atender a ampliação, reforma e construção de unidades escolares e dos Centros Vocacionais Tecnológicos.

Tabela 29 – Aplicação na Função

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - AGO			
	2013	2014		
Pessoal	1.194.284	1.637.942	37,1%	28,4%
Outras Desp. Correntes	4.043.092	4.118.157	1,9%	71,3%
Custeio*	534.735	432.324	-19,2%	7,5%
FUNDEB*	3.508.357	3.685.833	5,1%	63,8%
Investimento/Inversões	50.901	21.124	-58,5%	0,4%
RP Cancelado	4.762		-100,0%	0,0%
TOTAL	5.283.515	5.777.223	9,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

A Tabela 30 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ e, em seguida a análise da execução das maiores participações executadas até agosto de 2014.

Tabela 30 - Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN - AGO		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	688.598.175	778.361.884	13,0%	13,5%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	83.131.729	100.741.593	21,2%	1,7%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	474.523.646	552.324.748	16,4%	9,6%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	424.137.078	540.633.070	27,5%	9,4%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	79.314.074	81.933.388	3,3%	1,4%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	15.995.066	20.965.329	31,1%	0,4%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	14.220.215	16.430.084	15,5%	0,3%
Total das Unidades Orçamentárias**	1.779.919.982	2.091.390.096	17,5%	36,2%
FUNDEB**	3.508.356.730	3.685.833.069	5,1%	63,8%
RP Cancelado**	4.762.034		-100,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	5.283.514.678	5.777.223.166	9,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A Secretaria de Educação (SEEDUC) se destacou com a maior participação de recursos no índice (13,5%). Em comparação com o mesmo período do ano anterior, aplicou 13,0% a mais (+R\$ 89,76 milhões), dos quais, R\$ 46,29 milhões foram direcionados ao pagamento de locação de equipamento de informática, suporte técnico, fornecimento de licenças de software, além das despesas com INFOVIA – mecanismos que dão suporte aos profissionais da área de educação.

A segunda maior participação na função está concentrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – aumento de R\$ 77,80 milhões (+16,4%). A maior parcela, R\$ 50,55 milhões, se refere a gastos com auxílios e serviços prestados por estudantes e está relacionada na Tabela 31.

Tabela 31 – Auxílios e Serviços de Estudantes da UERJ

Em R\$ milhões

4043 - UERJ		
DESPESAS COM AUXÍLIO E SERVIÇOS PRESTADOS POR ESTUDANTES	JAN - AGO	
	2013	2014
APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	285.968	287.253
ESTUDANTE BOLSA PERMANENTE (Cotista/Proinciar)	26.297.576	27.173.899
ESTUDANTES BOLSISTAS DE MESTRADO DE ACORDO COM COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	23.100	10.500
PARTICIPANTES DO PROATEC (Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ens.Pesquisa)	515.263	408.000
PARTICIPANTES DO PRO-CIÊNCIA (Programa de incentivo à Produção Científica,Técnica)	81.463	101.896
BOLSA PARA ORIENTADORES DAS EMPRESAS JUNIORES	-	44.000
ESTAGIARIO CETREINA, RESIDENTE JURIDICO, FIA E FAETEC.	1.414.610	1.043.584
RESIDENTE INTERNOS MÉDICO E ACADÊMICO.	16.795.867	19.862.648
ESTUDANTE_PROGRAMA QUALITEC (UNIDADES DE DESENVOLVIMNETO TECNOLÓGICO)		1.621.202
TOTAL	45.413.847	50.552.981

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do ERJ (FAETEC) obteve crescimento de 27,5% (+R\$ 116,49 milhões) neste bimestre, com significativa participação nas despesas de pessoal pelo pagamento antecipado da obrigação patronal (+R\$ 31,34 milhões), além das contratações temporárias (+R\$ 26,33 milhões). Foram desembolsadas R\$ 17,63 milhões com modernização operacional das sedes da FAETEC e com investimentos em unidades modulares educacionais para atender a construção de novos CVT's.

➤ **Educação - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de transferências da União, que são contabilizados para fins de cumprimento do Índice, a Função Educação conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montante significativo da despesa.

A Tabela 32 abaixo discrimina por FR a aplicação desses recursos que, em relação ao 4º bimestre de 2013, registrou variação positiva de 21,1% (+R\$ 378,62 milhões).

Tabela 32 - Aplicação na Função

Em R\$

FUNÇÃO EDUCAÇÃO				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN - AGO		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
FUNDEB (FR 15)	1.465.020.387	1.757.621.646	20,0%	81,0%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	185.190.612	208.816.151	12,8%	9,6%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	59.941.420	37.458.447	-37,5%	1,7%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	24.967.285	28.213.609	13,0%	1,3%
SUS (FR 25)	22.468.949	27.229.310	21,2%	1,3%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	15.972.645	92.180.916	477,1%	4,2%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	17.872.783	18.536.167	3,7%	0,9%
TOTAL	1.791.434.081	2.170.056.246	21,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

O montante da despesa financiada pela FR 15 (FUNDEB) apresentou relevante participação (81,0%) no acumulado do período. Sua execução orçamentária atingiu R\$ 1,76 bilhão, basicamente destinada ao pagamento da folha de salários e demais benefícios concedidos aos docentes. O valor gasto com pessoal representou 90,4% do total liquidado, enquanto os benefícios que integram as ações de valorização dos profissionais da área (auxílios transporte, alimentação e qualificação) totalizaram R\$ 167,24 milhões.

O Salário Educação (FR 05) é uma contribuição social destinada exclusivamente a ações de desenvolvimento da educação básica e apresentou variação de 12,8% (+R\$ 23,62 milhões). Até o 4º bimestre, do montante aplicado (R\$ 208,82 milhões), o valor de R\$ 122,62 milhões foram aplicados no Programa de Alimentação Escolar. A diferença (R\$ 68,71 milhões) está alocada nas atividades-meio necessárias ao funcionamento da rede escolar relacionadas à vigilância, higiene, e demais despesas de manutenção.

Com recursos de Operações de Crédito (FR11) foram liquidados R\$ 92,18 milhões até o quarto bimestre, dos quais R\$ 74,25 milhões foram alocados na ampliação e melhorias da rede escolar da SEEUDC, e R\$ 17,93 milhões foram investidos pela FAETEC para atender à construção dos Centros Vocacionais Tecnológicos em Campo Grande, Guapimirim, Rio Claro Angra dos Reis entre outros, além das despesas referentes à obra da FAETERJ - Faculdade de Ensino Tecnologia de Barra do Piraí. O polo da FAETERJ contribuiu para a instalação da primeira faculdade pública desta região.

As despesas liquidadas por meio das Transferências Voluntárias do FNDE (FR 24) apresentaram uma variação negativa de -37,5% (-R\$ 22,48 milhões), em relação ao mesmo período de 2013. Em 2014, não ocorreram despesas com aquisição de mobiliário escolar (realizadas em 2013 no valor de R\$ 8,81 milhões), e os recursos descentralizados para atender ao programa de alimentação foram inferiores (- R\$ 16,25 milhões), em função do número real de alunos matriculados demonstrados pelo censo. As Transferências Voluntárias da União (FR 24), repassadas para a SEEDUC pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tiveram desembolso total de R\$ 34,59 milhões.

Com recursos diretamente arrecadados (FR 10), do montante liquidado de R\$ 28,21 milhões, a UERJ foi responsável quase integralmente pela execução com R\$ 24,50 milhões, destinados à ação Integração UERJ/Sociedade. A CECIERJ executou R\$ 1,78 milhão com a formação superior à distância e com a própria manutenção.

Os repasses do SUS (FR 25), aplicados pela UERJ na Operacionalização do Hospital Pedro Ernesto, cresceram 21,2% (+R\$ 4,76 milhões) basicamente com a aquisição de equipamentos hospitalares, de materiais cirúrgicos e de medicamentos em geral.

➤ **Saúde**

No quarto bimestre de 2014, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi menor em 8,1% em relação ao mesmo período do ano passado, -R\$ 170,88 milhões, conforme demonstrado na Tabela 33.

Tabela 33 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN A AGO			
	2013	2014		
Pessoal	834.429.016	712.294.851	-14,6%	36,8%
Outras Desp. Correntes	1.218.214.485	1.187.014.874	-2,6%	61,3%
Investimento/Inversões	50.139.613	34.845.688	-30,5%	1,8%
Amortização da Dívida	3.822.470	1.573.834	-58,8%	0,1%
RP Cancelado	-	-	0,0%	0,0%
TOTAL	2.106.605.584	1.935.729.247	-8,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

Tabela 34 – Repasse para OS's

Em
Milhões R\$

Embora a despesa realizada no período esteja menor, destaca-se a significativa participação no grupo Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 61,3% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde, como resultado do modelo de gestão implantado nas unidades do Sistema de Saúde do ERJ através dos Contratos de Gestão pactuados com as Organizações Sociais (OS).

Neste grupo de despesa foi constatado um decréscimo de 2,6% (- R\$ 31,20 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do ritmo da execução orçamentária em consonância com o fluxo de caixa do Tesouro. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até o quarto bimestre será abordada por itens conforme a destinação final, destacando-se as mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada - foram aplicados R\$ 420,07 milhões distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 34 ao lado.

2- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – aplicação de R\$ 172,10 milhões, a saber: R\$ 56,27 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico

e Operacional; R\$ 26,52 milhões no Preparo e Distribuição de Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ; R\$ 23 milhões na aquisição de Material Cirúrgico, de Laboratório, de Enfermagem e Químico; R\$ 9,99 milhões em Medicamentos; dentre outras despesas.

3- Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – despesa realizada de R\$ 117,28 milhões em várias unidades do ERJ, conforme detalhamento na Tabela 35 ao lado.

4- Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas – gastos de R\$ 53,49 milhões sendo: R\$ 16,55 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 14,24 milhões com a Manutenção de Software; R\$ 3,73 milhões com a aquisição de Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem; dentre outras despesas.

Na área de pessoal, a despesa apontada pela tabela é aplicada diretamente pelo FES em remuneração de seu pessoal fixo, de cooperativados e de concursados da Fundação de Saúde. O

REPASSE PARA AS OS's		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A AGO
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	19,25
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	27,87
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	103,69
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	11,38
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	9,51
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	57,69
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	38,42
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	35,84
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	9,51
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	7,56
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	9,95
HOSPITAL GERAL COM PERFIL DE ALTA COMPLEXIDADE	ERJ	14,38
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	22,93
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	30,73
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	21,36
TOTAL REPASSADO		420,07

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

Tabela 35 – UPA's por OS do ERJ

Em R\$

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	VALORES
	REPASSADOS JAN A AGO
SÃO GONÇALO I	9.848.707
COPACABANA	7.164.000
QUEIMADOS	6.688.529
MESQUITA	6.562.190
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	3.375.286
SÃO GONÇALO II	7.791.000
NOVA IGUAÇU II	7.143.723
JACAREPAGUÁ	5.132.005
CAMPOS dos GOYTACAZES	5.055.000
ENGENHO NOVO	12.324.648
MARÉ	3.582.000
TIJUCA	7.054.987
SEAP	1.687.643
IRAJÁ	3.191.739
NOVA IGUAÇU I	2.527.500
BANGU	5.362.373
NITERÓI	5.355.310
CAMPO GRANDE II	5.682.054
CAXIAS I	1.544.409
MARECHAL HERMES	4.564.000
REALENGO	1.517.955
CAMPO GRANDE I	4.127.538
TOTAL REPASSADO	117.282.595

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

desafio de diminuir a quantidade de vínculos precários de trabalho, simbolizados principalmente pelas cooperativas, está sendo colocado em prática. Elas estão sendo substituídas gradativamente por profissionais concursados pela Fundação de Saúde ou contratados por Organizações Sociais de Saúde (seguindo a Consolidação das Leis de Trabalho e todos os seus benefícios). Por esse motivo, a despesa liquidada com esses contratos terceirizados apresentou, até este bimestre, uma queda de 73,2% em relação a 2013 (-R\$ 115,05 milhões), contribuindo para a variação negativa apurada no total da despesa de pessoal (-14,6%, ou -R\$ 122,13 milhões).

A Tabela 36 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

Tabela 36 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	JAN A AGO		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
FES - Fundo Estadual de Saúde	1.928.854.003	1.702.186.372	-11,8%	87,9%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	146.882.280	193.942.519	32,0%	10,0%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	30.779.408	33.328.116	8,3%	1,7%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	89.894	6.272.240	6877,4%	0,3%
Total das Unidades Orçamentárias	2.106.605.584	1.935.729.247	-8,1%	100,0%
RP Cancelado	-	-	0,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	2.106.605.584	1.935.729.247	-8,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

O Fundo Estadual de Saúde – FES – grande responsável pela execução no período (87,9%, R\$ 1,7 bilhão), apresentou uma queda (-11,8%, ou seja, -R\$ 226,67 milhões) frente ao executado neste período em 2013, refletindo o ritmo de execução orçamentária mais lento de acordo com o fluxo de caixa do Tesouro.

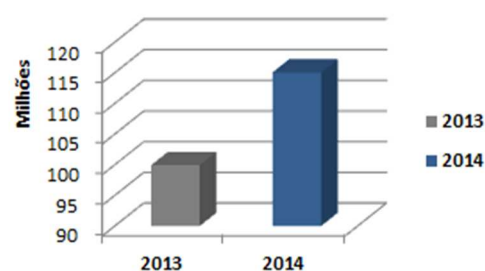
A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu considerável incremento em relação a 2013: variação positiva de R\$ 47,06 milhões (+32%) como reflexo da contratação, pelo regime celetista, de profissionais concursados. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram R\$ 2,55 milhões (+8,3%) em relação ao quarto bimestre do ano anterior. Sua participação na execução do índice é de 1,7% das aplicações. Seus

Novos concursados estão sendo nomeados pela Fundação Saúde do ERJ (UO 2942), desde o início do ano de 2013, em substituição aos profissionais cooperativados dos anos anteriores. Em 2014, foram gastos R\$ 115,08 milhões, 15,14% a mais do que no mesmo período de 2013 (+R\$ 15,13 milhões).

Gráfico 14

GASTO COM REMUNERAÇÃO DOS CONCURSADOS até AGOSTO - UO 2942



principais gastos com recursos do Tesouro referem-se à Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 15,12 milhões) e à Manutenção das Atividades Operacionais (R\$ 8,17 milhões).

➤ **Saúde - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 37 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 37 – Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN A AGO		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	157.994.362	179.814.385	13,8%	26,0%
SUS (25)	276.359.236	496.058.778	79,5%	71,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	5.000.000	9.114.542	82,3%	1,3%
CONVÊNIOS (FR 13)	9.470.821	5.847.947	-38,3%	0,8%
TOTAL	448.824.419	690.835.653	53,9%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

As despesas e receitas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25), em 2014, cresceram substancialmente até esse quarto bimestre.

Pelo lado da receita, o aumento foi de 5,9% (+28,08 milhões). Em 2013, a arrecadação até o quarto bimestre alcançou R\$ 477,29 milhões, e, em 2014, R\$ 505,38 milhões.

A despesa financiada pela FR 25 apresentou crescimento expressivo em relação ao mesmo período de 2013 (aumento de 79,5%; +R\$ 219,70 milhões), isto porque parte dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao ERJ, passou a cobrir, juntamente com os recursos do Tesouro, os gastos de Unidades Próprias do ERJ, em conformidade com a legislação do SUS.

Do montante de R\$ 496,06 milhões executados na FR 25, R\$ 167,96 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral das Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 147,33 milhões para a Operacionalização das UPA's 24horas geridas por meio de OS; R\$ 58,89 milhões para Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais; R\$ 22,58 milhões para Assistência

Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade, dentre outras despesas de menor vulto.

Para aquisição de material permanente e melhorias na rede física de unidades de saúde, o Governo do ERJ investiu R\$ 9,11 milhões com recursos provenientes de Operações de Crédito (FR 11) contratados junto ao Banco do Brasil (Programa Pró-Cidades II).

Na FR 13 (convênios) houve uma queda de 38,3% em relação ao mesmo período de 2013 (-R\$ 3,62 milhões). Foram aplicados R\$ 5,85 milhões até o quarto bimestre de 2014, sendo R\$ 4,40 milhões direcionados para Ampliação da Capacidade de Produção Industrial do IVB.

Comparada à execução do quarto bimestre de 2013, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram um acréscimo de R\$ 21,82 milhões (+13,8%). Dos R\$ 179,81 milhões executados nesse ano, R\$ 143,32 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 118,65 milhões destinados a medicamentos, R\$ 19,11 milhões a Serviços, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 35,43 milhões com FR 10, sendo R\$ 19,56 milhões aplicados em Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), nas diversas ações de apoio à pesquisa, liquidou até o quarto bimestre de 2014 R\$ 183,86 milhões, financiados com recursos do Tesouro. Embora com crescimento em algumas ações, a despesa total aplicada apresentou redução de 14,5% (-R\$ 31,15 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, ocorrendo redimensionamento de gastos motivado pela frustração de receita do ERJ. Parte deste decréscimo (R\$ 22,50 milhões) se concentrou na ação do Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Socioeconômico, com redução nas despesas de auxílios e contribuições.

A Tabela 38 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ na fonte tesouro. Além dos recursos garantidos pela Constituição

Tabela 38 – Execução Orçamentária Fonte Tesouro da FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A AGO		Variação %
	2013	2014	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	55.584.674	56.244.422	1,2%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	49.924.613	51.062.965	2,3%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	14.879.945	21.924.442	47,3%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	38.742.084	16.243.356	-58,1%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	9.692.496	11.088.567	14,4%
Inovação Tecnológica	12.901.717	9.602.161	-25,6%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	5.747.325	5.444.451	-5,3%
Pessoal e Encargos Sociais	3.822.636	4.218.750	10,4%
Nova sede da FAPERJ	-	4.029.368	
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	17.341.228	1.960.438	-88,7%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.106.833	1.156.026	4,4%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	1.438.240	760.004	-47,2%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	117.160	83.460	-28,8%
Despesas Obrigatórias	235.436	32.748	-86,1%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	15.595	11.107	-28,8%
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	3.466.503	-	-100,0%
TOTAL	215.016.485	183.862.263	-14,5%

Estadual, a FAPERJ conta também com recursos próprios, diretamente arrecadados (R\$ 8,14 milhões) e com recursos de convênios (R\$ 5,59 milhões), não contabilizados na apuração do índice. Até o 4º bimestre, a execução foi de 1,4% em relação à receita base realizada, atendendo as expectativas do índice constitucional.

A maior variação ocorrida até este bimestre foi direcionada ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ (+R\$ 7,04 milhões). Este convênio de cooperação técnica entre a UERJ e a FAPERJ totalizou R\$ 21,92 milhões.

Em relação às Outras Fontes de Recursos, até o 4º bimestre, a despesa financiada com recursos próprios (FR 10) foi destinada ao FATEC (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) - R\$ 8,14 milhões. Parte deste recurso foi aplicada no Desenvolvimento Tecnológico CVT e FAETERJ (R\$ 5,74 milhões).

Com recursos de convênios (FR 13), R\$ 5,60 milhões foram executados nos Editais de Apoio a Núcleos Emergentes, convênio FAPERJ/INMETRO e Gestão Compartilhada em Saúde (pesquisa para o SUS).

A Tabela 39 demonstra as ações executadas com os principais auxílios desembolsados pela FAPERJ na fonte Tesouro até o 4º bimestre. Tais ações visam implementar a política de fomento no ERJ.

**Tabela 39 – Execução Orçamentária
Outras Fontes da FAPERJ**

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A AGO		Variação %
	2013	2014	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	5.008.094	8.140.734	62,6%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	1.117.999	4.084.539	265,3%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	845.040	826.000	-2,3%
Inovação Tecnológica	-	688.261	
TOTAL	6.971.133	13.739.533	97,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

Tabela 40 – Auxílios Desembolsados pela FAPERJ

Valores em R\$

FAPERJ -DESPESA ACUMULADA DE JANEIRO/AGOSTO 2014 - FONTE TESOURO			
AUXÍLIOS EXECUTADOS NAS SEGUINTESS MODALIDADES	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
Auxílio à Pesquisa (APQ1)	4.024.235	2.222.687	6.246.922
Auxílio à Organização de Eventos (APQ2)	4.785.284	-	4.785.284
Auxílio à Editoração (APQ3)	1.389.293	-	1.389.293
Apoio à Infraestrutura de Acervos (APQ4)	41.000	74.000	115.000
Apoio à Participação em Reuniões Científicas (APQ5)	1.002.684	-	1.002.684
Auxílio a Pesquisador Visitante (APV)	345.683	-	345.683
Auxílio Instalação (INST)	2.542.552	1.676.549	4.219.101
Auxílio a Projeto de Inovação Tecnológicas (ADT1)	1.752.709	2.220.969	3.973.678
Auxílio para a Inserção de Novas Tecnologias no Mercado (ADT2)	313.800	31.000	344.800
Ediais	30.025.153	28.735.352	58.760.504
PROATEC (Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino de Pesquisa)	1.373.557	-	1.373.557
PRO-CIÊNCIA	13.550.885	-	13.550.885
TOTAL	61.146.835	34.960.557	96.107.391

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás no ERJ e com 10% quando provenientes da camada do pré-sal.

Até 4º bimestre de 2014, o FECAM liquidou R\$ 161,70 milhões, elevação de 6,5% (R\$ 9,80 milhões) comparando ao mesmo período de 2013, conforme apresentado na Tabela 28.

As ações realizadas em 2014 por meio do Fundo estão descritas na Tabela 41 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi o Rio Mais Limpo, com um gasto de R\$ 45,54 milhões, correspondendo a 28,2% do total liquidado.

Tabela 41 - Índice FECAM

Em R\$				
AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	JUL - AGO	JAN - AGO
Rio Mais Limpo	Implantação do sistema de esgotamento sanitário e complementação do sistema de abastecimento de água potável do núcleo urbano de Paraty Obras emergenciais de canalização do valão da Av. Carioca no município de São João de Mariti Construção de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias, redes coletoras e interceptores Projeto de esgotamento sanitário de Barra Mansa Viabilização da recuperação das condições das praias de São Conrado e Bica	SEA	9.959.079	45.538.158
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Benfeitorias localizadas na área de intervenção junto aos corpos hídricos Desassoreamento e recuperação de diversos cursos d'água no ERJ	INEA	18.059.126	29.979.257
Projeto Iguaçu - PAC - RJ/FECAM	Projeto de Controle de Inundações e Recuperação ambiental Produção de Empreendimento Habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida	INEA	1.972.578	21.104.697
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	CONstrução do Sistema de coleta e transporte de esgotos do sistema Pavuna e sistema Sarapuí Modernização do sistema de esgotamento sanitário da praia da Bica e da praia da Urca	CEDAE - AÇÕES DESCENTRALIZADAS	9.451.426	14.295.556
Transporte sobre Trilhos	Implantação das Obras da Linha 4	RIOTRILHOS / CASA CIVIL	-	12.000.000
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	Obras do sistema de Esgotamento do Eixo Barra Recreio e Eixo Olímpico	CEDAE - AÇÕES DESCENTRALIZADAS	5.880.029	10.826.576
Demais Ações	-	-	8.504.655	27.953.851
TOTAL GERAL			53.826.894	161.698.094

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), cujas ações são basicamente executadas pela Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, da Secretaria de Obras – SEOBRAS e da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH.

O FEHIS executou até agosto R\$ 126,68 milhões. Quando comparado ao exercício de 2013, a execução foi menor em 7,1% (-R\$ 9,69 milhões), justificada pela finalização de obras de unidades habitacionais, como por exemplo, a entrega de 426 casas populares no bairro Habitat, no município de Três Rios, Centro Sul Fluminense.

A Tabela 42 apresenta as ações realizadas no período, sob a ótica dos órgãos executantes, dos principais projetos e do montante

liquidado em cada uma delas. Destaque para ações realizadas pela CEHAB, que através de parceria com a Prefeitura Municipal de Petrópolis vem desenvolvendo o projeto de Conjunto Habitacional da Estrada Silveira da Matta-Posse, cujo objetivo é atender a demanda decorrente das famílias desabrigadas beneficiadas pelo Aluguel Social, através da construção de 72 Unidades Habitacionais da Posse e da melhoria de Infraestrutura.

No âmbito do Aluguel Social já foram aplicados R\$ 48,00 milhões, 37,9% do total dos recursos aplicados até agosto pelo FEHIS, visando o pagamento de benefício assistencial temporário para atender famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em virtude de calamidade pública, beneficiando diretamente famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manginhos.

Tabela 42 - Índice FEHIS

Em R\$

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESA LIQUIDADADA JAN- AGO
SEOBRAS	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo do Alemão, reformas e serviços de urbanização integrada projeto social e regularização fundiária no Complexo do Alemão.	13.805.065
	Urbanização das Comunidades - PAC	Indenizações para desocupação de imóveis no Complexo do Jacarezinho	9.809.202
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo de Manguinhos, complementação da urbanização para entrega de 564 unidades habitacionais e construção de unidades habitacionais na antiga CCPL	6.991.480
	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel necessária as obras do PAC comunidades	1.409.929
		Outros	535.714
TOTAL SEOBRAS			32.551.389
SEH	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Serviços de Apoio e locação de veículos para atender ao projeto Vila da Melhor Idade	542.157
	Relocação de moradores assentados em áreas risco/Insalub	Aluguel provisório referente ao período abr-ago; entrega das unidades habitacionais (UHS) em Três Rios.	490.010
TOTAL SEH			1.032.167
ITERJ	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Aquisição de diversos equipamentos agrícolas; 09 caminhões; 16 retroscavadeiras, 1 caminhoanete, 06 distribuidores de fertilizantes e sementes; contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de galpão no assentamento rural nos municípios de Barra do Pirai, São Gonçalo, Italva, Mangaratiba e Japeri.	3.135.871
		Outros	1.713.951
TOTAL ITERJ			4.849.822
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais	Obras de construção de 388 unidades habitacionais em Laje de Muriaé, Duque de Caxias, Casemiro de Abreu, Sapucaia e Petrópolis ; Obras do Empreendimento Urucania	19.811.383
	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Recuperação de 06 blocos do conjunto Residencial Ferroviários II, 11 blocos no condomínio Cidade do Som em Engenho da Rainha, 118 blocos no condomínio Morada da Ilha, 18 blocos do conjunto residencial terra nova IAPI-Pilares, 24 blocos do conjunto Ex combatente em Benfica, 30 blocos do conjunto habitacional Cosmorama, 55 blocos do conjunto habitacional IAPC em Del Castilho, 70 blocos no conjunto Tertuliano Potyguara em Nova Iguaçu e a recuperação de uma Vila no Hopital Colonia Curu Paiti em Jacarepaguá.	15.374.716
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Obra de infraestrutura, esgoto sanitário no município de mesquita e no bairro Carmo; Serviço de reurbanização no Rio das Pedras.	4.639.833
		Outros	423.907
TOTAL CEHAB			40.249.840
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Manguinhos e São Gonçalo.	47.996.136
TOTAL SEASDH			47.996.136
TOTAL GERAL			126.679.354

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Resolução SEFAZ nº 776, publicada em 07 de agosto de 2014, estabeleceu o montante para a Cota Financeira até o mês de agosto com um incremento em torno de R\$ 292,50 milhões em comparação com a última resolução²⁷, publicada no bimestre anterior. Cerca de 60% desse montante refere-se à liberação das Fontes de Recursos do Tesouro, ou seja, R\$ 174,68 milhões.

Diante das informações da Tabela 43, observa-se que 37,8% (R\$ 3,64 bilhões) do total da Cota liberada foram de FR do Tesouro, e, 62,2% (R\$ 5,99 bilhões) de Outras FR. Em sua totalidade, a cota financeira liberada teve aumento de 22,8% com relação ao mesmo período de 2013.

Seguindo a tendência de anos anteriores, o percentual de utilização das cotas financeiras liberadas em Fontes do Tesouro foi maior em relação às demais. Até o quarto bimestre deste ano, a parcela utilizada das FR do Tesouro foi de 98,6% (R\$ 3,59 bilhões) da Cota Financeira liberada, enquanto as Outras FR utilizaram 81,5% (R\$ 4,88 bilhões).

Em relação à utilização da cota financeira liberada para as áreas prioritárias (Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social²⁸), cabe destaque para a celeridade na área de Saúde, visto que a mesma foi utilizada em quase sua totalidade.

O Tesouro do Estado, por sua vez, adimpliu 95,6% das PD's emitidas pelos órgãos até o segundo quadrimestre, com maior desempenho na área da Saúde, quitando 97,8% das Programações de Desembolso emitidas.

Gráfico 15

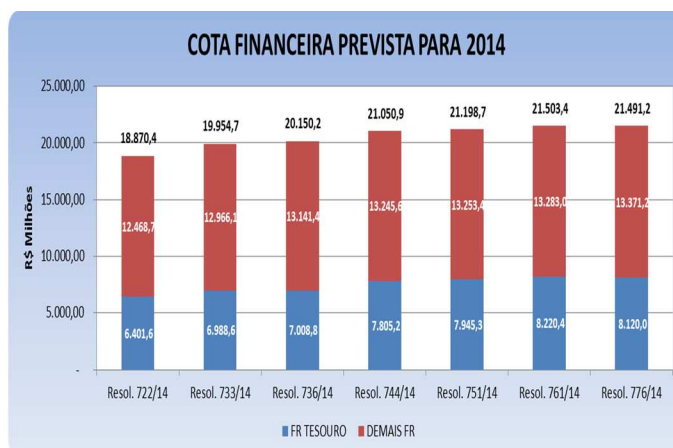


Tabela 43

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ AGOSTO DE 2014

RS Milhões

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	5.060	4.077	3.642	3.591	3.433
FR - Outras	6.466	4.975	5.991	4.880	4.585
Total geral	11.526	9.052	9.633	8.471	8.017

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Ago/2014

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	80,6%	111,9%	88,1%	98,6%	95,6%
FR - Outros	76,9%	83,0%	98,1%	81,5%	93,9%
Total geral	78,5%	94,0%	93,6%	87,9%	94,6%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Ago/2014

Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2014 POR ÁREAS (FR TESOURO)

RS MILHÕES

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	292	238	220	218	197
SAÚDE	1.653	1.423	1.202	1.201	1.174
SEGURANÇA	441	379	391	362	306
ASSISTÊNCIA SOCIAL	383	359	351	349	335
DEMAIS ÁREAS	2.291	1.677	1.478	1.462	1.421
TOTAL GERAL	5.060	4.077	3.642	3.591	3.433

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Ago/2014

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	81,8%	108,1%	91,4%	98,8%	90,3%
SAÚDE	86,1%	118,4%	84,4%	99,9%	97,8%
SEGURANÇA	86,0%	97,0%	95,3%	92,4%	84,7%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	93,7%	102,4%	97,2%	99,5%	96,0%
DEMAIS ÁREAS	73,2%	113,5%	87,2%	98,9%	97,2%
TOTAL GERAL	80,6%	111,9%	88,1%	98,6%	95,6%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Ago/2014

²⁷ Resolução SEFAZ nº 751, de 05 de junho de 2014.

²⁸ Incluída como área prioritária a partir da Resolução SEFAZ nº 781, de 14 de agosto de 2014.

VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual executou os pagamentos das Programações de Desembolso, durante o quarto bimestre de 2014, no prazo médio de 9 dias, para as Áreas Prioritárias²⁹; e, de 14 dias, para as Áreas Não Prioritárias, como pode-se observar na Tabela 45. Comparando-se com o mesmo período do ano anterior, verifica-se uma redução no prazo médio praticado, pois, em 2013, foi aplicado o prazo de 17 dias, para Áreas Prioritárias; e, de 24 dias, para Áreas Não Prioritárias. Com isso, o prazo médio geral de pagamentos apresentou uma redução de cerca de 10 frente ao mesmo período do ano anterior, com média de 12 dias, ante 22, em 2013.

No bimestre julho-agosto de 2014, seguindo a diretriz de buscar maior eficiência e celeridade nos pagamentos, o Tesouro adimpliu mais da metade das PD's (56,5%), em até 10 dias; quitou 43,0%, de 11 a 30 dias; e, apenas 0,5% das Programações de Desembolso foram liquidadas após 30 dias das suas respectivas datas de emissão (Gráfico 16). Vale ressaltar que 99,5% das PD's foram honradas em até 30 dias, totalizando um valor de R\$ 803,62 milhões.

Tabela 45

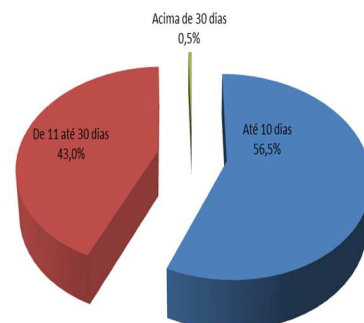
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
4º BIMESTRE DE 2014

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	9
NÃO PRIORITÁRIAS	14
MÉDIA GERAL	12

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 16

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
4º BIMESTRE 2014



²⁹ Desconsiderando a área de Assistência Social, por ter sido incluída somente a partir de 15 de agosto de 2014.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 184ª reunião³⁰, manteve a taxa SELIC em 11,0% a.a. Isso ocorre pela segunda vez consecutiva e, segundo o COPOM, a medida visou assegurar a convergência da trajetória da inflação para a meta de 4,5% a.a., estabelecida para 2014.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no quarto bimestre de 2014, obtendo, em média, 99,2% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Quanto à receita financeira, o montante registrado no 4º bimestre de 2014 apresentou uma pequena variação positiva de 3,2% em relação ao bimestre anterior. Já em relação ao mesmo período do exercício de 2013, observa-se que houve um aumento de 9,5% na receita financeira registrada. Atribui-se tal resultado ao crescimento verificado na taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - benchmark) e a uma maior disponibilidade de caixa do Tesouro.

Analisando-se o período de janeiro a agosto de 2014, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 187,9 milhões, montante este que representa 83% dos R\$ 224,7 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual³¹ (LOA), para todo o ano de 2014.

Gráfico 17

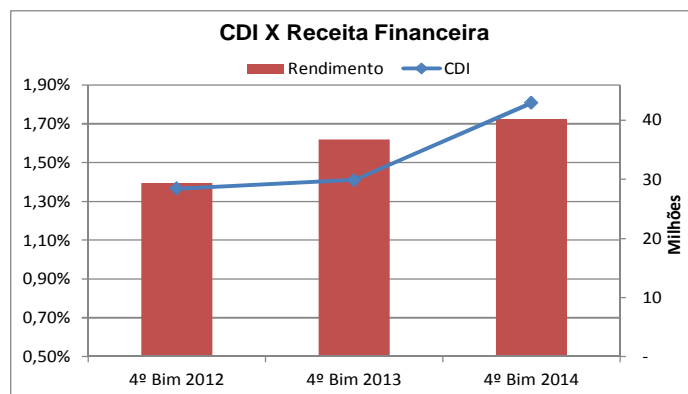
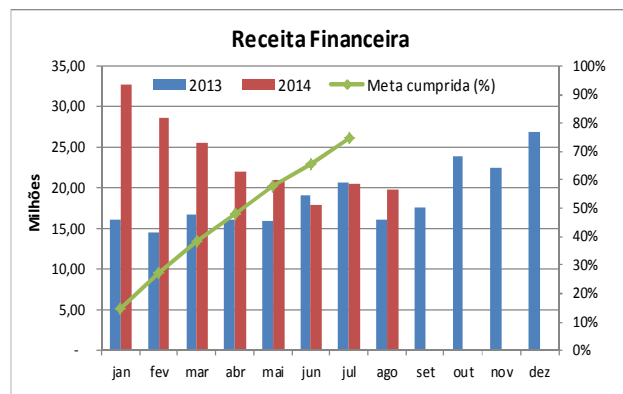


Gráfico 18



Fonte: LOAe SIG.

³⁰ Reunião realizada nos dias 15 e 16 de julho de 2014.

³¹ Lei nº 6.668 de 13 de janeiro de 2014

VI.4 Adimplimento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a agosto de 2014, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 115,61 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais, prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, de 41,5%, foi utilizada para honrar despesas com serviços de telefonia fixa, móvel e serviços de dados, o restante subdivide-se em: 40,0%, para despesas com energia elétrica; 17,0%, para despesas de água e esgoto; e, 1,5%, para demais serviços.

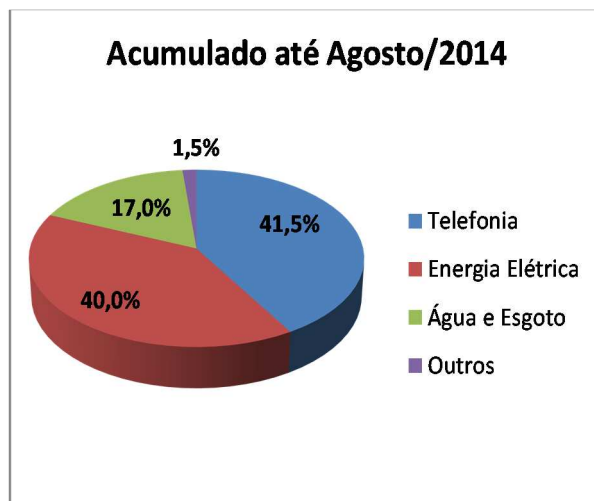
Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 256,95 milhões³² neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 149,40 milhões, ou seja, 58,1%.

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 16 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2014, por meio do SIPC, foram registrados R\$ 210,7 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 95,5 milhões, ou seja, 45,3 % do total.

Gráfico 19 - Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos



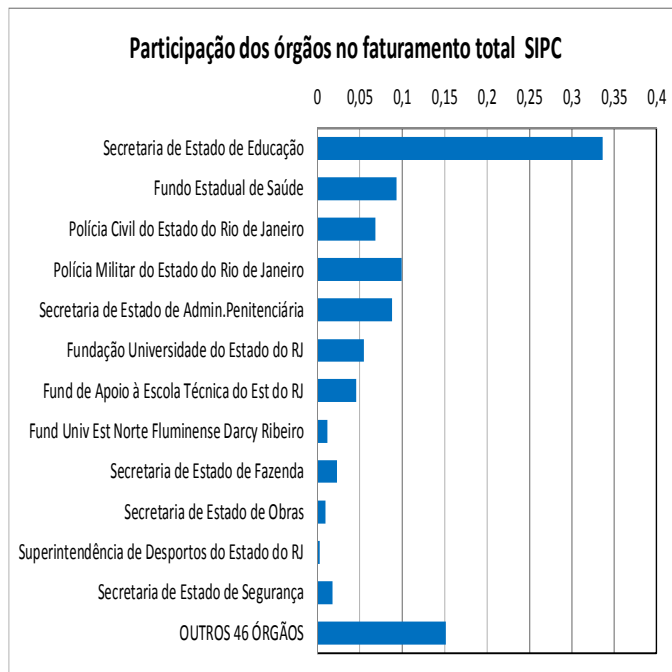
³² Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias ocorre, geralmente, devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Encontram-se nesta situação alguns órgãos, que não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, podendo-se citar os seguintes: Centro de Tecn. de Informação e Comum do ERJ (PRODERJ); Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC); Fundação Universidade do Estado do RJ (UERJ); Secretaria de Estado de Admin. Penitenciária (SEAP); e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Em 2014, as despesas destes órgãos juntas representaram 63,3 % do montante total faturado, dos quais foram quitados 47,9 %.

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo da Secretaria de Estado da Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Secretaria de Estado da Casa Civil (CASA CIVIL) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, tais como: Fundação Dep. Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fundação Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Gráfico 20



VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 4º bimestre de 2014, verifica-se uma redução global de 0,3 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em julho e agosto de 2014, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 5,63 milhões, sendo R\$ 5,42 milhões de demanda contratada e R\$ 210,53 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a agosto de 2014 a média do faturamento foi de R\$ 1,4 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 115,81 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implantação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC, em 2014, somou R\$ 58,57 milhões, tendo sido quitado R\$ 30,89 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 4º bimestre de 2014, foram faturados R\$ 17,03 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 60, % deste total.

Tabela 46 - Faturamento Acumulado por Serviços de Água e Esgoto

FAVORECIDOS	R\$ mil			
	1 Bim/14	2 Bim/14	3 Bim/14	4 Bim/14
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	61	63	55	72
ÁGUAS DE NITERÓI	1.082	1.218	1.162	1.150
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	105	119	113	102
ÁGUAS DO IMPERADOR	93	109	109	92
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.139	1.096	1.087	1.058
CEDAE	11.464	10.854	11.050	10.263
FÓZ ÁGUAS	4.300	4.047	4.194	3.824
C. ÁGUAS DE JUTURNAÍBA	159	156	140	136
PROLAGOS	96	153	158	142
SAAE/B. MANSÁ	33	64	39	34
SAAE/V. REDONDA	122	156	170	158
Total Faturado	18.654	18.035	18.278	17.031

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento as regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

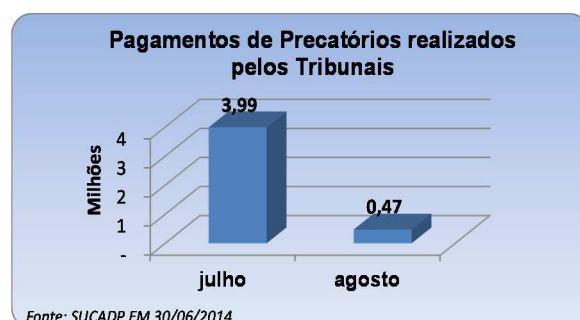
Porém, com a promulgação da Lei Complementar nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, depois de firmados os instrumentos legais para operacionalização dos pagamentos conforme sistemática da LC 147/13, em 27 de dezembro de 2013 foram quitados os precatórios emitidos pelo Tribunal de Justiça, aptos ao pagamento, até o orçamento de 2013.

Para o orçamento de 2014, ingressaram em torno de R\$ 640 milhões em precatórios, que deverão ser liquidados até o último dia do ano.

Nos meses de julho e agosto deste ano, o Estado do Rio de Janeiro não utilizou os recursos dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios. Foram utilizados dos recursos do Tesouro Estadual R\$ 947,31mil para pagamento de dois acordos de parcelamento de precatórios.

Gráfico 21



Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 4º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual 480 requisições de pequeno valor que totalizaram R\$ 5,47 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³³.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 4º bimestre de 2014, o montante de R\$ 6,42 milhões.

VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou no 4º bimestre de 2014, R\$ 1,07 bilhão com o serviço da dívida³⁴. A importância desembolsada foi 8,9% inferior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço extralimite, que foi 35,9% inferior ao pago no 3º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos de juros e encargos dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil - PROINVEST e PROCIDADES I e II, que somam R\$ 123,70 milhões, ocorridos no bimestre anterior.

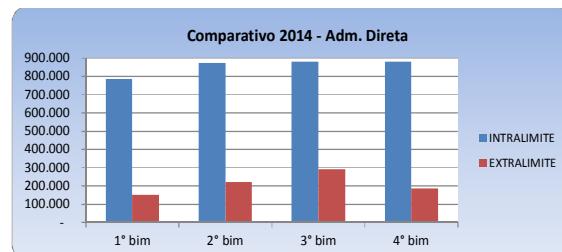
Do total pago no 4º bimestre de 2014, R\$ 879,65 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁵, valor superior àquele devido pela

Tabela 47

PAGAMENTOS DE RPV - 4º BIM. 2014.		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	235	2.660
AGOSTO	245	2.815
TOTAL	480	5.475

Fonte: SUCADP em 29/08/2014

Gráfico 22



³³ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

³⁴ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁵ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 199,25 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro³⁶ Estadual alcançou R\$ 1,64 milhão, 14,3% superior em relação ao 3º bimestre de 2014. Essa diferença se deve aos pagamentos não ocorridos no bimestre anterior que foram regularizados pela CEHAB, IVB e Metrô.

Tabela 48

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	3º bim 2014			4º bim 2014			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	558.281	612.839	1.171.120	578.812	486.989	1.065.800	-8,99%
INTRALIMITE	474.260	406.546	880.806	480.486	399.163	879.649	-0,13%
EXTRALIMITE	84.021	206.293	290.314	98.326	87.825	186.151	-35,88%
INTERNA	83.610	194.182	277.792	88.219	75.739	163.959	-40,98%
EXTERNA	411	12.111	12.521	10.107	12.086	22.193	77,24%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.376	55	1.431	1.507	129	1.636	14,35%
TOTAL	559.657	612.893	1.172.550	580.319	487.117	1.067.437	-8,96%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	281.557	406.546	688.102	281.236	399.163	680.400	-1,12%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	474.260	406.546	880.806	480.486	399.163	879.649	-0,13%
Amortização do resíduo	(192.703)	-	(192.703)	(199.250)	-	(199.250)	3,40%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 77,2% em relação aos meses de maio e junho, devido ao pagamento da amortização do contrato firmado junto ao BID destinado ao financiamento do Programa Nova Baixada. Ressalta-se,

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

³⁶ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

contudo, que o montante pago de dívida externa, representa 2,1% do total do serviço pago.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 4º bimestre de 2014, o estoque da Dívida Financeira cresceu 0,8% em relação ao bimestre anterior.

O estoque da dívida interna, seguindo a mesma tendência do total da dívida, cresceu 0,7%, quando comparado ao 3º bimestre de 2014.

Gráfico 23

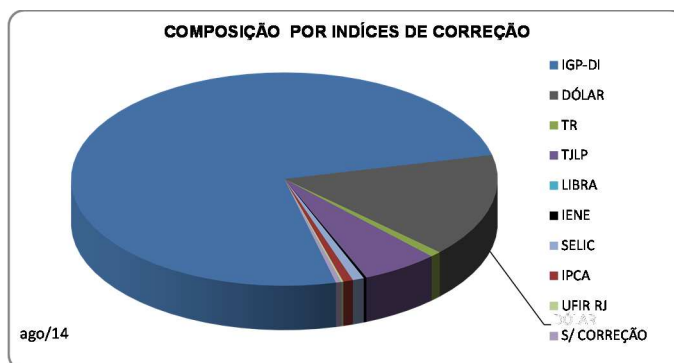


Tabela 49

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2014			
	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	83.319.329	84.002.557	0,82%
INTERNA	76.012.927	76.519.965	0,67%
Dívida com a União	65.169.944	64.305.610,80	-1,33%
Outras Dívidas Contratuais	10.842.983	12.214.354,53	12,65%
EXTERNA	7.182.739	7.359.104	2,46%
Com Aval do Tesouro Nacional	7.179.311	7.355.636	2,46%
Mobiliária	3.428	3.468	1,19%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	123.663	123.488	-0,14%
DÍVIDA FINANCEIRA	83.319.329	84.002.557	0,82%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	41.111.545	41.290.102	0,43%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,03	2,03	0,38%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 4º Bim/14 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,8% do total da dívida financeira, encerrou o 4º bimestre de 2014 com saldo de R\$ 7,35 bilhões, ou seja, 2,5% superior ao 3º bimestre de 2014, consequência da desvalorização do real frente ao dólar³⁷ e do ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

³⁷ A cotação do dólar (US\$) no dia 29 de agosto foi de 2,2396, 1,7% superior a cotação de 30 de junho de 2014, que foi de 2,2025.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 123,49 milhões, representando uma queda de 0,1% em relação ao saldo verificado em maio e junho de 2014.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 0,4% em relação ao 3º bimestre de 2014. A relação subiu de 2,027 para 2,034³⁸.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 86,16% do estoque. Desse montante, 77,96% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%.

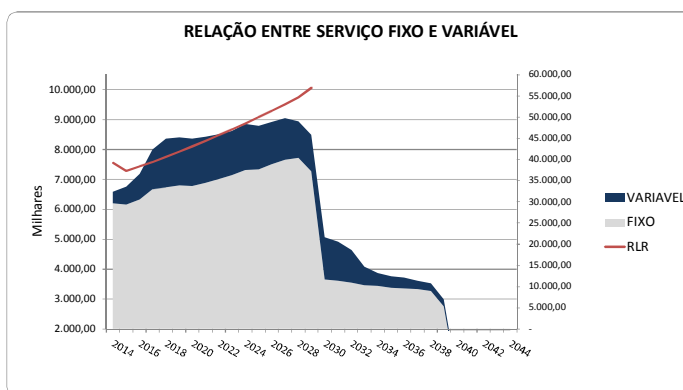
Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo³⁹, representam 7,31%, e desse percentual, apenas 0,56% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴⁰. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Tabela 50

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.142.542	1,58%	1,36%
2,1 - 4	185.631	0,26%	0,22%
4,1 - 6	65.490.472	90,49%	77,96%
acima de 6,1	5.556.536	7,68%	6,61%
Subtotal	72.375.180	100,00%	86,16%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	4.824.399	41,49%	5,74%
2,1 - 4	906.669	7,80%	1,08%
4,1 - 6	5.896.310	50,71%	7,02%
Subtotal	11.627.377	100,00%	13,84%
Total	84.002.557		100,00%

Gráfico 24



³⁸ A meta da dívida para o exercício de 2014, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 20/06/2014, foi de 2,17.

³⁹ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

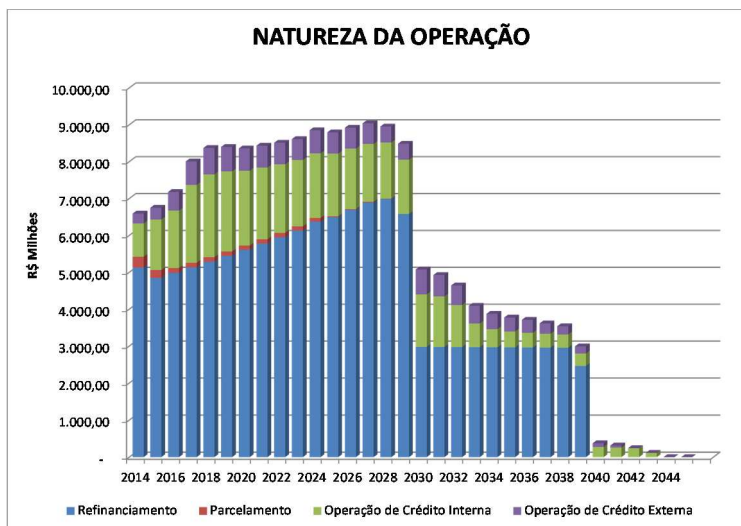
⁴⁰ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

Gráfico 25

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, até 2029, o patamar de 19,49%.

O Gráfico 25 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴¹ e ao prazo médio de repactuação⁴², estes atingiram 12, 15 anos e 11, 28 anos, respectivamente.



Cenários Econômicos

A análise de sensibilidade tem por objetivo medir as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 51

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	70,08%	62.081.653,97	IGP-DI	69,49%	60.354.795,32	IGP-DI	72,67%	70.484.189,62
DÓLAR	17,40%	15.417.281,93	DÓLAR	17,75%	15.417.281,93	DÓLAR	15,90%	15.417.281,93
TR	1,18%	1.048.669,99	TR	1,21%	1.048.669,99	TR	1,08%	1.048.669,99
TJLP	7,00%	6.199.409,40	TJLP	7,14%	6.199.409,40	TJLP	6,39%	6.199.409,40
LIBRA	0,00%	3.468,38	LIBRA	0,00%	3.468,38	LIBRA	0,00%	3.468,38
IENE	0,17%	146.537,48	IENE	0,17%	146.537,48	IENE	0,15%	146.537,48
SELIC	1,30%	1.155.473,19	SELIC	1,33%	1.155.473,19	SELIC	1,19%	1.155.473,19
IPCA	2,58%	2.281.296,81	IPCA	2,63%	2.281.296,81	IPCA	2,35%	2.281.296,81
S/ CORREÇÃO	0,28%	249.736,94	S/ CORREÇÃO	0,29%	249.736,94	S/ CORREÇÃO	0,26%	249.736,94
TOTAL	100,00%	88.583.528	TOTAL	100,00%	86.856.669	TOTAL	100,00%	96.986.064

ago/15

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,2%a.a. e 13,2%a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados, no estoque da dívida, ocorre uma diferença no total da

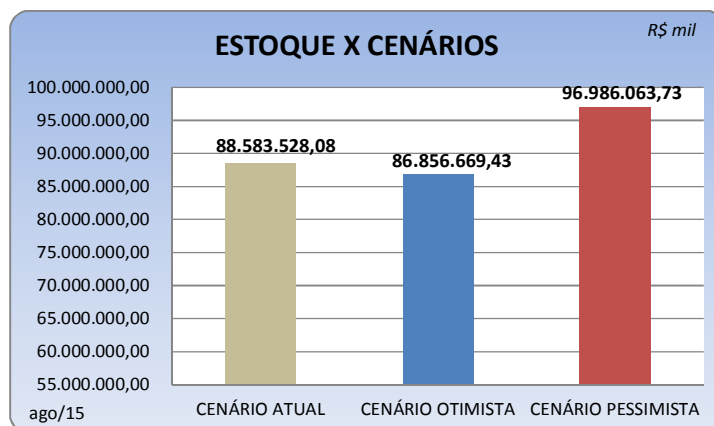
⁴¹ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vindendas.

⁴² Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vindendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

dívida, em valores absolutos, como pode ser observado na Tabela 51, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 10,13 bilhões e, em valores relativos, de 11,7%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 2,6% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 70,1%, no cenário atual, para 72,7%, no cenário pessimista.

Gráfico 26



Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – (IGP-DI) variou 0,06%, em agosto. A variação registrada, em julho, foi de -0,55%. Em agosto de 2013, a variação foi de 0,46%. No acumulado de 2014, o IGP-DI variou 1,60%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 2,46%. No acumulado em 12 meses, a taxa ficou em 4,63%. O IGP-DI de agosto foi calculado, pela FGV, com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,04%, em agosto. No mês anterior, o índice apresentou a mesma variação de -1,01%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,12%, em agosto, ante 0,10%, no mês anterior. A principal alta veio do grupo alimentação (de -0,25% para 0,13%). Nessa classe de despesa, um dos destaques é o item hortaliças e legumes, cuja taxa passou de -12,45% para -5,51%.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em agosto, taxa de variação de 0,08%, após alta de 0,75% no mês anterior. O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços registrou variação de 0,16%. No mês anterior, a taxa havia sido de 0,34%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 9,50 bilhões

para 13,15 bilhões e de 12,5% para 15,7%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito, contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas a moeda norte americana.

A Tabela 52 e Tabela 53 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 53, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete em acréscimo de R\$ 178,06 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 2,6% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 53, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,7 % e 0,02%, em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 1,39 bilhão de receita oriunda de operações de créditos, em julho e agosto:

- R\$ 1,10 bilhão, foi destinado para o Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J. – Pró-Cidades (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 200,00 milhões, foram destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES);

Tabela 52

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+64.707,67	+0,972
Iene Japonês	+10%	+4.465,98	+0,067
Libor	+1,0%	+178.057,03	+2,675

Tabela 53

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.540.880,47	+1,739
Iene Japonês	+10%	+14.653,75	+0,017

- R\$ 45,09 milhões, foram destinados ao Programa de Obras Emergenciais - POE (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 20,77 milhões, ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 10,42 milhões, foram destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 3,67 milhões, ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 3,05 milhões foram destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 849,78 mil, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 753,39 mil, para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);e
- R\$ 5,75 mil, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);

Cabe destacar que, em 29 de agosto de 2014, foram assinados dois contratos de operações de crédito interno, junto aos Bancos Credit Suisse e BTG Pactual, destinados a apoiar os Programas de Desenvolvimento Socioambiental – PRODES e de Suporte à Política de Transporte – PROSUT, no valor total R\$ 1,05 bilhão.

Tabela 54
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/08/2014

R\$ mil

	2014		2015/18
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	5.123.020	2.321.206	8.423.374
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	4.670.120	2.013.497	5.105.318
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.770
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	48.555	14.709	307.143
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	-	11.076
4. PMAE II - BNDES	1.205	1.981	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	13.326	9.002	22.114
6. VIALIGHT - CAIXA	1.068	37.131	221.360
7. PRÓ-CIDADES I - B.BRASIL	1.104.000	-	552.000
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	-	4.500	-
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	16.919	4.767	393.686
10. PROCOI - CAIXA	199.979	-	599.936
11. PRÓ-CIDADES II - B.BRASIL	1.535.069	-	596.604
12. METRÔ / PRÓ ML4 - BNDES	1.750.000	-	286.037
13. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL - BNDES	-	891.408	2.108.592
14. PRODES - CREDIT SUISSE	-	600.000	-
15. PROSUT - BTG PACTUAL	-	450.000	-
Demais	452.901	307.709	3.318.056
16. PET II - BIRD	16.091	25.347	-
17. RIO RURAL I - BIRD	9.329	5.520	16.512
18. PROFAZ - BID	1.637	6.593	12.153
19. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	3.293	6.670	20.669
20. PRODETUR - BID	57.144	-	180.537
21. PSAM - BID	67.242	-	924.910
22. PET II Adicional - BIRD	58.359	74.250	1.146.605
23. POE - CAF	45.088	44.838	-
24. PROVIAS - CAF	-	95.603	425.465
25. MARACANÃ PROCOPA II - CAF	16.265	-	-
26. ARCO METROPOLITANO	177.452	-	185.493
27. INCLUSÃO SOCIAL - BID	-	22.139	101.942
28. RIO RURAL ADICIONAL FA - BIRD	1.000	8.831	214.186
29. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	17.917	89.584
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.009.689
Total	5.123.020	2.321.206	9.433.063

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2014.

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2014



Tabela 55

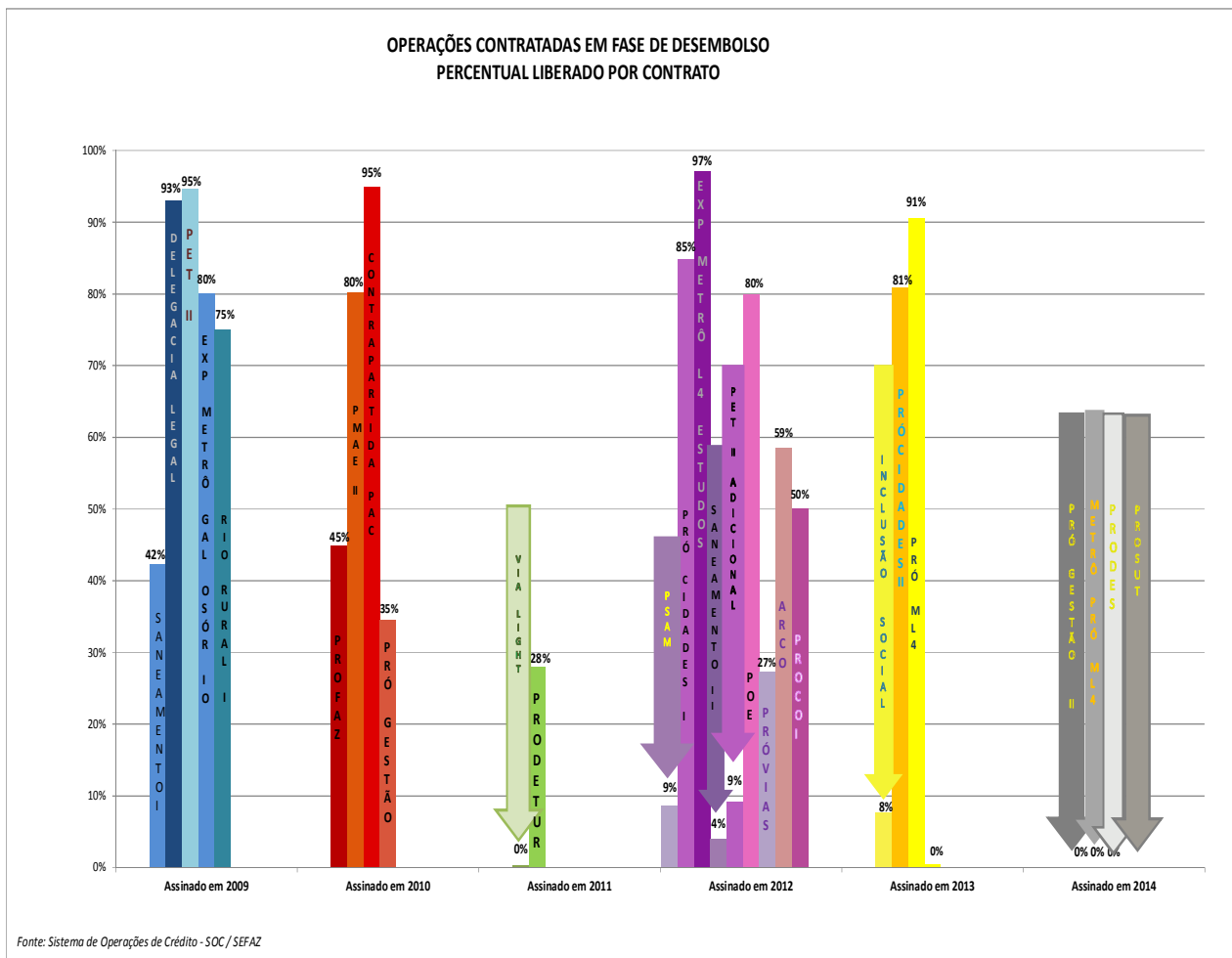
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 29.08.2014

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	236.147.962,67	42%	558.000.000,00	236.147.962,67
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.920.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	200.382.270,64	95%	474.123.320,00	381.810.091,15
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	29.662.356,24	75%	88.464.200,00	57.655.050,83
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	8.868.843,28	45%	44.252.368,38	17.237.157,04
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	4.053.247,2696	80%	9.982.000,00	8.001.434,37
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	291.239.740,33	95%	606.046.612,59	574.930.546,61
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	6.465.495,88	35%	41.820.050,80	14.513.050,37
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	31.388.875,62	28%	250.835.200,00	67.435.937,91
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.012.254.408,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.627.774.156,10	1.477.585.800,44	85%	3.645.563.000,00	3.093.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	77.734.698,0771	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	16.919.128,90	4%	415.372.248,98	16.919.128,90
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	54.878.038,57	9%	1.343.760.000,00	119.896.166,40
13/09/2012	POE	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	79.979.332,92	80%	223.960.000,00	174.943.430,30
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	715.944.130,00	180.510.183,41
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	117.175.970,35	59%	447.920.000,00	260.456.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	599.935.927,00	50%	1.199.871.427,00	599.935.927,00
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	134.376.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.400.160.742,99	1.149.487.775,27	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	1.535.603.926,89	1.390.707.570,11	91%	3.031.405.000,00	2.745.368.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	420.910,85	0%	223.960.000,00	1.000.000,00
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	48.000.000,00	-	0%	107.596.800,00	-
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	3.000.000.000,00	-	0%	3.000.000.000,00	-
29/08/2014	PRODES	CREDIT SUISSE		REAL	600.000.000,00	-	0%	600.000.000,00	-
29/08/2014	PROSUT	BTG PACTUAL		REAL	450.000.000,00	-	0%	450.000.000,00	-

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 27



VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴³

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2014 com 585 Convênios de Despesa e 380 Convênios de Receita vigentes⁴⁴.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁴⁵, já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do

⁴³Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁴ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁵Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

Crescimento Econômico – PAC⁴⁶ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 270 convênios, beneficiando 72 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 319,98 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, na área de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 315 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até o mês de agosto de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,61 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 4º bimestre de 2014, o total de 31 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 1,93 bilhão⁴⁷. Dessa importância, R\$ 1,08 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 843,38 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Do valor total de recursos disponibilizados pelo Tesouro Estadual, até o 4º bimestre de 2014, foram repassados em torno de R\$ 890,91 milhões, sendo destinados 93,58% à área de Habitação; e, 6,42% à área de Saneamento.

Ademais, cabe informar que, no dia 18 de julho de 2014, foi publicado o Decreto Estadual nº 44.879/14, que torna obrigatória a utilização do Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ para aqueles que desejem celebrar convênios com órgãos e entidades da Administração Pública estadual, além da Resolução Casa Civil nº 350/14, que dispõe sobre a implantação do Sistema.

Esse Decreto, que entrará em vigor no dia 01 de novembro de 2014, revoga o Decreto nº 41.528/2008, a Resolução Casa Civil nº 217/11 e a Resolução SEF nº 09/2003.

⁴⁶Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴⁷ Valor original desconsiderando os aditivos.

Os novos normativos, além de estabelecer a obrigatoriedade e exclusividade eletrônica nos procedimentos de celebração, execução e prestação de contas dos convênios, trouxeram alterações significativas na gestão dos convênios estaduais, passando a estipular diversas regras.

Além disso, cabe destacar que a Subsecretaria Adjunta de Gerenciamento de Projetos–EGP-Rio, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, promoveu, no dia 12 de agosto de 2014, o IV Encontro de Gestores de Convênios, que contou com a participação de Coordenadores de Convênios e Gerentes Executivos de vários Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta. Esse encontro teve a finalidade de apresentar e transmitir orientações sobre a nova gestão de Convênios do Estado do Rio de Janeiro, através do Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ.

Durante o encontro, a equipe de Convênios do EGP-Rio explanou as facilidades que o processo online introduzido pelo CONVERJ proporcionará, bem como apresentou as várias funcionalidades do Sistema.

VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

Em 29 de julho de 2014, foi instituída, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Comissão composta por representantes da Casa Civil, da Secretaria de Estado de Obras, da Secretaria de Esportes e Lazer, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, e desta Secretaria de Estado de Fazenda, com o intuito de exercer a Fiscalização sobre o contrato de PPP da gestão, operação e manutenção do Estádio Mario Filho - Maracanã – e do Ginásio Gilberto Cardoso – Maracanãzinho, celebrado pelo Estado do Rio de Janeiro com a Concessionária Complexo Maracanã Entretenimento S/A.

Decerto que a comissão em comento, cujos membros foram designados pela Resolução Casa Civil nº 354, de 22 de agosto de 2014, é um importante instrumento de controle para garantir a prestação do serviço adequado aos usuários do Complexo Maracanã, bem como garantir a devida realização das obras incidentais contratadas na PPP do Complexo Maracanã.

Cumpra ainda mencionar, que o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio de Janeiro mantém sob a apreciação de seu Conselho Gestor – CGP 11 (onze) projetos, conforme quadro a seguir:

Projeto	Objeto	Investimento Total Inicial (milhões)	Contrapresta ção anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
PPP Linha 3 Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.847,8	R\$ 145,75	20 anos	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-104 para implantação de melhorias fiscais e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km)	R\$ 760,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Saneamento	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de	R\$ 1.229,00 (R\$ 646	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de



Modalidade Administrativa	esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	milhões do setor privado e R\$ 628 milhões do setor público)			reunião do CGP
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	R\$1.322,1	R\$ 115,1	30 anos	Aguardando deliberação do CGP para a realização de Consulta Pública
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência

VI.10 Captação de Recursos

No quarto bimestre de 2014, a Coordenação de Captação de Recursos (COCAR), incumbida de promover a negociação e contratação de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, além de monitorar oportunidades para a obtenção de financiamentos, finalizou as tratativas junto ao Banco BTG Pactual e com o Banco Credit Suisse no que toca à adequação das minutas contratuais para captação no valor total de R\$ 1,05 bilhão. No mês de julho foi realizada reunião em Brasília com o objetivo de alinhar as minutas dos contratos, tanto de financiamento quanto o de garantia, com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Finalmente, em 29 de agosto do corrente ano, foram contratadas as citadas operações de crédito, as quais financiarão o Programa de Suporte à Política de Transporte (PROSUT – BTG Pactual) e o Programa de Desenvolvimento Socioambiental (PRODES – Credit Suisse). Mister ressaltar que foram realizados procedimentos simplificados para estas contratações. Os bancos BTG Pactual e o Credit Suisse apresentaram a melhor proposta, considerando taxas oferecidas e prazo total da operação.

Em 3 de julho de 2014, foi concluída a contratação de empréstimo, no valor de R\$ 3 bilhões, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos recursos serão destinados à implantação da infraestrutura da Linha 4 do metrô na cidade do Rio de Janeiro. Importante destacar que a COCAR participou ativamente da negociação e dos trâmites operacionais para contratação do referido financiamento.

Por fim, neste 4º bimestre a COCAR, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), adequou o projeto Via Lilás, Programa estratégico que visa contribuir para a redução da violência contra as mulheres ao ampliar a capilaridade da oferta de informações, oportunidades e serviços especializados para o público feminino por meio da utilização da infraestrutura de transportes do ERJ. Tal Projeto conta com a parceria estrita do Banco Mundial, ao adotar políticas de promoção da igualdade entre os gêneros, incluindo o aumento de oferta de serviços direcionados à mulher, utilizando a infraestrutura física dos trens e teleféricos.